Paul Veyne

Quando nosso mundo se tornou cristão

[312-394]

"Um historiador de primeira grandeza."
Georges Duby

PAUL VEYNE

Q uando Nosso Mundo Se Tornou Cristão

Tradução de Marcos de Castro

2ª edição

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA – 2011

A Lucien Jerphagnon, e em memória de Claude Roy

CAPÍTULO I – O salvador da humanidade: Constantino

Um dos acontecimentos decisivos da história ocidental e até mesmo da história mundial deu-se no ano de 312 no imenso Império Romano. A Igreja cristã tinha começado muito mal esse século IV de nossa era: de 303 a 311, sofrerá uma das piores perseguições de sua história, milhares foram mortos. Em 311, um dos quatro co-imperadores que repartiam entre si o governo do Império estava decidido a pôr fim àquele estado de coisas, reconhecendo amargamente em sua atitude de tolerância que perseguir não adiantava nada, pois muitos cristãos que tinham renegado sua fé para salvar a vida não tinham voltado ao paganismo. Assim (e esse, à época, foi um assunto de inquietação para um governante), criaram-se buracos no tecido religioso da sociedade.

Ora, no ano seguinte, 312, deu-se um dos acontecimentos mais imprevisíveis: outro dos co-imperadores, Constantino, o herói dessa grande história, converteu-se ao cristianismo depois de um sonho ("sob este sinal vencerás"). Por essa época, considera-se que só cinco ou dez por cento da população do Império (70 milhões de habitantes, talvez) eram cristãos. "Não se pode esquecer", escreve J. B. Bury, "que a revolução religiosa promovida por Constantino em 312 foi o ato mais audacioso já cometido por um autocrata, desafiando e desprezando o que pensava a grande maioria dos súditos".

BANALIDADE DO EXCEPCIONAL

Oitenta anos mais tarde, como se descobrirá depois, num outro campo de batalha e ao longo de um outro rio, o paganismo será proibido e acabará vencido, sem que tenha sido perseguido. Porque, ao longo de todo o século IV, a própria Igreja, deixando de ser perseguida como o tinha sido ao longo de três séculos, terá o apoio incondicional da maioria dos Césares, tornados cristãos; assim, no século VI o Império estará quase todo povoado apenas de cristãos e, nos dias de hoje, há 1 bilhão e meio de cristãos em nosso planeta. Também é verdade que depois dos anos 600 a metade das regiões cristãs que tinha pertencido ao Império tornou-se muçulmana sem dificuldade aparente.

Que homem foi esse Constantino, de papel decisivo? Longe de ser o calculista cínico ou o supersticioso de que se falava ainda recentemente, ele foi, na minha opinião, um homem de larga visão: sua conversão permitiu-lhe participar daquilo que ele considerava uma epopeia sobrenatural, de assumir a direção desse movimento e, com isso, a salvação da humanidade; tinha ele o sentimento de que, para essa salvação, seu reinado seria, sob o ponto de vista religioso, uma época de transição na qual ele próprio teria um papel importantíssimo a

representar. Mal se tornou chefe do ocidente romano (devia ter então 35 anos), escreveu em 314 a bispos romanos, seus "queridíssimos irmãos", que "a santa piedade eterna e inconcebível de nosso Deus se recusa de modo absoluto a permitir que a condição humana continue por mais tempo a errar nas trevas".

Sincero, Constantino o foi, sim, mas dizer isso é dizer muito pouco e, no seu caso, é preciso ter em vista o homem excepcional. Os historiadores estão menos habituados à exceção do que ao saudável método de "situar em uma série"; além de tudo, têm eles esse sentido da vulgaridade, do cotidiano, ausente em tantos intelectuais que acreditam no milagre em política ou que, ao contrário, "caluniam seu tempo por ignorância da história" (dizia Flaubert). Ora, Constantino apreciava o fato de ter sido escolhido, destinado pelo Decreto divino a desempenhar um papel providencial na economia milenar da Salvação; ele disse, escreveu isso, em um texto autêntico que se vai ler mais adiante, mas tão exagerado que a maior parte dos historiadores o desprezam, pelo que tem de pretensioso, e dele não falam.

Esse exagero, entretanto, nada tem de inacreditável, também deve ser considerado quando se tratar de um potentado, um pensador, um líder religioso ou político que se crê chamado a salvar a humanidade, a revolucionar o curso do mundo; seria um grave erro duvidar de sua sinceridade — sinceridade tanto mais crível quando se sabe que em Roma o papel imperial às vezes era interpretado de modo muito mais livre do que o dos nossos reis: naqueles tempos distantes, quando a imaginação estava no poder, não era de estudantes que se tratava, mas de um potentado. Constantino porém, potentado cheio de imaginação e até megalomaníaco, além disso era também um homem de ação, tão cheio tanto de prudência quanto de energia; assim, atingiu suas finalidades: o trono romano se tornou cristão e a Igreja se tornou uma potência. Sem Constantino, o cristianismo teria permanecido uma seita de vanguarda.

BREVE RESUMO DOS FATOS

Comecemos por um resumo em duas páginas da narração dos acontecimentos. A conversão de Constantino não passou de um episódio num desses monótonos conflitos entre generais, sem outra coisa em jogo além da posse do trono — conflitos que constituíam uma boa metade da história política romana. Ora, naquele momento, início do século IV, o Império Romano estava dividido entre quatro coimperadores que pareciam repartir seu reino fraternalmente; dois desses imperadores repartiam entre si o rico Oriente romano (Grécia, Turquia, Síria, Egito e outros lugares), enquanto o vasto Ocidente (regiões danubianas e o Magreb incluídos) estava repartido entre um certo Licínio, do qual voltaremos a

falar, e o nosso Constantino, que governava, por sua vez, a Gália, a Inglaterra e a Espanha.

Deveria ele governar também a Itália, mas um quinto ladrão, chamado Maxêncio, entrou na jogada: tinha usurpado a Itália e Roma. Mais tarde, os cristãos, como louvação a Constantino, dirão falsamente que Maxêncio tinha sido perseguidor. Foi para tomar a Itália de Maxêncio que Constantino entrou em guerra com ele e foi no curso dessa campanha que se converteu, depositando sua confiança no Deus dos cristãos para obter a vitória. Essa conversão veio num sonho que ele teve na noite da véspera da batalha decisiva, sonho no qual o deus dos cristãos prometeu-lhe a vitória se ele anunciasse publicamente sua nova religião.

De fato, no dia seguinte, na jornada memorável de 28 de outubro de 312, Deus concedeu-lhe, no subúrbio de Roma, às margens do Tibre, a célebre vitória de Ponte Mílvio; Maxêncio foi esmagado e morto pelas tropas de Constantino, que anunciavam a religião pessoal do chefe que defendiam: seus escudos ficaram marcados por um símbolo totalmente novo, revelado na véspera da batalha ao imperador enquanto dormia e que ele mesmo adotou em seu capacete; era aquilo a que chamamos "crisma", formado pelas duas primeiras letras do nome de Cristo, quer dizer, as letras gregas X e P, superpostas e cruzadas.

Um dia depois da vitória de Ponte Mílvio, dia 29, Constantino, à frente de suas tropas, fazia sua entrada solene em Roma pela Via Lata, a atual Via del Corso. É a esse 29 de outubro de 312 (e não, como se pretende, à data do "edito de Milão" em 313) que se pode atribuir a condição de data-limite entre a antigüidade pagã e a época cristã. Não nos enganemos: o papel histórico de Constantino não será o de pôr fim às perseguições (elas cessaram dois anos antes, quando o cristianismo foi reconhecido como igual ao paganismo), mas o de fazer com que o cristianismo, transformado em sua religião, fosse uma religião amplamente favorecida, diferentemente do paganismo.

RESUMO DA AÇÃO DE CONSTANTINO

No resto do Império, no ano seguinte, o de 313, Licínio, que permaneceu pagão, mas não era um perseguidor, venceu o co-imperador perseguidor que reinava no Oriente. Também Licínio tinha tido um sonho: na véspera dessa batalha contra o co-imperador do Oriente, um "anjo" prometeu-lhe a vitória se ele fizesse uma prece a um certo "deus supremo" e se pedisse a esse deus supremo que rezasse por seu exército. Licínio conseguiu a vitória, tornou-se o senhor do Oriente e lá mandou afixar um edito de tolerância. Desse modo livrou os cristãos orientais de seu perseguidor. Frente a frente, o pagão Licínio e o cristão Constantino, que a

partir daí co-reinavam sobre um Império indivisível, entraram em acordo em Milão para que seus assuntos pagãos e cristãos fossem tratados em pé de igualdade; tratava-se de um compromisso, uma concessão contrária a todos os princípios, mas indispensável para uma época que se queria daí por diante pacífica (*pro quiete temporis*).

Depois da vitória de Ponte Mílvio, os pagãos podiam supor que em relação ao deus que lhe tinha dado a vitória Constantino teria a mesma atitude que seus predecessores: depois da vitória de Actium sobre Antônio e Cleópatra, Augusto tinha pagado sua dívida a Apolo consagrando-lhe, como se sabe, um santuário e um culto local. Ora, o crisma que figurava nos escudos do exército constantiniano significava que a vitória fora conseguida graças ao rei dos cristãos. Ignorava-se que entre esse Deus e suas criaturas a relação era permanente, apaixonada, mútua e íntima, enquanto entre a raça humana e a raça dos deuses pagãos, que principalmente viviam por si mesmos, as relações eram por assim dizer internacionais, contratuais e ocasionais; Apolo não tinha assumido a vanguarda em relação a Augusto. Augusto tinha se dirigido a ele, mas ele não dissera ao imperador que venceria sob o seu sinal.

Nada mais diferente do que a relação dos pagãos com suas divindades e a dos cristãos com seu Deus: um pagão se contentava se seus deuses o socorressem em seus pedidos e seus desejos, mas um cristão queria antes um modo de fazer com que seu Deus ficasse contente com ele. Augusto não era o servo de Apolo, apenas se tinha dirigido a ele, e os longínquos ancestrais pagãos de Apoio não serão os servos do Sol Invencível, seu protetor ou sua imagem celeste; por sua vez, nos 25 anos que se seguiram, Constantino não deixou de repetir que era apenas um servo de Cristo, que o tomara a seu serviço e sempre lhe dera a vitória.

Sim, eram mesmo as iniciais do próprio nome de Cristo que ele tinha visto em sonho; enquanto Licínio tinha ouvido o "deus supremo" de um monoteísmo anônimo e chave mestra em torno da qual todos os espíritos esclarecidos da época podiam estar de acordo. Com essa vitória de 312, o "discurso" religioso mantido pelo poder mudara, portanto, radicalmente. Entretanto Constantino não pretendia, não pretenderá nunca, e seus sucessores também não, impor pela força a nova fé a seus súditos. Muito menos o cristianismo era, aos seus olhos uma "ideologia" a ser inculcada aos povos por cálculo político (voltaremos *in fine* a essa explicação aparentemente profunda que vem espontaneamente ao espírito de muitos de nós).

No decênio seguinte, em 324, a religião cristã assumia com um golpe único uma dimensão "mundial" e Constantino estaria alçado à estatura histórica que dali em diante seria a sua: ele acabava de esmagar Licínio no Oriente, outro pretenso perseguidor,'" e assim restabelecia sob seu domínio a unidade do Império

Romano, reunindo as duas metades sob o seu cetro cristão. O cristianismo dispunha daí em diante desse imenso império que era o centro do mundo e que se considerava com a mesma extensão da civilização. Aquilo a que se chamará por longos séculos de Império Cristão, sim, a Cristandade acabava de nascer. Constantino apressou-se a sossegar seus novos súditos e lhes prometer, invertendo os termos de 312, que os pagãos do Oriente seriam tratados em pé de igualdade com os cristãos: que permanecessem insensatamente pagãos, "que possuíssem, se assim o desejassem, seus templos de mentira" , templos que, assim, não deviam ser destruídos. O tempo avançara: em 312 a religião tolerada era o cristianismo, em 324 era o paganismo.

Desde o primeiro momento de sua vitória de 312, a política religiosa do imperador ficara clara e não devia mudar; iremos detalhá-la ao longo de todo este livro 1º. Na parte do Império da qual se tornara o senhor e que libertara da perseguição, todas as grandes decisões, "literalmente todas" por ele tomadas desde o inverno de 312-313 têm o objetivo de preparar um futuro cristão para o mundo romano. 2º. Porém, muito prudente, muito pragmático para ir mais longe, Constantino será o soberano pessoalmente cristão de um Império que integrou a Igreja permanecendo oficialmente pagão; o imperador não perseguirá nem o culto pagão nem a ampla maioria pagã; limitar-se-á a repetir em seus documentos oficiais que o paganismo é uma superstição desprezível. 3º. Sendo o cristianismo a convicção pessoal do soberano, ele instalará fortemente a Igreja como que por um capricho imperial e porque ele se chamava leão: um César era menos considerado do que nossos reis [os reis de França] por uma tradição dinástica e por "leis fundamentais do reino" — e por isso é que houve os célebres "Césares loucos". Em compensação, ele não imporá sua religião a ninguém. 4º. Salvo em um ponto: uma vez que ele é pessoalmente cristão, não tolerará paganismo nos domínios que tocam à sua pessoa, como, por exemplo, o culto dos imperadores; da mesma forma, por solidariedade com seus correligionários, irá dispensá-los do dever de executar ritos pagãos no exercício de suas funções públicas. 5º. Apesar de seu profundo desejo de ver todos os seus súditos se tornarem cristãos, não se entregará à tarefa impossível de convertê-los. Não perseguirá os pagãos, não lhes negará a palavra, não irá desfavorecê-los em suas carreiras: se esses supersticiosos querem se danar, estão livres para fazê-lo; os sucessores de Constantino não mais os constrangerão e deixarão o cuidado de convertê-los à Igreja, que usará mais de persuasão que de perseguição. 6°. O mais urgente, aos olhos dele, não seria converter os pagãos, mas abolir o culto maléfico de sacrificar animais aos falsos deuses, esses demônios; um dia falará em fazê-lo, mas não ousará, e deixará que cuide disso seu devoto filho e sucessor. 7º. De resto, Constantino, benfeitor e campeão leigo da fé, assumirá, diante de "seus irmãos os bispos", com modéstia, mas sem hesitação, a função

inédita, inclassificável, auto-proclamada de uma espécie de presidente da Igreja; atribuirá a si mesmo negócios eclesiásticos e usará de rigor não com os pagãos, mas com os maus cristãos, separatistas ou hereges.

UMA TOLERÂNCIA INSINUANTE

Converter os pagãos? Vasto programa. Constantino reconhece que a resistência (*epanástasis*) deles é tal que renuncia a impor-lhes a Verdade e, apesar de seus desejos, permanecerá tolerante; depois de suas grandes vitórias, em 312 e em 324, tomará o cuidado de tranqüilizar os pagãos das províncias que acaba de conquistar: "Que os que estão equivocados gozem da paz, que cada um conserve o que pretende para sua alma, que ninguém atormente ninguém." Ele cumprirá as promessas, o culto pagão só será abolido meio século depois de sua morte e apenas Justiniano, dois séculos mais tarde, começará a querer converter os últimos pagãos, assim como os judeus.

Foi esse o "pragmatismo de Constantino," que teve uma grande vantagem. Não constrangendo os pagãos à conversão, Constantino evitou que eles se levantassem contra ele e contra o cristianismo (cujo futuro estava bem menos garantido do que se possa crer e que quase soçobrou em 364, como se verá). Diante da elite engajada que era a seita cristã, as massas pagãs puderam viver despreocupadas, indiferentes ao capricho de seu imperador; só uma minúscula elite de letrados pagãos sofria.

Constantino, dizíamos, deixou em paz os pagãos e seus cultos, mesmo depois de 324, quando a reunificação de Oriente e Ocidente sob sua coroa o tornou todo-poderoso. Naquele ano, ele dirige proclamações a seus novos súditos orientais, depois a todos os habitantes de seu império. Escritas num estilo mais pessoal do que oficial, saem da pena de um cristão convicto que, em palavras, deixa o paganismo no nível mais baixo, que proclama que o cristianismo é a única boa religião, que argumenta nesse sentido (as vitórias do príncipe são uma prova do verdadeiro Deus), mas que não toma nenhuma medida contra o paganismo: Constantino não será um novo perseguidor, o Império viverá em paz. Melhor ainda, ele proíbe formalmente a quem quer que seja de acusar o próximo por motivo religioso: a tranqüilidade pública deve reinar; dirigia-se, sem dúvida, a cristãos excessivamente zelosos, prontos a agredir os templos pagãos e suas cerimônias.

A função de imperador romano era de uma ambigüidade enlouquecedora (três séculos antes de Constantino, essa ambigüidade da função tornaria paranoico o primeiro sucessor, Tibério, do fundador do regime imperial). Um César devia ter quatro linguagens: a de um chefe cujo poder civil é do tipo militar e que dá

ordens; a de um ser superior (mas sem ser um deus vivo) em torno do qual se cria um culto à personalidade; a de um membro do grande conselho do Império, o Senado, onde ele é nada menos que o primeiro entre seus pares, que nem por serem seus pares deixam de tremer quando pensam em suas cabeças; e a do primeiro magistrado do Império que se comunica com seus concidadãos e se explica diante deles. Em seus ordenamentos ou proclamações de 324, Constantino optou por essa linguagem, misturando-a a uma quinta, a de um príncipe cristão convicto, propagandista de sua fé e que considera o paganismo uma "superstição desvantajosa", enquanto o cristianismo é a "santíssima lei" divina.

Também mantém suas promessas de tolerância religiosa e de paz civil assim como nenhuma perseguição mancha de sangue o seu período imperial, agitado apenas por querelas entre cristãos. Não força ninguém a se converter, nomeia pagãos para as mais altas funções do Estado, não cria nenhuma lei contra os cultos pagãos (mesmo depois de seus triunfos de 324, ainda que às vezes se critiquem esses cultos) e permite que o Senado de Roma insista em atribuir créditos aos sacerdotes oficiais e aos cultos públicos do Estado romano, que continuam como antes e assim continuarão até mais ou menos o fim do século.

Seria bom manter uma palavra de tolerância? Correndo o risco de sermos inutilmente didáticos, vamos distinguir. Poder-se-ia ser tolerante por agnosticismo, ou ainda por achar que muitos caminhos levam à pouco accessível Verdade. Pode-se ser tolerante em função de um compromisso, por se estar cansado das guerras de Religião ou porque a perseguição fracassou. Pode-se achar também, como os franceses, que o Estado nada tem a ver com a eventual religião dos cidadãos, que a religião é assunto privado deles, ou, como os americanos, que não é função do Estado reconhecer, proibir ou favorecer nenhuma confissão. Quanto a Constantino, acreditando na única Verdade, sentia-se no direito e no dever de impô-la, porém, sem se arriscar a passar aos atos, deixava em paz aqueles que estavam enganados, e assim agia no interesse, escreve ele, da tranqüilidade pública; em outros termos, porque ele enfrentava uma forte oposição. O fato é que seu império será simultaneamente cristão e pagão.

Mas Constantino considera, por outro lado, que existe em favor dele um domínio reservado: sendo o cristianismo sua religião pessoal (que depois continuará praticamente, com seus sucessores cristãos, a religião do trono), ele não permite que sua própria pessoa seja conspurcada pelo culto pagão. Em 315 ele está em Roma para celebrar seu décimo ano de reinado. Essas festas decenais eram celebrações patrióticas nas quais, após dez anos do mais feliz dos reinados, cumpriam-se sacrifícios pelos "contratos" de compromissos estabelecidos dez anos antes pela salvação do soberano e estabeleciam-se por meio de novos

sacrifícios os contratos para os dez anos futuros; Constantino deixou o povo se divertir em grandes festas, mas proibiu qualquer sacrifício de animais, desinfetando assim (no dizer de Alföldi) os ritos pagãos.

Para não nos alongarmos, fiquemos em um documento célebre, no qual se encontra o mesmo paganismo desinfetado e o mesmo horror sagrado pelo sangue dos sacrifícios. A cidade de Spello, na Úmbria, pediu a Constantino autorização para estabelecer lá uma grande festa anual, cujo pretexto obrigatório seria o culto aos imperadores; chegava-se a propor para a realização da festa a construção de um templo aos imperadores mortos e divinizados da dinastia reinante (entre os quais o próprio pai de Constantino). Como toda festa de culto imperial, nela haveria combate de gladiadores, prazer supremo, raro, dispendioso e puramente secular.

Constantino autorizou a festa, os gladiadores (cuja apresentação ele sempre hesitou proibir, de tal forma os combates eram populares), o templo dinástico, o sacerdote imperial, mas proibiu a este último que infligisse à sua dinastia a mancha dos sacrifícios: haveria o culto imperial sem o sangue das vítimas. Uma vez que, dada sua função, um sacerdote imperial era indicação do próprio imperador, Constantino aproveitou essa interferência pessoal para proibir um culto pagão. Porque ele não proíbe o paganismo e não favorece o cristianismo a não ser na esfera que se refere a sua pessoa (esfera bem ampla, é verdade); da mesma forma, lembremo-nos disso, quando mandou pintar o crisma nos escudos de seus soldados estava dentro dessa esfera, por ser o exército instrumento do imperador, que é seu chefe direto.

Por solidariedade com seus correligionários, Constantino teve o cuidado de poupá-los, como a si próprio, do contato impuro com o sangue das vítimas sacrificiais: os magistrados cristãos ficam dispensados de cumprir, como exigiam suas funções, o rito pagão da lustração [purificação], que terminava com um sacrifício; a lei ameaçava de surra ou de multa quem forçasse os conselhos municipais cristãos a cumprir essa "superstição". Benefício duplo e até triplo: num golpe único, os ricos cristãos deixavam de ter um pretexto para se recusar a pagar os altos tributos municipais, e aos cristãos pouco escrupulosos ficava a sugestão de conduzir-se de modo mais conforme à lei.

Constantino também poupou aos cristãos — sem exclusão dos criminosos — a obrigação legal de pecar. Alguns culpados eram condenados a combater como gladiadores forçados. Ora a lei divina diz "não matarás", e nunca os gladiadores foram admitidos na Igreja. Constantino decidiu que as condenações aos combates na arena passariam a ser substituídas, no caso dos cristãos, pelos trabalhos forçados nas minas e pedreiras, "e assim os condenados teriam o castigo por seus crimes sem que se derramasse sangue"; os sucessores do grande imperador observaram a mesma lei.

Convém esclarecer que os condenados à morte, aos trabalhos forçados ou à arena tornavam-se propriedade do Fisco imperial e, nesse sentido, do próprio imperador. Constantino mantém então seu princípio de não impor sua religião a não ser na esfera pessoal. Por causa desse princípio, seu filho Constâncio II proibirá os altos magistrados pagãos de continuarem a dar a Roma espetáculos de arena, e de transformar os soldados romanos e os oficiais do Palácio imperial em gladiadores (o exército é atribuição do príncipe).

Em suma, Constantino respeitou de um modo geral seu princípio pragmático de tolerância. Entretanto, chegou, em 314, a "esquecer" de celebrar os soleníssimos Jogos Seculares, que, de cem em cem anos, festejavam, em vários dias e noites de cerimônias pagãs e de sacrifícios, a data lendária da fundação de Roma. Também não deixou de tomar algumas medidas muito sutis, como a que estabelecia o repouso dominical, da qual adiante falaremos mais longamente; ver-se-á também que uma lei pela qual Constantino impunha a abolição total de sacrifícios pagãos não foi aplicada. O culto pagão só começará a se enfraquecer a partir de seu sucessor.

Com maior facilidade, Constantino quebrou o equilíbrio entre as duas religiões, menos se voltando contra o paganismo do que favorecendo os cristãos: mostrava a todos os súditos que seu soberano era cristão, qualificava o paganismo de baixa superstição em seus textos oficiais e reservava as tradicionais liberalidades imperiais à religião cristã (mandou construir muitas igrejas e nenhum templo pagão). Porque, ainda que o paganismo continuasse a ser uma religio licita e que Constantino fosse, como todo imperador, o Grande Pontífice do paganismo, ele se conduzia, em todos os domínios, como protetor dos cristãos — e somente deles.

Graças a Constantino, a lenta porém completa cristianização do Império pôde começar; a Igreja, de "seita" proibida que tinha sido, tornou-se mais do que uma seita lícita: estava instalada no Estado e acabará um dia por suplantar o paganismo como religião integrada aos costumes. Durante os três primeiros séculos, o cristianismo permaneceu como uma seita, porém de modo algum no sentido pejorativo que os alemães dão a essa palavra: um grupo para o qual indivíduos decidem entrar, um conjunto de crenças ao qual alguns se convertem, por oposição a uma "igreja", a um conjunto de crenças dentro do qual se nasce e que são as de todos. "Tornamo-nos cristãos, não nascemos cristãos", escrevia Tertuliano no ano de 197. Essa lenta passagem da seita ao costume será a obra do enquadramento clerical da população, tornado possível porque a Igreja será apoiada e favorecida sob o ponto de vista fiscal pelos imperadores e também porque o cristianismo era a religião do próprio governo, que desprezava publicamente o paganismo.

Assim, por volta do ano 400, um cristão podia ter um sentimento de triunfo

próximo: "A autoridade da Fé se expande pelo mundo inteiro". Mas de onde a nova religião tirava seu poder sobre os espíritos? Sua superioridade espiritual sobre o paganismo era incontestável, vai-se ver, mas só uma elite religiosa podia ser sensível a isso. E por que o imperador em pessoa se converteu?

Quando Constantino veio ao mundo, o cristianismo se tornou "a questão acalorada do século"; quem quer que tivesse um mínimo de sensibilidade religiosa ou filosófica ficava preocupado e muitos intelectuais já se tinham convertido. Devo, assim, no temor e no tremor, tentar esboçar um quadro do cristianismo no decorrer dos anos 200 e 300, para enumerar os motivos tão diversos que puderam tornar tentadora uma conversão. O motivo da conversão de Constantino é simples, diz-me Hélène Monsacré: para aquele que pretendia ser um grande imperador, havia a necessidade de um deus grande. Um Deus gigantesco e amoroso que se apaixonava pela humanidade, despertando sentimentos mais fortes do que a multidão de deuses do paganismo, que viviam por si mesmos; esse Deus desenvolvia um plano não menos gigantesco para a salvação eterna da humanidade. Intervinha na vida de seus fiéis exigindo deles uma estrita moral.

CAPÍTULO II – Uma obra-prima: o cristianismo

Durante esses anos, o cristianismo, não encontrando mais do que hostilidade ou indiferença na massa da população, conseguira junto à elite o status de uma discutida vanguarda; para os eruditos, representava o grande problema religioso do século ou seu pior erro. Em nossa época, onde quer que haja alguma elevação do espírito, discutem-se questões ético-políticas sobre a evolução mundial; no século III, a inquietação eram as grandes verdades e o destino da alma; daí o sucesso do neoplatonismo junto dos intelectuais. A questão não é o baixo número de cristãos, mas o grande lugar que o cristianismo ocupava na opinião e nos debates públicos, nascidos de sua superioridade em relação ao paganismo.

Tentemos enumerar essas diversas superioridades relativas, porque algumas delas viriam a ser decisivas na escolha que Constantino fez dessa religião como verdadeira e como digna de seu trono. Poucas religiões — talvez nenhuma — conheceram no correr dos séculos um enriquecimento espiritual e intelectual igual ao do cristianismo; no século de Constantino, essa religião ainda era sumária, mas, mesmo assim, superou amplamente o paganismo. Alguns historiadores agnósticos acharão pouco científico estabelecer uma escala de méritos entre as religiões. Mas, no meu modo de ver, isso não é violar o princípio de neutralidade axiológica — é como reconhecermos a superioridade de certas criações artísticas ou literárias; superioridade em relação à qual os contemporâneos não foram menos sensíveis do que nós. Por que a imaginação criadora das religiões não teria, ela também, suas obras-primas?

Mais precisamente, sua superioridade prejudicava essa religião de elite, mais exigente para com seus fiéis do que prometedora de boas colheitas ou de curas: não era mais própria do que a grande música ou a grande literatura para se impor a toda uma população cuja religiosidade tinha menor alcance. Para que vencesse, a autoridade do Império e da Igreja pesou mais intensamente do que seus méritos. Além disso, o cristianismo tem um salvador original que não pode agradar a todos os gostos: o neoplatonismo era menos melodramático aos olhos de alguns eruditos. Essa foi a história da cristianização: só uma autoridade exterior conseguiria fazer com que um costume suplantasse outro costume. Nesse sentido, o papel de Constantino foi decisivo.

PAIXÃO MÚTUA, ALTO DESTINO

Comecemos por enunciar a superioridade principal: o cristianismo primitivo deveu seu rápido sucesso inicial, junto a uma elite, a sua grande originalidade, a de ser uma religião de amor; deveu-o também à autoridade sobre-humana que

emanava de seu mestre, o Senhor Jesus. Para quem recebia a fé, a vida se tornava mais intensa, organizada e posta sob uma grande pressão. O indivíduo devia enquadrar-se em uma regra que para ele se tornava um estilo de vida, como nas seitas filosóficas da época, mas, a esse preço, sua existência recebia de repente uma significação eterna no contexto de um plano cósmico, coisa que não lhe dariam nem as filosofias nem o paganismo. Este último mantinha a vida humana tal como era, efêmera e feita de detalhes. Graças ao deus cristão, essa vida recebia a unidade de um campo magnético no qual cada ação, cada movimento interior adquiria um sentido, bom ou mau — sentido que o próprio homem não se dava por si próprio, diferentemente dos filósofos, mas o orientava na direção de um ser absoluto e eterno, que não era um princípio, mas um ser vivo. Para citar Etienne Gilson, a alma cristã busca se solidificar no ser para se libertar da angústia do futuro. Essa segurança interior era acessível a todos, eruditos e analfabetos.

Ampliando a religião judia e os Salmos, o cristianismo tem por fundamento uma paixão mútua da divindade com a humanidade ou, mais exatamente, com cada um de nós. Para sugerir o abismo que o separa do paganismo, peço perdão para tomar um exemplo trivial, subalterno, indigno desse grande assunto: uma mulher do povo podia ir contar suas infelicidades familiares ou conjugais à Madona; se as tivesse contado a Hera ou Afrodite, a deusa se perguntaria que extravagância tinha passado pela cabeça daquela tola mulher que lhe vinha falar de coisas com as quais ela não tinha nada a ver.

UMA PALAVRA ENGANADORA: O MONOTEÍSMO

Foi por esse amor, pelo sentimento que de seu Senhor se irradiava e por uma concepção sublime do mundo e do homem que a nova religião se impôs. E não, acredito, por seu monoteísmo duvidoso, esse laborioso ponto de honra dos teólogos. O monoteísmo, por si, nada tem de particularmente excitante. Essa, de resto, é uma palavra enganadora que abrange espécies muito diferentes e que é vaga demais para ser uma das chaves da história das religiões; gostaríamos de exemplificar com o "monoteísmo" da religião judia antiga, mas faremos isso num apêndice. O monismo filosófico dos eruditos pagãos não os impedia de acreditar na existência de deuses subordinados ao Deus supremo. E os "três monoteísmos" de que hoje tanto se fala e aos quais são atribuídos tantos males pertencem a três espécies distintas. (Entre parênteses, não é o monoteísmo que pode tornar temível uma religião, mas o imperialismo de sua verdade.)

A originalidade do cristianismo não é o seu pretenso monoteísmo, mas o gigantismo de seu deus, criador do céu e da terra, gigantismo estranho aos deuses

pagãos e herdeiro do deus bíblico; o deus do cristianismo é tão grande que, apesar do seu antropomorfismo (o homem pôde ser feito à sua imagem), pôde se tornar um deus metafísico: sem deixar de manter seu caráter humano, vivo, apaixonado, protetor. O gigantismo do deus judeu permitirá que ele um dia assuma a função de fundamento e de autor da ordem cósmica e do Bem, função desempenhada pelo deus supremo no pálido deísmo dos filósofos gregos.

Tendo dois ou três objetos de amor sobrenatural, Deus, o Cristo e mais tarde a Virgem, a religião cristã, se usarmos de rigor, é politeísta, mas que importa? Essas figuras divinas nada têm em comum com os deuses antigos, ainda que sejam figuras pessoais (e até mesmo corporais, até Santo Agostinho). Com a divindade cristã, a inventividade religiosa atingiu de uma hora para outra o plano da imaginação narradora, essa fabulista que jamais se cala e entretanto é politeísta; alçou-se a um nível transcendente: as figuras plurais do cristianismo estão reunidas numa ordem cósmica de tal modo que ele, cristianismo, é uno. O cristianismo é um politeísmo monista.

É esse monismo, e portanto a natureza metafísica do cristianismo, que faz dele uma religião superior. O cristianismo não passava de uma história popular aos olhos dos neo-platônicos, mas era uma história filosófica; situava-se muito acima de um panteão e de uma poeira de cultos: o cristianismo se considerava a única verdade, impondo-se à humanidade inteira, dando a todos os homens uma vocação sobrenatural e uma igualdade espiritual. Uma Igreja una sancionava esse monismo. Era uma religião capaz de convencer numerosos eruditos e era digna de um grande imperador piedoso como o jovem Constantino, e digna de seu trono.

AMOR, CARISMA DO SENHOR, MORALISMO

Outra diferença específica do cristianismo era ser uma religião de amor. Por meio do profeta judeu Jesus de Nazaré, esse amor é o desenvolvimento (além de tudo ligado à família, se assim ousamos dizer: o Pai, a Mãe, o Irmão, o Filho) da relação não menos original entre Javé e os seus nos Livros históricos da Bíblia e mais ainda nos Salmos. O cristianismo deveu seu sucesso a uma invenção coletiva de gênio (não, São Paulo não foi o único): a misericórdia infinita de um Deus que se apaixona pela sorte da humanidade — não, da humanidade não, mas pela sorte das almas, uma a uma, a minha, a sua, e não apenas pela sorte dos reinos, dos impérios ou da humanidade em geral; um Pai cuja Lei é severa, que faz com que você ande retamente, mas que, como o deus de Israel, está sempre pronto a perdoar.

Uma patética relação de amor reunia de modo profundamente piedoso a

humanidade e a divindade em torno do Senhor Jesus. Entretanto, por sua vez, a alma humana recebia uma natureza celeste. O paganismo não ignorara totalmente a amizade entre uma divindade e um determinado indivíduo (pensemos em Hipólito de Eurípedes, que ama Artêmis); em compensação (pensemos na atitude distante de Artêmis diante de Hipólito morrendo), ignorou qualquer relação apaixonada e mútua de amor e de autoridade, relação que não termina nunca, que não é ocasional como no paganismo, porque é essencial tanto para Deus como para o homem. Quando um cristão se punha em pensamento diante de seu deus, sabia que não deixava de ser olhado e de ser amado. Enquanto os deuses pagãos viviam antes de tudo para si mesmos.

O Homem-Deus, em compensação, o Cristo, sacrificou-se pelos homens. Outra grande razão de sucesso da seita cristã é a figura do Senhor, sua autoridade, seu carisma. Sim, autoridade mais que terna, porque, não nos enganemos, ainda estamos na época de São Bernardo ou de São Francisco de Assis. O Cristo dos primeiros séculos também não era a figura humanitária de vida exemplar em que se transformou desde Renan, Cristo tão caro aos incréus. Não eram essas razões (elevadas, certamente, universais) que levavam a Cristo: a literatura paleocristã exaltava antes de tudo "não a atração da humanidade de Jesus, mas sua natureza sobre-humana, natureza anunciada antecipadamente pelos profetas e demonstrada pelos milagres, a ressurreição e o ensinamento do Mestre".

Estava-se mais ligado a essa natureza sobrenatural do que à pessoa do deus-homem, à sua vida, a tudo que está narrado nos evangelhos (em Santo Agostinho, ainda, a humanidade de Cristo continuará em segundo plano); "as qualidades humanas e os sofrimentos humanos de Jesus desempenham papel singularmente reduzido na apologética desse período". A Cruz era símbolo, não de suplício, mas de vitória, tropaeum Passionis, triumphalem crucem A Paixão e a morte de Cristo não estavam continuamente diante dos olhos do cristão; não era a vítima expiatória, o sacrifício do Crucificado sobre o Calvário que fazia conversões, mas o triunfo do Ressuscitado sobre a morte.

A figura de Jesus se impunha também por seu tempo de permanência na terra, por seu caráter histórico, recente, bem datado; Cristo não era um ser mitológico vivendo em uma temporalidade feérica. Diferentemente dos deuses pagãos, ele "era real" e até humano. Ora, sua época era muito receptiva aos "homens divinos" (*theioí ándres*), aos taumaturgos, aos profetas que viviam entre os homens e que muitos tomavam por mestres. Sobre os sarcófagos (cuja decoração ilustra a relação do defunto com o Senhor), o Senhor aparece como Pastor que apascenta as ovelhas (entre as quais o defunto) que ele ama e que o seguem, ou como jovem Doutor do qual o defunto ouviu os mandamentos éticos.

Na verdade, outro motivo de conversão foi, para o novo fiel, um zelo moralizador, parente do estoicismo popular, um gosto pela respeitabilidade, esse

orgulho humilde. Várias pessoas são sensíveis ao calor ético e ficam logo atentas a uma pregação moral. Não se adora o Deus cristão com oferendas, não se lhe sacrificam vítimas, mas obedece-se à sua Lei. O papel fundamental que a moral desempenha no cristianismo era amplamente estranho ao paganismo; tratava-se de mais uma originalidade cristã.

Para grande surpresa nossa, os textos cristãos falam com muito mais freqüência desse moralismo do que de amor. Enquanto a Epístola a Diogneto, obra de erudito, convidava a imitar o amor de Deus pelos homens amando-o e ajudando os pobres e os fracos, o bispo Cipriano prescreve a necessidade de não pecar e de obedecer a Deus sem pretender imitá- lo, assim como um exército não imita seu general, mas o segue, obedece-o; uma autoridade, qualquer que seja, prefere geralmente os subordinados que se contentam em não desobedecer aos que tomam positivamente iniciativas.

O sucesso do cristianismo talvez possa ser comparado ao de um best seller (no caso, de uma obra-prima mundial, aos olhos do incréu que sou). Ele "agarra pelas tripas" seus leitores e, se esse agarrar não chega a atingir as multidões, pelo menos atinge a religião dominante precedente, no mínimo junto a uma elite espiritual ou ética vinda de todas as classes da sociedade, ricos e pobres, ignorantes e cultos ou semi-cultos, entre os quais um certo imperador... Não afirmo, muito pelo contrário, que o cristianismo seja imanente à alma humana, ou que a sociedade o aguardava. Seu sucesso se explica de outra forma: um best seller (como A nova Heloísa ou como Werther) revela a alguns uma sensibilidade antes insuspeitada; essa sensibilidade nova que o cristianismo fez nascer (no caso considerado, a de uma religião que fala de amor) proporcionou-lhe em contrapartida seu sucesso, do qual, assim, ele próprio criou as causas.

Obra-prima tão original que, em nossa metade do mundo, a partir de então ditou a moda: provocou um corte geológico na evolução bimilenar das religiões, abriu uma era nova para a imaginação que as cria e vai servir de modelo às religiões que a sucederam, maniqueísmo ou islarrt. Quaisquer que sejam suas diferenças, nenhuma das três tem nada em comum com os velhos paganismos ao redor do mundo; têm, sim, em comum entre si um profeta, situam historicamente a Verdade e a salvação, têm um livro santo do qual fazem uso litúrgico e ignoram o sacrifício de animais.

Porque a história inova, não se faz apenas de "respostas" às "necessidades da época" ou "da sociedade". É preciso escolher: ou bem se dirá que o cristianismo se impôs porque respondia a uma expectativa, marca de uma religiosidade nova atestada pelo sucesso das religiões orientais tanto quanto daquele neoplatonismo, muito diferente, marca do "espírito do tempo", do Zeitgeist, da "angústia da época"; ou, ao contrário, preferir-se-á supor que o cristianismo se impôs porque oferecia alguma coisa de diferente e de novo.

A RELIGIÃO É UMA QUALIDADE IRREDUTÍVEL

O sucesso do cristianismo se explica também por sua promessa de uma imortalidade da alma e/ou de uma ressurreição da alma e do corpo? Quanto a isso, devo confessar ao leitor meu ceticismo e abrir um parêntese de três páginas quando, contrariamente à minha convicção, mais que tudo farei o papel de advogado do diabo. Essa explicação, direi, ainda que sem crer nisso, será boa se é verdade que o sentimento religioso não existe por si mesmo, mas tem raízes psicológicas inconscientes: a religião serviria de anteparo ao medo da morte. Uma explicação da Antigüidade para a religião: *primus in orbe deos fecit timor*; o sentimento do divino não seria "uma categoria a priori que não se pode derivar de outra coisa", como acredito, com Simmel, mas derivaria do medo da morte, do enigma metafísico, da necessidade de consolação e de ópio etc.

Outra razão para ser cético diante da explicação psicológica, cara ao diabo: enquanto a morte está distante, o medo da morte e o desejo de eternidade podem dar impulsos esporádicos de angústia ou de desejo de crer, mas que raramente chegam a levar a uma mudança de vida; durante os séculos cristãos, muitas conversões dar-se-ão in extremis e mesmo diante da morte. Os fumantes inveterados não ignoram que o tabaco mata, mas o futuro ainda está longe. Apesar disso, não se pode ter mais do que uma meia crença, uma crença *unreal* (no sentido em que o cardeal Newman empregou a palavra) em um além acerca do qual não temos mais do que a palavra de outrem e nenhuma experiência, e que sabemos enigmático. E preciso já estar convertido, já crer em Deus e amá-lo para ter fé em Sua palavra sobre o além.

Mas, por outro lado, ao tempo em que nascia o cristianismo, corriam, havia um bom milênio, no mundo pagão, mil doutrinas e lendas sobre o além ou sobre a imortalidade da alma, os espíritos se impressionavam com essas doutrinas e lendas: não tinham renunciado, como a maioria de nós, a saber alguma coisa sobre isso. O além era, à época, um problema que se vivia vivamente e que, em conseqüência, provocou conversões; Paraíso ou Inferno, o cristianismo respondeu à questão: "De onde viemos? Para onde vamos?"

Mas, precisamente, vamos para o Paraíso ou para o Inferno? Classificadores situaram o cristianismo no gênero ou espécie das "religiões de salvação". O que seria mais verdadeiro em relação às doutrinas orientais de auto-transfiguração; quanto ao cristianismo, prometia uma prova mais própria a afastar um novo adepto do que a convertê-lo: a salvação ou os suplícios eternos do Inferno.

Esse Inferno não deixa de constituir uma dificuldade para os próprios crentes e levava Santo Agostinho a dizer que a justiça de Deus não é a nossa: o deus de

amor e de justiça é também o deus que preparou para uma infinidade de seres humanos, ao cabo de uma prova ou de uma loteria da qual era o inventor, o confinamento num campo de permanência eterna para impressionantes suplícios sem fim. Eis o que diz um teólogo atual: "E uma questão de saber por que esse Deus tão amoroso desejou uma ordem de coisas incluindo o pecado e o Inferno; definitivamente, a questão é insolúvel."

Se não se é nem teólogo nem crente, pode-se tentar uma solução: esse *diktat* incompreensível, esse lado de sombra que o best seller acrescenta ao patético. E, afinal, um crente pode simultaneamente amar a Deus e saber para onde ele envia tantos seres humanos, porque o Inferno não passa de uma crença sob palavra que se refere a um futuro longínquo; não passa de uma representação, de uma idéia, que não conseguiria igualar a força afetiva do amor e da fé em Deus. De tal modo que, a incoerência, além de seu grande efeito melodramático, não leva à revolta ou à descrença: nos cérebros, os afetos e as idéias não estão na mesma camada.

Depois, uma doutrina religiosa não é uma teoria da justiça e também não pretende ter uma coerência filosófica; sem ser nem longinquamente uma obra de arte, uma religião se enraíza na mesma faculdade criadora dessas obras. Ora, o dogma do Inferno mais exalta a doutrina cristã do que a prejudica; é uma atração a mais, para um best seller, essa de juntar o terror ao amor. Os inventores do Inferno e das penas eternas em dobro (o fogo, no sentido próprio da palavra, e o castigo da privação de Deus) acreditaram em um thriller que obtivesse um grande sucesso: aterrorizou um grande público, porque as pessoas sempre se deixam impressionar pelas ficções apavorantes; quanto aos autores do thriller, sem dúvida lhes agradava imaginar os inimigos da Verdade sendo queimados.

Com sua invenção de um deus do amor que criou o Inferno, poder-se-ia reprovar-lhes o fato de terem criado um personagem incoerente. Mas, nos diferentes domínios do imaginário, a incoerência absolutamente não é irremediável, muito pelo contrário: "Quando se afirma que o artista criou personagens verdadeiros chega-se a uma grande ilusão: o artista traça esboços de homem, tão esquemáticos quanto nosso conhecimento do homem. Um ou dois traços freqüentemente repetidos, com muita luz sobre e muita penumbra em volta, mais alguns efeitos poderosos, satisfazem suficientemente as nossas exigências" (Nietzsche, Humano, demasiado humano). Um pai misericordioso mas impiedoso, uma loteria do tudo ou nada, os pavores infernais que aumentam o sucesso do best seller envolvendo as imaginações (a pintura religiosa o testemunha), e que tudo isso seja santo: não pedimos mais nada.

Mas, afinal, a principal razão para esse sucesso do cristianismo está em outro ponto. O medo da danação não representava uma dificuldade para as

conversões, cujas motivações eram menos citadas entre "o arrependimento e a da nação", mas estavam principalmente no fato de que "Deus te ama". Isto é, os motivos para alguém se converter eram mais elevados do que o medo da morte. E é a isso que queríamos chegar: reduzir a religiosidade a explicações psicológicas seria ter uma visão muito curta e passar ao largo da realidade irredutível que é o sentimento religioso. Não, a religião não é uma jogada psicológica impressentida, nós não nos entregamos a pequenos artifícios à revelia de nossas crenças consoladoras. O divino, o sagrado, é uma qualidade primária que não se pode derivar de outra coisa. Há qualidade, se, para sermos compreendidos quando designamos alguma coisa, for necessário que o próprio interlocutor tenha experiência dessa coisa. Se ele não a tiver, estamos reduzidos à tautologia ou à paráfrase, como para falar de cores a um cego. Ora, muitos indivíduos são cegos diante do divino. Em *La Représentation du monde chez l'enfant* [A representação do mundo na criança], Jean Piaget considera que o sentimento religioso "tem sua fonte na relação da criança com os pais e que esse sentimento é o próprio sentimento filial". Mas qualquer tentativa de assim derivar o divino de outra coisa que não seja o próprio divino, quer se trate do medo, do amor, da angústia, do sentimento filial, nunca explicará como se pode produzir esse salto no sentido de uma qualidade tão diferente e tão específica; acreditar-se-á antes que o bebê descubra o divino em seus pais. Não se infira daí que os seres que têm essa qualidade do divino realmente existem: acreditarei perfeitamente em Deus, nenhuma "intuição intelectual" me fará ver Deus de acordo com a minha intuição quanto aos objetos que me cercam e como sei que penso.

UM BEST SELLER INOVADOR

Não era a uma esperança no além que se deviam as conversões, mas a algo muito mais amplo: à descoberta pelo neófito de um vasto projeto divino do qual o homem era o destinatário e no qual a imortalidade e até mesmo a incerteza da salvação eram apenas implicações. Através da epopeia histórico-metafísica da Criação e da Redenção, com seus efeitos de sombra e de luz, sabe-se agora de onde viemos e para que estamos destinados. Sem essa epopeia exaltadora, a cren ça na imortalidade da alma não seria mais do que uma superstição insuficiente para fazer mudar de vida. Quanto à epopeia em si, é ampla demais para ser apenas um truque psicológico ou um fazer-crer para superar a angústia e tudo mais que houver: a fabulação religiosa não é inconscientemente utilitária, ela é o próprio fim em si e suficiente para sua própria satisfação.

O homem recebeu uma vocação sublime, "não somos do tempo para em seguida sermos dissolvidos pelo tempo", dizem os Atos de André gregos, "somos de todo

modo pretendentes à grandeza; mais que isso, pertencemos Àquele que nos adota por piedade". O mundo é povoado só por duas espécies de seres vivos, a dos deuses e a dos homens, uns em face do outro: Deus engloba todo esse mundo em seu imenso amor e lhe prepara um destino sublime; o crente prova em seu coração desse mesmo amor, ou desse amor mesmo, e encontra Deus presente em si mesmo, crente.

Ao humilhar-se diante dessa divindade amorosa, passa-se a "pertencer" a seu alto projeto, confessa-se ser pecador diante de sua grandeza, oferece-se a essa divindade o "coração contrito" de que já falam os Salmos, e assim se reconhece sua soberania, para louvá-la e exaltá-la. Como se vê, a nova religião suscitava — pelas respostas que dava a esses itens — interrogações e esperanças mais imensas do que as do paganismo, mais amorosas e pessoais do que as do intelectualismo impessoal do neoplatonismo (de onde entretanto sairão em parte a mística sofista e a do Pseudo-Dionísio). Nossa existência na terra não tinha mais o absurdo de uma breve passagem entre dois nadas; enquanto as seitas filosóficas, o epicurismo e até o estoicismo, permaneciam nisso.

A extraordinária originalidade do cristianismo (que não se parecia com nada, exceto, mais ou menos, com o judaísmo) impediria a explicação de seu sucesso pelo "meio", pela "espera" de toda uma "sociedade", pela "nova religiosidade" ambiente, pela "angústia da época" e pelas célebres "religiões orientais", cuja difusão no Império seria o sintoma dessa espera e teria preparado a cama do cristianismo. O inverso é que é verdade. As religiões orientais não passavam de vulgares paganismos, com algumas tintas de Oriente. É à sua diferença, à sua originalidade que o cristianismo deve seu sucesso. É preciso que nos resignemos a admitir que nem tudo na história se explica pelo "estado da sociedade".

A nova religião se impunha também por seu sentido agudo da fraternidade, do amor ao próximo, essa imitação do amor de Deus pelos homens, diz a Epístola a Diogneto. Por suas obras caritativas, diferentes do mecenato "evergético" dos ricos pagãos que ofereciam edifícios e espetáculos. Por um sentimento comunitário desconhecido dos pagãos que não se comunicavam dentro de sua crença, enquanto os cristãos se reuniam todos para celebrar o culto. Pelo fervor coletivo dessas reuniões dominicais, nas quais a eucaristia regenerava os fiéis.

TAMBÉM FAZIA O CORAÇÃO PALPITAR?

Viria a formar-se uma espiritualidade, uma religião do coração, mas como o saberíamos hoje? Diante de um tal assunto, o historiador em busca de documentos fica lamentando. Uma prece cujas palavras saem do coração nasce e morre no mesmo instante, um suspiro de devoção, uma oração jaculatória não

deixam mais traços na história do que o breve "eu te amo" de dois amorosos pobres em palavras. Quanta coisa foi vivida sem ter sido dita! O amor muito particular que se tem por uma divindade, esse amor que o convertido acha "inteiro" em seu coração, é difícil de descrever. Acreditar em Deus, temê-lo, amá-lo é um estado habitual e tão normal que a pessoa se esquece de falar nisso; o mais comum é recolher-se em vez de meditar discursivamente.

Além de tudo, como muitas outras convicções, a fé pode ser completa e agir sem nada de afetivo, sem que haja palpitação; da mesma forma, nem sempre é verdadeiro, apesar de Apollinaire, que *dans le coeur du soldat il palpite la France"* (salvo implicitamente, em rigor). Por isso é que os historiadores da Primeira Guerra Mundial continuam a se perguntar se os combatentes lutavam por patriotismo: os próprios combatentes ignoravam o motivo pelo qual combatiam. Os textos paleocristãos em prosa, nos quais raramente corre o leite da ternura evangélica, permanecem mudos quanto aos sentimentos: tinham outras urgências (a moral, a ortodoxia, a polêmica) mais importantes do que verbalizar afetos, para cultivar a espiritualidade como uma planta rara; isso virá em alguns séculos.

O amor ocupava o subconsciente dos crentes, motivava-lhes a fé, mas era com a moral que eles tinham de se preocupar, dela tinham de dar prova; o amor divino permanecia para eles como uma questão íntima. Para um convertido, a grande mudança era começar uma vida santa. Sob a vigilância de seus correligionários. O Pastor, de Hermas, preparava seus numerosos leitores para a obediência que a sua Igreja esperava de seus fiéis; mais do que o amor, a grande palavra era a disciplina quando se aderisse à Igreja. Procurar-se-ia em vão o amor no Comentário do Cântico dos Cânticos de Orígenes. As únicas testemunhas desse amor eram os textos "convertedores", protrépticos, como as últimas páginas da Epístola a Diogneto, na qual a oração-elevação é superior à oração-pedido. Essa epístola fala em termos comoventes, nessas últimas páginas, da caridade mútua entre Deus e sua criatura. E também os poetas: "Licor de ambrosia, perfume de néctar, a fé corre em mim vinda do seio do próprio Pai." As Odes de Salomão cantam em siríaco "as águas da fonte viva" do Senhor, na qual "bebem todos os sedentos", pois essas águas "fizeram crentes".

CAPÍTULO III – Outra obra-prima: a Igreja

Ora, quanto a esse ponto, quanto à crença, a seita cristã deixava para os pagãos uma questão agressiva e nova: "Qual é a religião verdadeira, a sua ou a nossa?" Essa questão da verdade pode parecer natural, imediata e eterna em todos os domínios, mas, no decurso dos séculos não o será. Às vezes me pergunto se os gregos realmente acreditavam em seus mitos. A resposta entretanto era simples: a questão da verdade não é tão importante como seria de supor; não vivemos a nos perguntar, a propósito de cada assunto, se uma coisa é verdadeira (ou até evitamos nos interrogar sobre isso, por prudência ou por uma questão de respeito), de tal modo que nós mesmos ignoramos se acreditamos ou não. O fato de não se colocar a questão da verdade cria a ilusão de que existiriam épocas de fé em que todo o mundo seria crente; de fato, se as pessoas se interrogassem, pelo menos uma minoria entre elas descobriria que o objeto de sua crença presumida não desperta dentro de si qualquer eco.

VERDADE EXPRESSA E PROFISSÃO DE FÉ

Quando um pagão descobria que um povo longínquo adorava deuses que lhe eram desconhecidos, não se preocupava com a questão de saber se esses deuses eram verdadeiros ou falsos: contentava-se com essa informação "objetiva". Para ele, os deuses dos outros eram deuses desconhecidos dele que talvez fosse bom importar, assim como se aclimatavam em seu país úteis plantas exóticas; ou até achava que os deuses eram por toda a parte os mesmos sob nomes diferentes: assim como um carvalho em todo lugar é um carvalho, os nomes próprios dos deuses se traduziam de uma língua para outra, a exemplo dos nomes comuns; Zeus era Júpiter em latim e Taranis em celta. Os gauleses, escreve César, adoram principalmente Mercúrio, Apolo, Marte, Júpiter e Minerva e têm desses deuses praticamente a mesma concepção que os outros povos.

Contudo, acontecia de a cidade recusar ou expulsar certas divindades, não porque fossem falsas, mas porque seu culto era imoral (o julgamento se fazia de acordo com seus ritos, porque esses organismos religiosos sumários quase não tinham outros órgãos para julgá-los). Pagãos incréus raramente diziam: "Os deuses não existem, não são verdadeiros"; limitavam-se mais habitualmente a dizer: "É inútil prestar-lhes um culto pensando em conseguir seu favor, sua proteção". Afirma-se com decisão a falsidade de uma crença, em vez de deixá-la em paz, a não ser que ela se oponha à crença que professamos e que temos expressamente como a única verdadeira. Parodiando Hegel, toda consciência de ser verdadeira quer a morte da outra.

Quanto a esse ponto, o cristianismo se distinguia por uma característica que ainda sofria maiores acusações: tratava-se de uma religião com profissão de fé. Não era suficiente ser cristão, era preciso dizer-se cristão, professar o cristianismo, porque nele havia uma relação pessoal com Deus (como no judaísmo e nos Salmos), ignorada no paganismo. Suportava-se o martírio para não renegar a fé. Um pagão nada professava, não afirmava acreditar nos seus deuses: era óbvio que acreditava, uma vez que lhes prestava culto! Cada povo, dizia-se, "tinha" seus deuses para si, cada indivíduo podia "ter" os seus (*theoús nomízen*). Tudo que havia era adorar os deuses que se quisesse adorar, quando se quisesse. *Se vuoi, come vuoi, con chi vuoi.* Com o exclusivismo cristão é que se passou a empregar o verbo "crer" (quero dizer: "crer expressamente, e declará-lo"; aqui não falo de pístis, essa confiança do tipo infantil e cheia de esperança na ajuda de um deus): os cristãos não "criam" nos deuses dos pagãos e reciprocamente. Esse verbo só é empregado pelos incréus, pelos cristãos antigos que não acreditavam mais em Júpiter e pelos historiadores e etnógrafos modernos que descrevem as "crenças" de outros tempos ou de outros lugares.

UM ORGANISMO COMPLETO, UMA IGREJA DE PROSELITISMO

Mais ainda, o cristianismo era um organismo completo, o que não se dava com o paganismo. Como o paganismo, ele comportava ritos, mas também uma porção de outras coisas que o paganismo não tinha: sacramentos, Livros Santos, atos litúrgicos, propaganda oral através de homílias, uma doutrina moral, dogmas. E, assim como era preciso confessar sua fé e respeitar a Lei divina, era preciso crer nesses dogmas e nas narrativas sagradas, na Queda, na Redenção, na Ressurreição. Um cristão que atravessasse uma crise de dúvida a esse respeito, não dispunha do recurso de que dispunham os pagãos, de considerar invenção de poetas o que lhe parecesse despropositado em seus mitos. Aparecerão com o tempo outras novidades: querelas teológicas, heresias, cismas e a repressão a essas coisas.

O cristianismo era igualmente uma contrassociedade quase completa, redistribuía a riqueza através da esmola. Tinha engendrado uma completa literatura religiosa. O paganismo não passava de uma religião, o cristianismo era também uma crença, uma espiritualidade, uma moral e uma metafísica, tudo sob uma autoridade eclesial. Ocupava o espaço todo. Para um pagão, as relações de um indivíduo ou de uma coletividade com os deuses constituíam um domínio importante, o mais importante, sem dúvida, ou o mais revelador, mas não o único; era preciso administrá-lo cuidadosa e piedosamente, mas havia outras coisas a administrar. A religião pagã não atingia todos os domínios, enquanto a religião de Cristo domina todas as coisas da vida, uma vez que a vida toda está

orientada para Deus e submetida à sua Lei. Respeitam-se as diversas virtudes pela virtude de piedade, para obedecer a Deus, e o pecado ofende a Deus antes mesmo de ofender a moral. Por isso ser cristão se torna e permanecerá sendo a identidade dos fiéis, que um dia formarão a "cristandade".

Por fim, o cristianismo tinha uma particularidade que o tornava único no mundo: essa religião era também uma Igreja, uma crença exercendo autoridade sobre aqueles que dela compartilhavam, apoiada sobre uma hierarquia, um clero superior em natureza ao laicato num quadro geográfico. Lado a lado com o amor, com o ascetismo e com uma pureza desinteressada por este mundo cá de baixo, a psicologia dos cristãos incluirá também o gosto pela autoridade. O paganismo não conhecia nada de semelhante a essa poderosa máquina de conquista e de enquadramento; havia um pouco por toda a parte templos de Mercúrio ou talvez de Ísis, havia pessoas que, entre todas as divindades existentes, tinham por Ísis uma piedade particular, mas não existia a Igreja de Ísis, como não existia clero; a "religião" de Ísis não passava de um agregado de piedades individuais e de santuários diferentes uns dos outros. O regime estabelecido era o da livre empresa. Qualquer um podia abrir um templo ao deus que escolhesse, assim como quem abre uma loja.

Legalizando a Igreja, estabelecendo-a, favorecendo-a, fazendo dela sua religião pessoal, Constantino fortificará um organismo completo, acionará uma formidável máquina que pouco a pouco irá enquadrar e cristianizar a massa da população e até mesmo enviar missionários aos povos estrangeiros. Porque o cristianismo ainda tinha mais uma particularidade, era prosélito, ao passo que o paganismo e o judaísmo raramente buscaram persuadir os outros a adotar suas divindades. Não contente em ter professado e assumido o risco de se dizer verdadeiro, o cristianismo era uma religião universalista.

Esse universalismo era o mesmo do paganismo e das sabedorias antigas: qualquer estrangeiro podia adorar Zeus, a sabedoria estoica era aberta a todos, até mesmo às mulheres, e o escravo do Mênon de Platão redescobre a geometria. Mas essas sabedorias não eram conquistadoras. Cada uma se considerava expressamente a única verdadeira, estabelecia vivas polêmicas com suas concorrentes, porém se contentava em ter seu pequeno comércio de idéias e de lá "esperar o cliente", sem ser monopolista, sem pensar que ia conquistar o mundo ou que tinha o dever de conquistá-lo.

Se se pensasse em fazer Crisipo profetizar que um dia o mundo inteiro seria estoico, ele levaria um susto. Conseqüência disso é que, à falta de proselitismo, essas sabedorias restringiam-se a apanágio dos eruditos, enquanto a Igreja queria se impor a todos os homens, aos pequenos e aos grandes, e ter o monopólio religioso; assim, Crisipo deixará para São Paulo a glória de ser o primeiro universalista...

De onde provinha essa particularidade única que era a existência de uma Igreja? Eis um dos grandes problemas da história do cristianismo. Pode-se supor que, nascido como seita judia, o cristianismo conservou ao máximo o princípio de autoridade sobre os fiéis que é o da maior parte das seitas: um grupo fortemente estruturado tende a estreitar suas fileiras e a reforçar a identidade de seus membros. A "Igreja" (ecclesia), quer dizer, a assembléia de seu futuro povo, que Jesus de Nazaré, profeta judeu, queria construir com base em seu discípulo Pedro, era a continuação da assembléia (cabal) do povo eleito. Portanto, não se pode ser cristão sem se juntar a essa assembleia. Está aí outro grande problema: a exclusividade nacional do povo eleito a ser substituída pela exclusividade de um "partido" internacional, o de Cristo, que, graças a Constantino, começará a poder se estabelecer como "partido único".

A Igreja era essa torre compacta de que fala o Pastor de Hermas; cada fiel se via pressionado a fazer de si próprio um tijolo correspondente e liso, próprio para ser assentado na fortaleza para elevá-la mais ainda; obedecia a isso menos por amor de Deus que para servir à Igreja. Mas, para erguer tal construção, seria preciso construir a si mesmo como santuário de pureza (projeto entrevisto pelos filósofos pagãos e ignorado pelas muito louvadas "religiões de Mistérios", nas quais o iniciado não passava de um beneficiário). Nos textos, constará mais freqüentemente o problema de obediência e de castidade do que o de caridade, o do Evangelho, o da humanidade de Cristo.

As duas religiões diferiam então radicalmente por seus "discursos", por suas diferenças mais profundas e menos visíveis. As palavras "deus" e até mesmo "religião" não tinham o mesmo sentido. Por isso o cristianismo era suspeito e até odiado pelo povo: por seu "discurso" não se parecia com nada até então conhecido, portanto provocava sempre uma certa desconfiança; o cristianismo era uma religião sem ser uma religião (nem mesmo oferecia sacrifícios! Que horrores não faria em vez disso?). O motivo das perseguições, para o povo, era uma fobia: os cristãos eram diferentes, sem que fossem francamente estranhos, não se sabia, em relação a eles, com quem se estava dialogando. Voltaremos a tratar disso quando falarmos do antijudaísmo cristão.

RELIGIÃO ESPALHADA POR TODA A SOCIEDADE

Desconfiança que os cristãos não mereciam; eles não pertenciam à lendária "religião dos pobres e dos escravos", mas formavam uma parte da população na qual todas as classes estavam representadas. Entre eles, homens notáveis por sua instrução (freqüentemente seus bispos) que eram poderosos em sua cidade, e "plebeus médios" que tinham casa e família e que sabiam ler. Desde os anos

200, o perfil social de uma comunidade cristã era perfeitamente comparável ao perfil da sociedade em torno dela. Obra de clérigos, uma ampla literatura piedosa, mas também de passatempo romântico ("voluptuosamente casta", diz Renan), estava à disposição dos cristãos; não privarei meus leitores, como São Jerônimo não privou os seus, do suplício daquele mártir entregue amarrado, não aos leões, mas a uma bela cortesã.

Clemente de Alexandria pinta com simpatia um ambiente urbano completo, hereditariamente cristão de pai para filho, e se trata mesmo de um ótimo ambiente; um marxista falaria de "literatura de classe". As virtudes cristãs mal se distinguiam dos conselhos de saber viver e de decência; à mesa, no momento de beber, era preciso imitar o Senhor, que, na Última Ceia, quando disse "Este é meu sangue", bebeu o vinho com dignidade, modos e boa educação. Clemente destina sua obra à classe dirigente, os ricos importantes que têm necessidade de conselhos sobre o bom gosto, a modéstia, a moderação no vestir e em suas relações com seu pessoal doméstico. O nível espiritual deles era muito baixo; durante as assembléias piedosas, tinham de assumir um ar modesto e benevolente; mal terminava a assembléia, seu rosto se tornava o rosto de seus irmãos "de classe".

Longe de formar ainda uma seita de profetismo, iluminismo e glossolalia à espera do Reino iminente de Cristo sobre esta terra, eles viviam em comunidades de famílias submissas a seus bispos, alheios às heresias eruditas ou extremistas, respeitadores em relação ao Império e aos poderes estabelecidos. A conversão do pai de família importava freqüentemente na de toda a família, sem exclusão dos escravos. Levavam uma "vida calma e pacífica, cheia de piedade e de gravidade" (como prescrevia a Primeira Epístola a Timóteo ou as Constituições Apostólicas), mais importante do que as sublimidades da Epístola aos Romanos e do que a devoção à pessoa de Cristo. Ser um bom cristão era, em primeiro lugar, ser virtuoso, de tal modo que, por contraste, o paganismo parecia carregar todos os vícios: a acreditar na Epístola aos Romanos ou em Hermas, o mundo pagão não passava de um mundo de vícios. Os cristãos eram pessoas normais e até louváveis. Diferentemente das seitas apocalípticas que esperavam a destruição de Roma, essa Grande Prostituta, essa Babilônia, os cristãos se consideravam membros do Império, súditos dos imperadores, por cuja conservação (*pro incolumitate imperatorum*) pediam amplamente ao Senhor a cada semana.

Mais do que o espírito evangélico, mais do que a cultura da espiritualidade ou do que a exaltação que se irradiaria do Cristo sofredor e da Virgem mãe (ainda não se chegou a Bizâncio e São Bernardo), outros atrativos, desconhecidos do paganismo, foram suficientes para suscitar a maior parte das conversões: a piedade amorosa que essa religião de amor respirava, os fervores coletivos durante as longas sinaxes [assembléias] semanais de um culto comunitário,

eclesial, a esperança e a alegria de uma destinação sobrenatural, a paz da alma, muito diferente da ataraxia estoica, porém antes de tudo diferente do moralismo "burguês" de que falam os historiadores alemães; existia, pode-se crer nisso, um puritanismo da pequena burguesia (*plebs media*) respeitável. Tudo isso só podia tranqüilizar os representantes da autoridade pública, se eles se dignassem a interessar-se por essas coisas.

O cristianismo praticava todas as virtudes conhecidas entre os pagãos, de tal modo que, depois da conversão de Constantino é inútil perguntar se a atroz legislação desse imperador contra os abusos sexuais era ou não de inspiração cristã: era uma legislação virtuosa e a virtude era indistintamente pagã e cristã. A moralidade pública estava inscrita na legislação desde Augusto, Domiciano ou os Severos; entre os pagãos, o puritanismo fazia parte da moralidade elevada e os cristãos não precisaram inventar nada. A ordem pública às vezes superava o cristianismo. Por volta de 220, o bispo de Roma, Calisto, autorizara as mulheres da alta nobreza a oficializar um concubinato ainda que com um escravo, se se tratasse de um cristão; Constantino regrediu às velhas doutrinas: se uma dama nobre fizesse isso, seria reduzida à escravidão, assim como os filhos nascidos dessa união.

SEITA PARA VIRTUOSOS OU RELIGIÃO PARA TODOS?

A fragilidade do cristianismo era, na verdade, sua própria superioridade, pois a sua originalidade só era compreendida por uma elite de "virtuosos", para retomar a expressão de Max Weber e de Jean-Marie Salamito. Sem a opção despótica de Constantino, o cristianismo jamais seria a religião do dia a dia de toda uma população; e o cristianismo só atingiu esse ponto à custa de uma degradação, daquilo que os huguenotes viriam a chamar de paganismo papista e os historiadores atuais chamam de cristianismo popular ou politeísmo cristão (devido ao culto dos santos) e os teólogos de "fé implícita" da gente inculta.

Paulo minora canamus; uma superstição também contribuiu para o sucesso da seita. Geralmente estava-se convencido de que este mundo vive atormentado por poderes demoníacos enganadores contra os quais a Verdade traz a salvação. Acreditava-se neles como se acredita na existência dos micróbios e dos vírus; as convulsões dos bebês assim como os motins da plebe urbana eram obra dos demônios; podia-se estar possuído por um demônio, assim como por toda uma legião desses seres. Ora, o Novo Testamento está cheio de narrativas e de milagres em que o Senhor expulsa os demônios (é o tema favorito do evangelho de São Marcos). Os cristãos tinham entre os pagãos a fama de serem hábeis exorcistas "e o exorcismo foi um meio muito importante de missão e de

propaganda".

Enquanto o regime imperial não viesse a ser oficialmente cristão, a nova religião estaria condenada a permanecer como uma seita. Apesar das perseguições, o cristianismo atraía, em todas as classes da sociedade, uma elite espiritual, sem exclusão de intelectuais de reconhecido talento, Tertuliano ou Origines. "No tempo de Plotino, havia muitos cristãos" entre a gente culta. Desde o início, com o evangelista São Lucas, o cristianismo tinha tido um intelectual entre seus fundadores; no século II, Justino, Taciano ou o herói dos Reconhecimentos pseudoclementinos tinham aderido ao cristianismo depois de atravessar as mais diversas filosofias. O encontro entre o cristianismo e a filosofia grega foi um acontecimento decisivo. Essa religião doutrinária reivindicava dignidade igual à das seitas filosóficas do tempo, no sentido de que a Antigüidade tinha uma palavra de filosofia, quer dizer, não apenas uma teoria, mas uma regra de vida, uma doutrina que deveria ser posta em prática.

No século II, zombava-se dos cristãos ou se lhes dava desprezo com mau humor; no século III, bradava-se contra eles ou com eles se discutia seriamente. Celso ou Porfírio só se aventuraram a estabelecer polêmica contra essa religião filosófica depois de ter estudado bem as Escrituras. Os adversários do cristianismo o criticavam como se criticam os pensamentos de vanguarda: tratava-se de uma invenção muito recente, era a última moda, uma coisa sem passado nem raízes nacionais (ao passo que até a bizarra religião dos judeus as tinha), construída através de sofismas pueris, apoiada sobre textos anacrônicos. Pior ainda, essa religião exigia uma metafísica e um estilo de vida e portanto julgava-se uma filosofia; ora, uma religião é aberta a todos, grandes e pequenos, ao passo que só uma elite social e cultural tem acesso à filosofia. De modo que o cristianismo entregava à gente que tinha muito pouco aquilo que devia permanecer como privilégio de uma elite; aos olhos desse espírito de casta, o cristianismo era uma religião de pobres e de escravos que manifestava uma confiança excessiva em si mesma. Um senhor de alta estirpe, Símaco, dizia que não queria se tornar cristão para não se parecer com a sua empregada doméstica (*ostiaria*); esquecia-se de que se pareceria também com seu contemporâneo São Jerônimo [séc. IV], cujas verve e fecundidade mantinham uma atualidade literária tanto junto aos cristãos como junto aos pagãos que achavam graça nas maledicências contra eles. Ou com outro contemporâneo seu, o muito aristocrático Santo Ambrósio, que conhecia melhor do que Símaco seu Plotino.

A questão cristã a cada dia assumia mais importância, até porque, na classe culta, o paganismo de seis ou sete séculos estava em crise. O paganismo acolhia muito de fábula e de ingenuidade; todo pagão piedoso e culto já não sabia no que devia crer, no que podia crer. Que idéia devia ter dos seus deuses? Quais as relações entre uma divindade filosoficamente aceitável e os "deuses da cidade",

aqueles da religião estabelecida? Incerto quanto a si mesmo, o paganismo já não existia mais, a não ser num modo interrogativo. Na multidão das pessoas simples, era como que um hábito e por isso mesmo solidamente enraizado; poderia durar indefinidamente. Entre a gente culta, era respeitado por ser uma tradição nacional, mas uma questão lancinante os perseguia: "Exatamente o que existe de verdade nisso?" As tentativas de apologia ou de renovação se limitavam quanto a esse respeito global a um passado, penhor de estabilidade em todos os domínios, sofisticavam-se em alegorias e teurgias místico-mágicas, ou se sublimavam em um alto tecnicismo filosófico.

Salvo o rigor entre os raros "virtuosos" religiosos pagãos como Elio Aristides, o paganismo nada oferecia de comparável ao cristianismo, nem longinquamente, assim como as célebres "religiões orientais no Império Romano". A exceção única era o judaísmo que, de Roma à Ásia, tinha então um grande sucesso. O cristianismo devia uma parte de seu próprio sucesso a esse sucesso do judaísmo, religião como ele original e que tinha um sentido sublime e patético nas relações entre as divindades e os homens. Em suma, o cristianismo foi uma inovação, uma invenção, uma criação, todas as coisas de que a história é feita, ainda que alguns historiadores não possam admiti-lo, sem dúvida por uma falsa concepção do determinismo histórico e do papel das condições anteriores.

Sim, nesses anos 200-300, entre os pagãos cultos, o cristianismo, por sua originalidade, poi seu patético, por seu dinamismo e por seu senso de organização não deixava ninguém indiferente: suscitava um vivo interesse ou uma violenta rejeição. Não que seu triunfo fosse inevitável; ao contrário, só a conversão de Constantino decidiu isso. Aquele vivo interesse explica essa conversão, como explica todas as outras; para Constantino como para todos os convertidos, tratou-se de uma questão de fé pessoal, de convicção sincera e desinteressada. Não foi um cálculo de ideólogo: só um prejulgamento sociologista poderia fazer crer que o imperador buscava na nova religião "os alicerces metafísicos da unidade e da estabilidade interior do Império".

CAPÍTULO IV – O sonho de Ponte Mílvio, a fé de Constantino, sua conversão

Que homem foi então Constantino? Um militar e um político brutal e eficiente que só se torna cristão por uma questão de cálculo? Desde o grande Burckhardt, de 1850 a 1930, mais ou menos, freqüentemente se tem afirmado isso, por espírito de casta ou por uma questão de recusa à hagiografia. Mas se trata de uma falsa visão quanto ao que lhe poderia trazer politicamente sua conversão. Esse cérebro político não buscava aprovação e apoio de uma minoria cristã desprovida de influência, sem importância política e detestada pela maioria. Ele não podia ignorar que adorar uma outra divindade em relação à maioria de seus súditos e à classe dirigente e governante não seria a melhor maneira de conquistar-lhes os corações.

A SUBLIME MISSÃO DE CONSTANTINO

Também se supôs tratar-se de um sincretismo de um espírito confuso, "um pobre homem que tateava" (dizia André Piganiol) e que, ao que se diz, confundia o Cristo e o Sol Invencível, deus imperial. Na verdade, essa confusão, esse pretenso "sincretismo" vêm de uma falsa interpretação da cunhagem da moeda imperial e também desconhecem, como se verá, o abismo que separa a piedade pagã da piedade cristã. Constantino escreveu muito e os textos produzidos por sua mão, suas leis, seus sermões, seus editos, suas cartas com confissões pessoais são documentos imperiais como só Marco Aurélio e Juliano deixaram; provam, escreve Dörries, a convicção que ele tinha quanto à sua missão e testemunham a cada linha o mais ortodoxo dos cristianismos: Deus, o Cristo, o Logos, a Encarnação. Sua teologia é às vezes ingênua, porém nunca confusa. Não se trata certamente de um grande teólogo, as querelas cristológicas lhe parecem "bizantinas" *avant la lettre* e, aos seus olhos, só fazem dividir o povo cristão. Mas só não o tendo lido é possível ver nele um "sincretismo" que misturava o Cristo com Apolo ou o Sol, cujo nome ele jamais pronuncia, salvo para dizer que o sol, a lua, os astros e os elementos são governados por Deus todo-poderoso.

Seguidores de uma confissão ou incréus, os historiadores hoje estão de acordo em ver em Constantino um crente sincero. Será preciso repetir, na esteira de Lucien Febvre, que a religião, à qual se misturam sempre interesses fortemente temporais, não deixaria de ser por isso uma paixão específica que pode, sozinha, apostar em lutas políticas? Por que seria a conversão de Constantino mais suspeita do que a do imperador índio Asoka declarando-se totalmente budista? Fujamos do totalmente político não menos do que do totalmente social.

Mas, em primeiro lugar, para dar a escala desse cristão pouco comum, tomemos

longe de Roma e do ano de 312 um termo de comparação deliberadamente absurdo.

A cena se passa em São Petersburgo. Sob a direção de Lenin e de Trotski, o Partido Comunista bolchevique acaba de dominar o que nove meses antes ainda era o Império dos czares. Quer dizer, naquela noite, pela primeira vez na história do mundo, uma revolução social, a única revolução digna desse nome, acaba de fechar o capítulo da velha sociedade. O comitê central bolchevique tinha se instalado no Instituto Smolny. Caíra a noite. Jogaram-se num quarto isolado dois colchões, lado a lado, sobre os quais, em vez de dormir, Lenin e Trotski passaram a noite conversando em voz baixa. O que eles disseram não se sabe, mas podemos adivinhar o que ia na cabeça de Trotski: que o dia recém-encerrado era o mais importante da história desde as origens da humanidade. Na verdade, até então a evolução da humanidade a que chamamos história não passara de uma interminável pré-história, injusta e absurda. Somente naquele 25 de outubro, com os pródromos de uma sociedade sem classes sociais e de uma organização coerente da humanidade, é que começava a história digna desse nome. O proletariado bolchevique acabava de se tornar o redentor da humanidade.

A seqüência dos acontecimentos seria menos radiosa, mas não é isso que me interessa. Como se sabe, dá-se que um homem se crê chamado a mudar a face da terra. Lenin e Trotski podem ter-se acreditado os instrumentos da mudança decisiva da história universal; verdadeiramente, guiado pelo Partido, o proletariado, "classe universal", começava a se libertar concretamente de sua opressão, dialeticamente condenada por antecipação, e, por isso, a libertar também de seu pesado passado toda a humanidade; restava estabelecer efetivamente o comunismo. No tempo de Constantino, os cristãos consideravam que a Encarnação cortava em duas partes a história da humanidade: depois da Ressurreição, a onipotência dos deuses pagãos, esses demônios, já estava misticamente quebrada, restava estabelecer o reino terrestre de Cristo, facilitar a fé para todos os homens, o que Constantino considera ter feito.

Qualquer comparação "claudica" em um ponto ou até mesmo em quase todos: a "revolução" constantiniana, a "virada constantiniana" ou Wende, de que falam os historiadores alemães, foi religiosa e o foi exclusivamente: Constantino instalou a Igreja no Império, deu ao governo central uma função nova, a de ajudar a verdadeira religião e, com isso, permitiu ao cristianismo poder tornar-se um dia uma das grandes religiões do mundo. Não mudou a sociedade nem cristianizou o direito e seria excesso de otimismo esperar que a cristianização tivesse melhorado os costumes. Mas, a seus próprios olhos e aos olhos de seus contemporâneos cristãos, Constantino fez infinitamente mais: graças à piedade de Deus para com os homens, ele pôde abrir, para uma humanidade que continuava a errar nas trevas, o caminho da salvação (*iter salutare*) que traz a incomparável

luz divina.

A comparação com Lenin parece-me então justificada num ponto decisivo: a revolução bolchevique e a "virada" constantiniana repousam uma e outra em uma "racionalidade" do sentido da história, materialista para um, divino para o outro. Não, Constantino não se voltou para o deus cristão por superstição, por ter imaginado, não se sabe por quê, que melhor do que outros deuses, o dos cristãos lhe daria a vitória; não, o crisma pintado sobre o escudo de seus soldados não era um símbolo mágico, como por vezes se disse, mas uma profissão de fé: a vitória de Constantino seria aquela do Deus verdadeiro. Não, ele também não acreditou que prometendo servir a Deus obteria em troca a vitória, não fez um apelo ao Cristo como um pagão estabelecia um contrato de promessa com qualquer deus, ou como os sacerdotes imperiais faziam em nome do Estado votos em favor do Imperador. Constantino se converteu porque acreditou em Deus e na Redenção: esse foi seu ponto de partida e essa fé implicava, a seus olhos, que a Providência preparava o caminho da salvação para humanidade (ele logo escreverá nesses próprios termos); e que, em conseqüência, Deus daria a vitória a seu campeão, ou antes, como ele escreverá mais humildemente, ao servidor que Ele tinha escolhido.

Daí a importância de Constantino no curso da história humana revelar-se gigantesca, ele mesmo o disse e publicou num texto autêntico nunca citado, que é preciso citar por completo e que se lê em Gelásio: é ele a criatura humana que desempenhou papel mais importante na história depois de Adão e Eva, desde que há um mundo e almas, e as vitórias de 312-324 fazem parte do Decreto divino eterno. Quando da abertura do concilio de Niceia, o imperador parou modestamente diante da porta ainda fechada da Igreja em que iria reunir-se o concílio e rezou pedindo que os bispos o admitissem de bom grado nos seus debates cristológicos. Explicou-lhes por que motivo o pedia pessoalmente:

Desde o momento em que aqueles dois seres, criados na origem, não observaram o Decreto (*prostagma*) santo e divino tão escrupulosamente como seria conveniente, nasceu a (má) erva (da ignorância de Deus) que acabo de citar; ela se manteve, multiplicou-se desde que o casal a que me refiro foi expulso sob uma ordem de Deus. Essa (má) matéria foi tão longe, com a perversidade humana, que, do levante às regiões do poente, as fundações (da humanidade) foram condenadas; a dominação do poder inimigo apoderou-se dos pensamentos dos homens e os sufocou. Mas o Decreto (divino) comporta também, santa e imortal, a inesgotável comiseração do Deus todo-poderoso. Na verdade, quando, ao longo de todos os anos, de todos os dias transcorridos, massas incontáveis de povos tinham sido reduzidas à escravidão, Deus as libertou desse fardo através de mim, seu servidor, e as conduzirá ao brilho completo da luz

eterna. Eis por que, meus queridíssimos amigos, acredito (*pepoitha*), com a mais pura confiança (*pistis*) em Deus, ter sido de agora em diante particularmente distinguido (*episemóteros*, no comparativo) por uma decisão especial (*oikeiótera*, igualmente no comparativo) da Providência e pelos benefícios brilhantes de nosso Deus eterno.

Com uma falsa humildade, ele se diz e rediz simples servidor de Deus, *famulus Dei,* ou ainda *toù Theoù therápon*, assumindo ele próprio o título de Moisés; ele fala em "meu ofício, meu serviço [*hé emé hyperésia*]". Aos olhos de seu historiador e panegirista Eusébio, ele é perfeitamente o novo Moisés da nova Israel. Constantino não pretende, como todos os imperadores bizantinos, ser sobre a terra o que Deus é no céu, mas ser pessoalmente inspirado e ajudado por Deus. Quando, desde 314, ele escreve ao governador da África que "a vontade divina (lhe) confiou o governo do universo" (do qual, na verdade, ele só disporá inteiramente dez anos depois), ele não lhe lembra que todo poder vem de Deus segundo o Apóstolo, mas já sugere a ele que recebeu de Deus uma missão pessoal, como voltará a dizer um dia com mais força ainda. Deixando a Eusébio o cuidado de legitimar a monarquia cristã em geral, ele mesmo se acredita e diz ser um caso excepcional, porque, como acabamos de ver, uma graça "muito pessoal" (*oikeiótera*, no comparativo) da Providência permitiu-lhe reunificar o Império para expulsar de lá os perseguidores.

A história política e religiosa retomará assim seu caminho reto: Licínio, o rival no Oriente, acabava de ser esmagado, enquanto um concílio ecumênico logo iria restabelecer em Nice, em 325, a unidade e a autoridade da verdadeira fé. Na abertura desse concilio é que Constantino pronunciou a alocução que acabamos de ler. O imperador está no pico da sua glória: acaba de reunificar o império sob Jesus Cristo e vai reunificar a fé reunindo o concilio que proporcionará, escreve ele, "a renovação (*ananéosis*) do mundo". Pondo fim às perseguições, estabelecendo a Igreja por todo o Império, essa parte principal da humanidade, Constantino abriu a todos os homens a possibilidade material da Salvação, o caminho do conhecimento do verdadeiro Deus e da verdadeira fé. A alocução citada por Gelásio mostra que no ano de 325 Constantino considerava que tinha mudado o destino da humanidade.

Todos os textos saídos da pena imperial mostram um Constantine seguro de ter sido uma escolha pessoal. "As provas mais luminosas e evidentes", escreve de imediato a seus novos súditos palestinos, "mostraram que, pelas inspirações e os socorros que ele se digna multiplicar em meu favor, Deus expulsou de toda a terra a maldade (dos perseguidores) que antes oprimia a humanidade inteira". Suas vitórias, repetirá dois anos antes de sua morte aos bispos reunidos em Tiro, foram tão esmagadoras que a paz reina por toda parte; a intervenção da

Providência em seu favor é tão evidente que os bárbaros se convertem, por sua vez, ao temor de Deus. Tendo assim sua auréola iluminada, Constantino promete ao sínodo que saberá aplicar sem fraqueza as decisões teológicas de sua assembléia.

Tornando-se o primeiro pregador de seu império, ele reunia a cada semana os cortesãos em seu palácio e "lhes explicava sistematicamente a Providência, tanto em geral como nos casos particulares", e particularmente o seu. Resta-nos um de seus sermões, a *Oractio ad Sanctos* ou Sermão de Sexta-Feira Santa; em todas as coisas, o próprio Deus tinha sido seu único guia, afirmava ele.

Os bolcheviques foram vencedores em 1917 porque iam no sentido da história; Constantino venceu em 312 e em 324 porque ia no sentido do Deus que o guiava. O papel de Constantino surge com mais força ainda porque ele fazia parte de uma história universal de idade brevíssima: o mundo e o homem tinham sido criados não havia mais do que quatro ou cinco milênios e não se esperaria muito pelo fim do mundo; por essa época, um acontecimento metafísico podia ser muito recente em relação à atualidade. Hércules tinha realmente existido, mas depois disso muito tempo se passara; Cristo era um personagem histórico cuja vida e cuja morte faziam parte da história imperial; a Encarnação, a Crucificação, a Ressurreição eram fatos recentes comentados como fatos maravilhosos (como se deram naquela época) e não como mitos, considerados sem ingenuidade como tais.

UM SONHO COMUM, UM CONVERTIDO QUE NOS PARECE PARADOXAL

A conversão de Constantino também foi um acontecimento providencial, tanto quanto sua vitória de Ponte Mílvio, e por isso deve ser julgada de acordo com suas conseqüências: os cristãos não podiam deixar de estar convencidos. Da mesma forma, o sonho famoso em que, na noite precedente à batalha, tinha sido dada a ordem a Constantino para ostentar um símbolo cristão, fora seguramente uma mensagem de Deus; Constantino foi o primeiro a acreditar nisso. Agora que temos de passar ao estudo de sua conversão, em que nos deteremos longamente, comecemos pelo menor acontecimento e o mais curioso: esse famoso sonho.

O leitor há de se lembrar que, na véspera de Ponte Mílvio, um sonho trouxera a Constantino a revelação do crisma [as duas letras iniciais da palavra "Cristo"], sinal e promessa de vitória. Certamente, nada era mais comum, nessa época, do que tomar uma decisão depois de um sonho, considerado uma mensagem do céu. Para nós, modernos, é que esse sonho é uma estranheza histórica que carrega as cores do tempo e que os historiadores não deixam de comentar.

Ousaria eu insinuar que esse crisma aparecido em sonho se reduz à mais simplezinha das curiosidades psicológicas? Como acontece a nós mesmos mais de uma vez durante nossa vida, o que Constantino viu em sonho, sob forma alegórica e metafórica como é a linguagem onírica, não passava de sua própria decisão de se converter ao deus dos cristãos para obter a vitória, decisão repentina, tomada pelos caminhos noturnos de seu pensamento. Ou ainda, se sua conversão é mais antiga (fato que ignoramos), ele viu em sonho, nos pensamentos de seu adormecer, sua própria convicção de que Deus lhe daria a vitória, que seria a vitória de Cristo, verdadeiro chefe de seus exércitos. Duas ou três historinhas convenceriam o leitor cético, mas deixemos

isso para uma nota. O crisma, produto da simbolização onírica, e as palavras "sob este sinal vencerás" eram a forma imaginada sob a qual essa decisão ou essa convicção surgiram na tela do sonho. Imagística onírica que o sonhador crédulo tomou ao pé da letra e a concretizou gravando-a em seu capacete, nos escudos dos soldados e no seu próprio estandarte, como profissão de fé e iniciais do nome do verdadeiro senhor dos exércitos. Foi assim que Constantino criou em sonho um símbolo cristão transparente, mas até então desconhecido e que será chamado o crisma. Também, seis séculos antes dele, um rei grego do Egito tinha criado em sonho um deus egípcio comprometido com um grande futuro. O nome desse deus, "Serapis", que não tinha nenhum sentido em língua egípcia, soava como uma palavra egípcia aos ouvidos gregos.

Constantino decidia as coisas com lucidez. Não nos deixemos enganar pelos prodígios que, na sua época, eram comuns. É verdade, em 310, Constantino "viu" Apoio a anunciar-lhe um longo reinado. É verdade, em 312 ele recebeu em um sonho a revelação do "sinal" cristão que lhe proporcionaria a vitória. É verdade, essa vitória foi milagrosa. Mas, nessa época, era normal para qualquer pessoa, entre os cristãos e entre os pagãos, receber a ordem de um deus em um sonho que era então uma verdadeira visão. Também não era raro que uma vitória fosse atribuída à intervenção de uma divindade. Reduzido a seu conteúdo latente, o sonho de 312 não determinou a conversão de Constantino, mas prova, pelo contrário, que ele próprio acabara de decidir se converter ou, se já se tivesse convertido havia alguns meses, a ostentar publicamente os sinais dessa conversão.

É verdade, num belo dia do ano de 312 Constantino decidiu que era cristão. É difícil imaginar que um homem como ele fosse pedir à Igreja que decidisse em seu lugar. É mais fácil imaginar que, desde sua conversão, uma visão do porvir, ainda imprecisa e virtual, porém ampla, apoderou-se dele: para um homem como ele, qual o sentido de uma conversão se não for para fazer grandes coisas?

Entretanto, depois de sua conversão, ele não se fez batizar (por essa época, esse retardamento do batismo era habitual, porque o batismo era um passo adiante no

engajamento, na verdade a porta de entrada da fé); a exemplo de muitos outros, ele o adiará até as proximidades de sua morte, vinte e cinco anos depois de Ponte Mílvio; "porque ele estava certo de que as águas da salvação lavariam todos os pecados que sua condição de mortal o tinham levado a cometer", escreve seu panegirista. Ele não seria menos cristão por isso, de modo algum, é irmão de bispos, eles e ele amam a Deus e todos juntos são servos de Deus. Mas as conseqüências são surpreendentes a nossos olhos: esse campeão do cristianismo jamais pôde, em sua vida participar de uma sinaxe, assistir a uma missa, nunca recebeu a eucaristia, isto é, nunca comungou. "Agora faço parte do povo de Deus e posso unir-me a ele em suas preces", dirá ele em seu leito de morte, depois de batizado.

Como o batismo apaga todos os pecados anteriores, pode-se supor que Constantino o retardou porque lhe pesavam na consciência os assassinatos de sua mulher Fausta e de seu talentoso bastardo Crispo. Se é que esses assassinatos, cuja razão ignoramos, fossem pecados aos seus olhos: havia no mínimo seis séculos,se admitia ("como são admitidos os postulados dos geômetras", escreve Plutarco) que em uma família reinante o assassinato dos parentes próximos era lícito para garantir os interesses do trono; ver-se-á como foi pior ainda na morte do próprio Constantino.

As várias razões para protelar o batismo devem ser políticas: as funções militares e judiciárias de um imperador, que é permanentemente obrigado a puxar da espada, eram pouco compatíveis com uma caridade cristã, que representava freqüentemente, nessa época, uma doutrina da não violência (para grande indignação do pagão Libânio, alguns governadores de província não mais ousavam, por serem cristãos, condenar à morte ladrões de estrada movimentada). Os "pecados que sua condição de mortal fez com que cometesse", para retomar os termos de seu biógrafo, são, suponho, aqueles que um soberano não tem como deixar de cometer.

O filho e sucessor de Constantino, o piedosíssimo Constâncio II, criado cristãmente pelo pai, irá imitá-lo e só será batizado no leito de morte. Ser batizado era comprometer-se. Em 380, pouco depois de assumir o poder, o imperador Teodósio, nascido em uma família cristã, foi batizado aos trinta e três anos por causa de uma grave doença, conta-me Hervé Inglebert; o fato é que, durante os quinze anos em que ainda reinaria, Teodósio caiu sob as garras do temível bispo da casa imperial, Santo Ambrósio de Milão, que pôde recusar-lhe a comunhão e mantê-lo submisso.

Não era o batismo tardio, mas a própria conversão de Constantino que os pagãos explicavam perfidamente por seus supostos remorsos pelos assassinatos de Fausta e de Crispo, mortos em 326; o bispo Hosius teria feito o imperador acreditar que "os infiéis que se convertessem estariam logo perdoados de qualquer crime."

Explicação cronologicamente impossível.

CAPÍTULO V – Pequenas e grandes causas para a conversão de Constantino

Essa conversão, cuja data se tornou conhecida no prazo de dois anos, é posterior a 310, ano em que Constantino é visto venerando de passagem um templo de Apolo. O jovem príncipe jamais fora um perseguidor (a tolerância, na verdade, estava estabelecida desde 306, pelo menos no Ocidente); seria ele já um convertido quando teve o sonho fatídico de outubro de 312? Teria ele se convertido ao partir em campanha contra Maxêncio, ou a conversão se teria dado naquela noite, numa dessas revelações repentinas como há outras, a exemplo do êxtase fulminante que mudou o futuro São Paulo no caminho de Damasco? Na seqüência, claro está, de uma longa maturação inconsciente. De fato, um dia ele faria uma revelação, numa mensagem pública, de uma velha lembrança de mais de vinte anos que parece ter sido um marco para ele: no ano de 303 ouvira dizer que Apolo acabara de anunciar em Delfos que não podia mais pronunciar oráculos verídicos porque estava impedido de fazê-lo diante da presença dos Justos na terra; tendo o imperador Diocleciano perguntado aos que o cercavam quem poderiam ser esses Justos, um oficial de sua guarda respondeu: "Os cristãos, provavelmente." Foi então que Diocleciano se decidiu pela Grande e, escreve Constantino, cruel Perseguição de 303.

"CAIXA PRETA" DA CONVERSÃO

Quanto à razão profunda dessa conversão, nunca saberemos. Será vão especular sobre a atitude de seu pai coimperador, que soube evitar o fazer mártires, ou sobre suas origens maternas (uma irmã de Constantino recebera um nome cristão): as causas últimas de qualquer conversão são impenetráveis, estão na "caixa preta" impossível de abrir de que falam os psicólogos (ou, se se tratar de um crente, de uma Graça no ato). Provar sentimentos religiosos é um estado afetivo elementar, crer no fato bruto da existência de um ser, de um deus é uma representação que permanece inexplicável; essa representação proporciona a existência desses sentimentos, mas está longe de ser explicada por eles, que um incréu pode entrever sem que nele surja a crença.

Portanto, não especularemos sobre a conversão de Constantino, por ser a crença um estado de fé cuja causalidade nos escapa; pode ser objeto de uma decisão, pode prescindir de qualquer prova e, afinal, não tem essa preocupação. Determinado indivíduo inteligente é sensível à fé, um outro, também inteligente, não tem essa sensibilidade (e deve se abster de fazer objeções ao primeiro: "não se interroga um homem comovido", diz René Char). Não saberíamos explicar a razão dessa diferença, e por isso usamos a palavra crença. A fé e a razão têm

talvez algumas relações, mas insuficientes ou parciais. Sem a fé gratuita e sem uma Revelação não há verdadeira crença. *Praestet fides supplementum sensuum defectui*, cantar-se-á com Santo Tomás de Aquino: o conhecimento empírico não saberia levar a crer. A fé convence os convencidos, Deus é sensível ao coração dos crentes. Parafraseando Alain Besançon, Abraão, São João ou Maomé não sabem: acreditam, enquanto Lênin acredita que sabe.

A VISÃO EXAGERADA

A nova religião de alguma forma trazia muitos "benefícios secundários" ao imperial convertido; enumerarei essas coisas sem preocupação de ordem. O cristianismo fascinava por sua superioridade em relação ao paganismo e por seu dinamismo de vanguarda; nesse sentido, era a única religião digna do trono; religião consentida a Constantino em nome do direito, reconhecido a todo César, de ter qualquer capricho; representava uma ocasião política e militar a agarrar, a ocasião de tornar o imperador o protegido e o herói da Providência e de permitir que ele desempenhasse um papel importante na história da Salvação (uma grande ambição não era rara entre os Césares). Interesse político ou zelo piedoso e desinteressado? Uma alma pura ou uma pura inteligência faria essa distinção, mas, para um homem de ação como Constantino, o dinamismo de uma doutrina e a oportunidade sobrenatural que politicamente se abria para ele não se distinguia da própria verdade dessa doutrina.

Comecemos pelas condições menos importantes. A dignidade soberana não podendo ser contida em limites mesquinhos, os reis de França não se privavam de ostentar suas amantes; do mesmo modo, um imperador romano podia ter imperiais caprichos, propor a seus súditos o culto de seu amante Antínoo ou eleger a título pessoal um deus favorito e erguer-lhe um templo. A conversão de Constantino foi um capricho pessoal.

Secundo, a dignidade do trono imperial valia bem uma missa. Como soberano, Constantino achou que não lhe era suficiente ser tacitamente cristão (como tinha sido, considera-se, o imperador Filipe, o Árabe, setenta anos antes): pretendeu ser digno do brilho de seu trono associando-o à religião verdadeira, única digna de realçar esse trono e de mostrar a alta inspiração do soberano. Bruno Dumézil mostrou recentemente que depois das chamadas Grandes Invasões os soberanos germanos irão erigir o cristianismo como marca de seu alto grau de civilização. O mesmo se dará com a Rússia e na Ásia central por volta do Ano Mil: príncipes converter-se-ão em prol de seu prestígio religioso, para serem modernos. Porque ser moderno podia ser uma questão de magnificência para um potentado.

A idéia de fausto monárquico e de dignidade superior do trono foi muito

importante outrora; nossa idade democrática ou ditatorial esqueceu que, nas velhas monarquias, a política e a guerra não eram tudo. Para muitos historiadores atuais, o fausto era a "propaganda"; mas esta palavra é anacrônica, soa falso, assim como soariam falsamente, para a nossa época, palavras então muito usadas, como temer, amar e respeitar o mestre, desejar-lhe longa vida. Faz-se propaganda para tornar-se ou permanecer como o mestre, convencendo os cidadãos não conquistados previamente, enquanto que, ao contrário, ostentava-se o fausto por ser o mestre legítimo, coisa de que cada leal súdito do rei presumivelmente estava convencido de antemão. O fausto era um meio de dilatação do eu real, para que o rei se mostrasse digno da devoção que o envolvia.

A dignidade soberana queria que o trono fosse rodeado e decorado pelas coisas mais belas e mais nobres. Ora, aos olhos de Constantino, o cristianismo era a única religião que, por sua verdade e seu caráter elevado, seria digna de um soberano. Para exemplificar com animais menores, nessa espécie de religião da cultura sobre a qual se erguem os Estados atuais, é brilhante, é digno de um governo moderno, e de seu ministro da Cultura, apoiar a arte de vanguarda mais que o academismo envelhecido que tem a preferência da população. Ora, o paganismo era majoritário, mas envelhecido, enquanto que o cristianismo, mesmo aos olhos de seus críticos, era de vanguarda; portanto, exaltaria o trono numa época de alta cultura em que se dava valor à modernidade. Essa razão faustosa (que só parecerá fútil a nós, modernos, pois para nós existe apenas a grande história econômica, social ou ideológica) é uma das grandes razões que explicam um fato com o qual deveríamos ficar surpresos: apesar de todas as alterações dinásticas em urn século, todos os sucessores de Constantino foram cristãos como ele, a não ser os inimigos declarados dessa religião (Juliano, talvez Arbogast); mas nunca neutros, indiferentes.

Como se vê, não pretendo fazer de Constantino um puro espiritual, mas os historiadores que só veem em Constantino um político calculista não conseguem ir muito longe. Segundo eles, Constantino teria procurado o apoio de um partido cristão contra seus inimigos, Maxêncio ou Licínio; é supor Constantino com uma psicologia muito curta. Há, sim, nele uma motivação interessada, porém mais sutil; como me escreve Lucien Jerphagnon, Constantino "deveria achar que, para chegar a ser implantado apesar de tantas oposições, o cristianismo devia ter alguma coisa a mais que os velhos cultos".

Nessas condições, Constantino não adotou o cristianismo a partir de um cálculo realista, mas, sem calcular suas possibilidades, sentiu na nova religião, rejeitada por nove décimos de seus súditos, um dinamismo próximo de sua pujante personalidade. Não se trata de uma desprezível sutileza, a experiência o prova: freqüentemente um ambicioso, se tem uma visão mais ampla do que os simples

arrivistas, não calcula tanto as relações de força e as possibilidades de sucesso de um partido se não se sentir atraído pelo dinamismo de uma vanguarda, sua possante máquina, sua organização. Constantino não dizia a si mesmo que o futuro era dos cristãos, mas via no catolicismo uma energia e um sentido de poder e de organização muito próximo do seu. Para dar um exemplo, a correspondência episcopal de São Cipriano não dá uma idéia muito atraente do governo severo e exigente da Igreja, a menos que o leitor tenha fé ou que também tenha o senso de autoridade e de unidade de que Cipriano dá prova e do qual Constantino da mesma forma dará prova pró ou contra Ário e contra os donatistas.

BOA-FÉ DE CONSTANTINO

Vamos, porém, ao essencial: a boa ou a má-fé dessa conversão. Como se viu, a epopeia de Constantino foi uma cruzada não menos temporal do que espiritual; ela levou, em duas etapas, a estabelecer a tolerância e a instalar a Igreja em todo o Império, mas também a reunificar esse Império sob o cetro único de Constantino, que se dizia o libertador espiritual do mundo através de suas conquistas; ao estendê-las, ele estendia o reino de Cristo. Todavia, escreve Konrad Kraft, todos sabem que a sinceridade religiosa e os interesses mais mundanos formam freqüentemente um bom casal. Que coisa, entretanto, é mais comum do que matar dois coelhos com uma cajadada? Seria mesmo muitas vezes difícil não agir assim. Não é isso que estou fazendo ao redigir este livrinho? Acredito servir à verdade histórica e espero servir a meus interesses. Não vamos, já se vê, falar de má-fé. Constantino tinha uma fé maciça, mas boa, e uma coisa o prova: não tinha nenhuma necessidade da Igreja para suas conquistas e poderia ter reunificado o Império sem se tornar cristão. Portanto, sem ser por isso desinteressado, Constantino pode ser considerado um idealista, pois seu interesse não ia tão longe. Sua sorte foi jamais se ter visto diante da necessidade de escolher entre sua fé e seu poder.

Ao menos procuraria ele unir o trono e o altar? Não, política e religião são coisas distintas, e a política é a arte de chegar ao ponto que se visa, por exemplo, a uma finalidade autenticamente religiosa. Constantino não pôs o altar a serviço do trono, mas o trono a serviço do altar; considerou os objetivos e o progresso da Igreja uma missão essencialmente

do Estado: nisso está a novidade, é do cristianismo que data a grande entrada sistematizada do sagrado na política e no poder, que a "mentalidade primitiva" apenas salpicava com uma poeira de superstições.

CÁLCULO SUPERSTICIOSO OU NORMALIDADE DA RELIGIÃO?

Considera-se por vezes que Constantino nada mais fazia do que continuar a política religiosa de seus predecessores pagãos: ele seria considerado responsável por manter o Império em bons termos com a divindade (*pax deorum*, a paz com o Céu); o motivo para estabelecer relações com a Igreja seria render um culto ao verdadeiro Deus, "para não atrair sua cólera sobre a espécie humana, nem sobre o próprio imperador, a quem Deus designou o governo das coisas terrestres", como escreveu já em 314 a um governador da África. Sem dúvida, mas é essencial precisar. Em primeiro lugar, a idéia de que a cólera de Deus, e a dos deuses, poupa as sociedades piedosas é um imperativo da normalidade: uma sociedade sã é uma sociedade religiosa. Os pagãos não perseguiam os cristãos como rebeldes combatentes contrários ao imperador e a seus deuses, mas como religiosamente anormais, e Constantino considerará que o dever do príncipe não é estritamente político, mas também velar pela salvação do seus povos e até do gênero humano. Consequentemente, entre a relação de um imperador pagão com os deuses e a de Constantino com o seu Deus há uma grande diferença: a religião pagã não era mais do que uma parte da vida, ainda que fosse talvez a mais importante, mas não abarcava tudo, enquanto que a religião de Cristo domina todas as coisas da vida.

Todo imperador pagão, primeiro magistrado da República, era também ministro dos negócios religiosos (*pontifex maximus*) e dirigia os cultos públicos, que outra coisa não eram senão os cultos particulares à República romana (seus cultos privados, se ousamos dizer) e que de modo algum eram impostos aos simples particulares, pois estes tinham seu próprio culto privado em família. A religião pública ou privada era pouco exigente e restringia-se a seu lugar. Os deuses antigos cuidavam mais de si próprios do que de servir de fundamento transcendente ao poder, dar a Lei aos homens ou pilotar reinos e impérios; junto a seus concidadãos, os imperadores pagãos não tinham transcendência sagrada, não tiravam sua legitimidade da graça dos deuses; esses magistrados supremos da República eram levados a governar pela vontade cívica ou, antes, por um suposto consenso de todos os cidadãos. Alguns deuses os protegiam, se o imperador lhes tivesse dirigido um pedido, ou porque, por uma espécie de assinatura, os sacerdotes do Estado renovavam a cada ano seus votos públicos pela salvação do imperador. Cada simples particular podia fazer a mesma coisa para satisfazer a si mesmo. Esses pactos concluídos um a um, ou por assinatura, por assim dizer, o cristianismo os substituiu por uma relação fundamental: o poder vem de Deus e o soberano reina pela graça de Deus; e, longe de se investir como ministro dos cultos, o imperador devia estar a serviço da religião.

Acontecia, entretanto, de os deuses pagãos fazerem chegar inopinadamente ao

trono um pretendente, mas agiam sempre "etapa por etapa", irregularmente; por isso o sucesso feliz desse pretendente surgia como providencial: os deuses tinham lhe designado a pena de sair do seu Olimpo. A Providência cristã, ao contrário, age de modo permanente e garante a ordem do mundo pela glória de Deus. É preciso porém distinguir (com Santo Tomás de Aquino) uma providência "natural", que vela sob a boa ordem de todas as coisas, entre as quais a instituição monárquica, e uma Providência "extraordinária" cujo objetivo são "fins particulares". Esta última é que levou ao poder Constantino, a título pessoal e não institucional, com a finalidade de fazer triunfar a verdadeira religião. Tal é nesse momento a convicção de Lactâncio, segundo quem Deus, por seus desígnios, escolheu Constantino de preferência a todos os outros, e essa devia ser a opinião do próprio Constantino, que provavelmente não se considerava um vulgar "rei pela graça de Deus", como são todos.

Sucede que Constantino não deixa de repetir que sua piedade lhe garantiu a proteção da Providência e a vitória sobre seus inimigos; ele venceu, enquanto Deus esmaga sempre os príncipes perseguidores; sua fé cristã, que deve a uma inspiração celeste, garantiu "sua segurança individual e o feliz estado dos negócios públicos." O Império só poderá ser próspero se render um culto ao verdadeiro Deus. Não é menos necessária a unidade de todos na ortodoxia; "se eu chegar a restabelecer por minhas preces a unanimidade de fé entre todos os servos de Deus", escreve ele ao futuro heresiarca Ário, "sei que os negócios públicos se beneficiarão com uma feliz mudança." É também com o bem do Império que ele argumenta em 314 ao vigário da África, para explicar-lhe as medidas que tomou contra o cisma donatista assim que subiu ao trono.

Essa doutrina é constante no imperador: desde o inverno de 313/314, ele escreve ao pró-cônsul dessa África que acaba, como Roma, de entrar no mesmo caminho, que "o culto elevado à sublimação do Céu expõe os negócios públicos a numerosos perigos, se for negligenciado." Trata-se de uma crença tanto pagã como cristã que durou até o século XVIII e que é menos uma esperança ou um temor do que a racionalização de uma exigência de normalidade: uma sociedade sem religião seria monstruosa e portanto inviável; não se sabe mais o que se deve temer, mas teme-se tudo; em compensação, tudo se espera para uma sociedade piedosa, mas sem que se tenha disso muita segurança. O que vem em primeiro lugar não é a esperança ou o temor, mas o imperativo de normalidade.

Algumas vezes se concluiu que o motivo profundo da conversão de Constantino teria sido estreito, supersticioso e interessado; "Deus me protegeu e velou por mim por toda parte", diz ele próprio no fim da vida. O Deus desse conquistador, escreveu-se, era antes de tudo um protetor todo-poderoso. Certamente, mas se trata menos de superstição que de megalomania: como Napoleão, Constantino acreditava em sua estrela e o cristianismo foi menos seu amuleto do que sua

epopeia pessoal. Nem por isso ele é menos cristão; ele só deposita suas esperanças numa Providência porque acredita em Deus. A leitura de Henri Bremond me ensinou que sempre existiu uma piedade teocêntrica, em que se ama e se adora a Deus apenas por ser Deus mesmo, e uma piedade mais antropocêntrica, em que o fiel deposita também suas esperanças pessoais em Deus.

Dito isso, a esperança temporal que Constantino deposita em Deus é piedosa e tocante. Mais de um cristão entregou-se como ele à Providência em horas de dúvida ou de angústia. No dia seguinte à sua campanha vitoriosa sobre seu rival oriental em 324, Constantino escreveu ao governador da Palestina que aqueles que crêem em Deus ficam menos ansiosos com os reveses momentâneos que acaso sofram e mantêm a esperança; sabem que sua glória acabará sendo grande. Como não ver nisso um testemunho pessoal? Constantino evoca aqui suas ansiedades durante as guerras de 324 ou de 312.

É uma dessas confidências autobiográficas, do tipo que não era indigno fazer nessa época de vida interior, se lembrarmos Santo Agostinho ou Juliano. Outras vezes, ele confessa humildemente a bispos reunidos em sínodo que nem sempre conheceu essa Verdade e que a desconhecia nos seus anos de juventude. Num dos sermões que pronunciava a cada semana para seus cortesãos, confessa que gostaria de ter tido a virtude e a ciência de Deus desde sua mais tenra infância, mas, acrescenta, Deus acolhe também aqueles que só tiveram essas coisas mais tarde. Em meus anos de juventude, confessa ao sínodo de Aries, acontecia-me faltar ao respeito para com a justiça divina e eu ignorava que um Deus penetrava os segredos de meu coração. Tratava-se já do *Sero te cognovi* ["Tarde te conheci"] de Santo Agostinho. Cristão entre os cristãos, Constantino escreve a um futuro herege, Ário, para que não dividisse o povo dos fiéis e proporcionasse assim a seu imperador dias serenos e noites pacíficas em vez de seu atual abatimento moral. Em seus editos, o estilo autoritário, ameaçador, às vezes fanfarrão de Constantino é menos lacrimejante.

Deixemos de ver Constantino pelos aspectos menores. Esse príncipe cristão de excepcional estatura tinha no espírito um vasto projeto em que se confundiam piedade e poder: pretendia fazer com que existisse um grande conjunto que fosse totalmente cristão e, entretanto, que formasse uma unidade, política e religiosamente; esse ideal milenar do Império cristão ainda fará sonhar no século de Dante. Constantino o realizou deliberadamente, por espírito piedoso, não por interesse nem inadvertidamente. Numa ordem dirigida no ano de 325 a seus novos súditos orientais, cujo preâmbulo é uma longa oração pessoal, Constantino diz a seu Deus: "Ponho sobre meus ombros a tarefa de restaurar Tua santíssima Morada", quer dizer, a Igreja universal. Voltemos a meu paralelo de gosto duvidoso com Lenin e Trotski: eles também quiseram o poder e o assumiram,

mas infelizmente seu desinteresse foi indiscutível: como Constantino, eles quiseram realizar a salvação da humanidade.

Prova do messianismo de Constantino, seu sonho ultrapassava o Império, era universal, "internacionalista"! Já começou a conversão do resto da humanidade. Porque, "a partir das margens do Oceano" que cerca seu império, Constantino "despertou a esperança de Salvação na seqüência de terras que formam o novo mundo": foi o que ele ousou escrever numa mensagem diplomática extravagante, como que de consciência a consciência, a seu rival o xá da Pérsia; confessou-lhe seu horror pelos sacrifícios sangrentos e suplicou-lhe, em nome desse Deus "que ama os doces, os clementes", que não perseguisse os cristãos que já existiam no império iraniano. E desfere contra ele o argumento habitual: a Providência pune os príncipes perseguidores. O cristianismo assumia uma dimensão diplomática.

BENEFÍCIOS SECUNDÁRIOS

O que Constantino se propunha com sua piedade visionária era estabelecer por toda parte a religião que amava e acreditava ser a verdadeira. Entretanto, escreve Harnack, era também um grande benefício político para o Estado ganhar para si a sólida organização que era a Igreja. É verdade, mas, pode-se objetar ao grande historiador, para aliar-se a no máximo uma décima parte da população e se afastar dos outros nove décimos. E seria a Igreja um sustentáculo do Império ou um rival? Se Constantino quisesse apoiar sua autoridade na Igreja faria um mau negócio, porque favoreceria uma corporação que se considerava a referência última e que cuidava de si própria mais do que do poder imperial. Com o cristianismo recomeça o problema milenar das relações entre trono e altar, que o paganismo ignorara, assim como começa o problema do cristianismo como Igreja.

Essa Igreja terá às vezes uma imaginação caridosa e profética que poderia ser considerada verdadeiramente cristã, mas, como toda corporação, instituição ou sindicato, sua preocupação principal seria conservar-se piedosa e prudentemente, até no tempo do genocídio nazista, e desenvolver um fausto em relação a seu poder; desde o século IV, o luxo de um bispo de Roma, o orgulhoso Dâmaso, escandalizará os pagãos e os cristãos humildes. Em toda organização há conflitos de poder; a eleição do próprio Dâmaso tendo sido contestada, seus partidários atacaram seus adversários e contaram-se 137 cadáveres. Era assim com todos os poderosos dessa época.

Eis, apesar de tudo, o que poderia perfeitamente dizer a si próprio o calculista frio que também havia em Constantino, durante o ano em que amadurecia em sua

consciência o fervor de converter-se: 1º. Seria preciso de todo modo acabar com aquele problema cristão, porque se caminhava para a derrota. Havia três quartos de século de hesitação da autoridade pública: perseguir ou deixar as coisas correrem? Durante o decênio que precedeu o ano de 312, as perseguições se tinham tornado impotentes e tudo que tinham conseguido era perturbar a paz pública. 2º. Não havia nenhum inconveniente (nada de bom, nada de ruim) em autorizar uma religião que, com sua seriedade, com sua moral, levava pais de família a praticarem todas as virtudes, sem exclusão do respeito às autoridades e da obediência aos imperadores, ainda que esses mesmos imperadores fossem seus perseguidores. 3º. Permitir a coexistência pacífica de paganismo e cristianismo, permanecendo o próprio poder alheio ao debate? Neutralidade difícil de se observar, de tal modo a nova religião era exclusiva, exigente, intolerante; o cristão Constantino não ignorava isso, tanto mais que ele mesmo se sentia igualmente exclusivo, exigente quanto à sua religião... 4º. Se favorecesse os cristãos, ganharia o favor de um pequeno grupo organizado e convicto, o que não lhe traria grande vantagem, e iria jogar-se nos braços de uma seita com constantes querelas internas que todos conheciam; cismas e heresias tornar-se-iam igualmente problemas de Estado. Porém, precisamente, esses seriam problemas que desagradassem a Constantino? Esse cristão tocado pela disposição de autoridade e de unidade teria prazer em resolver problemas de disciplina e de dogma, de ordenar, de reprimir; além do governo do Império, teria a "presidência" de uma segunda organização que o apaixonava, a Igreja, e regularia as relações do Estado com esse rival. Um ano apenas depois de sua vitória de outubro de 312, ele interviria num conflito interno da Igreja, a querela donatista. Um caráter como o seu não poderia se tornar cristão sem se tornar o chefe dos cristãos; prova disso é que ele se tornou uma coisa e outra.

CAPÍTULO VI – Constantino "presidente" da Igreja

No dia seguinte à sua vitória de Ponte Mílvio, ou seja, a 29 de outubro de 312, Constantino fez sua entrada em Roma à frente de tropas que levavam no escudo um símbolo ainda desconhecido, o crisma. Isso não significava que todos aqueles homens tinham se tornado cristãos, mas que aquele exército era o instrumento de um chefe que, ele, sim, tinha se convertido, e que sua vitória era a vitória de Cristo; o crisma era a profissão de fé de Constantino. Bem gostaríamos de saber se esse chefe cristão se submeteu ao costume ancestral dos generais vencedores e, subindo ao Capitólio com seus soldados, celebrou o sacrifício tradicional a Júpiter, mas não o sabemos.

INÍCIOS EQ UÍVOCOS

De todo modo, o crisma e sem dúvida também as histórias contadas boca a boca foram suficientes para revelar aos romanos que seu novo dirigente tinha se passado para o campo dos cristãos, esses "ateus", esses inimigos dos deuses, dos homens romanos e da ordem romana. Mas a reação limitou-se a essa estupefação indignada, porque no ano seguinte Constantino e Licínio, reunidos em Milão, proclamavam solenemente que o culto pagão e o culto cristão estavam ambos liberados e passavam a ser admitidos em igualdade de condições.

Assim, portanto, o cristianismo era a religião do príncipe apenas a título privado e ninguém poderia prever ainda se Constantino daria conseqüências públicas àquela situação. O Império continuava pagão, os cultos públicos continuavam e Constantino permanecia sendo o Grande Pontífice dos pagãos. Mas, de alguma forma, Constantino se comportou a partir daí como era de se esperar que se comportasse levando-se em conta que a célebre narrativa de sua conversão e de seu sonho era verídica. Desde o inverno que se seguiu à sua vitória, ele mandou restituir aos cristãos os bens confiscados por ocasião das perseguições, sem pagar indenizações, e começou a privilegiar o clero: enviou dinheiro à Igreja da África (mas não aos donatistas, deixou bem claro: já estava a par dos conflitos internos) e dispensou os clérigos de qualquer imposto e obrigação pública, a fim de que seus membros pudessem se consagrar ao serviço divino, para maior felicidade do Império e dos humanos.

Desde o mesmo inverno de 312-313, reza a tradiçãos que ele mandou construir para o bispo de Roma uma grande igreja de projeto oficial, basilical (viria a ser a atual igreja de São João de Latrão). Ficava claro que o imperador era pessoalmente cristão, que mandava construir igrejas e que favorecia o clero cristão. Mas que significava isso? Construir era uma atividade normal de qualquer

imperador; era normal que um imperador tivesse um deus de escolha (Heliogabalo tinha estabelecido um templo, um culto e um clero do Sol sírio e Aureliano um templo do Sol imperial). Mais normal ainda por parte de um vencedor, levado a agradecer ao deus ao qual devia seu sucesso; Augusto tinha fundado templos e até criara uma festa de Apolo por sua vitória de Actium.

Exatamente Augusto: ele agradecia a Apolo como general vencedor e o reconhecia; não pretendia impor esse deus a seus súditos. Constantino agiu da mesmíssima forma: fez-se erigir a si próprio como estátua no Fórum romano, um guerreiro, levando como troféu seu estandarte (o célebre labarum) marcado pelo crisma, quer dizer, as iniciais do nome de seu deus; a inscrição dizia que, "graças a este sinal, portador de salvação e prova de coragem, Constantino libertou de um tirano o Senado e o povo romano, restaurando-os em sua antiga grandeza". Entretanto, não era costume dos generais fazer no seu exército o papel de porta-bandeira, ao contrário desse vencedor que exibia seu próprio estandarte, a bandeira cristã. Para bom entendedor, era suficiente: a população nada tinha a temer daquilo que não era mais do que a glorificação de uma vitória, mas os ambiciosos sabiam a partir daquele momento qual a religião que agradava pessoalmente ao senhor do governo.

Chefe militar e político em quem a eficácia e a ousadia se eqüivaliam, Constantino era também um homem prudente, um político, um astuto. No dia seguinte à sua vitória, havia necessidade de que não inquietasse a maioria pagã e que conseguisse manter viva a suposição de que sua fé cristã não ia além de seu domínio privado; nem deveria a maioria pagã imaginar quais eram os desígnios messiânicos de Constantino em favor de Cristo.

O imperador esteve tão bem quanto a isso de que todos acreditassem em sua moderação que entre os enganados (ou cúmplices?) estava um escritor cristão muito ligado á corte, Lactâncio, que publicou um panfleto sobre os terríveis castigos que Deus infligia aos príncipes perseguidores, um dos últimos dos quais tinha sido Maxêncio. Aí está um escritor cristão que escreve a um amigo cristão sem dizer uma palavra sobre a divina surpresa de ter um cristão como imperador; Lactâncio honra da mesma forma os dois coimperadores legítimos, Constantino e o pagão Licínio, que, segundo ele, dispuseram, um e outro, dos instrumentos de Deus em favor da paz da Igreja e cada um teve uma visão do céu em sonho; melhor ainda: esse escritor relata resumidamente o sonho de Constantino e fala das iniciais de Cristo inscritas nos escudos, sem dizer que Constantino é cristão. Lactâncio apenas se arrisca a desejar, encerrando o assunto, que a Igreja viva em paz para sempre.

Outros enganados porque assim o quiseram com a moderação imperial foram os aristocratas e eruditos pagãos, que dessa forma conseguiram ignorar por mais tempo qual era a verdadeira religião do soberano. Sobre o famoso arco do

triunfo ao lado do Coliseu e que o Senado, um ninho de pagãos, ergueu a Constantino no ano de 315, para celebrar sua vitória e seus dez anos de reinado, ainda é possível ler em caracteres garrafais que esse libertador de Roma agiu "inspirado pela divindade", *instinctu divinitatis*, uma divindade muito cômoda que cada um podia entender como quisesse, ignorando obstinadamente como Constantino a entendia. Dois anos antes, um panegirista tinha ido agradecer a Constantino, face a face com ele, por ter o imperador libertado Roma da tirania de Maxêncio: um ato tão valoroso e arriscado, disse o panegirista, só podia ter sido inspirado pelo "poder divino". Passam-se oito anos e surge um outro panegirista: a vitória de Ponte Mílvio devera-se, sem dúvida alguma, "à divindade que está por trás de todas as ações" do soberano.

Essa vaga "divindade" mostra bem o que era o paganismo tardio. Como não se sabia muito bem o que eram os deuses, como eram feitos e quantos deles havia, recorria-se prudentemente a uma palavra vaga, "a divindade", "o divino (*to théion*)" ou mesmo "o deus", que podia ser um monoteísmo no singular tanto quanto um coletivo politeísmo, assim como dizemos "o homem" para designar "os homens". Alguns historiadores, a propósito disso, falam de "sincretismo"; não estou muito seguro de que esse sincretismo tenha existido de modo a ser levado em conta, nem que os contemporâneos tenham misturado tantos deuses quantos faz supor essa palavra e estou mesmo convencido de que Constantino nunca tomou Apolo e Jesus como um único e mesmo deus. Por que não ver nesse caso simplesmente "uma espécie de monoteísmo neutro", como disse o saudoso Charles Pietri, uma expressão astuciosamente vaga? Expressão prudente que permitia fossem respeitadas todas as opiniões religiosas, sem exclusão do próprio adepto do paganismo, que sem ser um provocador também não recuava.

UM MESTRE EQUÍVOCO

Essa deferência no trato assim tornado neutro era de rigor quando a pessoa se dirigia ao imperador: como a conversão de Constantino fosse um caso pessoal dele, havia condições de sabê-lo cristão, mas não havia necessidade de considerar isso uma coisa importante. Nem se tinha mesmo o direito de chegar a tal tipo de consideração. O próprio Constantino só dava importância a essas coisas quando se dirigia a um outro cristão, a bispos, a um governador de província convertido, mas a recíproca não era verdadeira: um cristão que tivesse necessidade de se dirigir ao príncipe evitava invocar a fé comum a ambos.

Mas o grande motivo para tanta reserva, creio, seria o fato de que, se Constantino é e se diz altamente cristão, fez-se cristão por sua própria cabeça, não foi recebido pelos seus como um cristão. Diferentemente de um Santo Agostinho

(que na ocasião tinha 32 anos, quase tanto quanto Constantino) e de outros aspirantes (competentes) a serem recebidos pela Igreja, ele não se demorou longos dias sendo "catequizado, exorcizado, examinado". Poder-se-ia imaginar um soberano que acabava de oferecer à Igreja o mais inesperado dos triunfos tornar-se um simples catecúmeno, noviço, aprendiz?

É verdade, ele deve ter tido por volta de 311 ou 312 longas conversas com bispos (citemos o nome de Hosius, à falta de conhecimento em relação a outros), nas quais o imperial aluno, por ciência infusa, sabia tanto quanto os mestres; de fato, n a *Oratio ad sanctos* [Oração aos santos], esse sermão que Constantino pronunciara diante de sua corte, o capítulo XI começa assim: "Quanto a nós, jamais tivemos a ajuda de alguma lição vinda dos homens; é verdade (acrescenta compungido) que todas as coisas que, aos olhos dos sábios, são louváveis na vida e nas ações dos homens, são outros tantos dons, benefícios de Deus." Se ouso dizer, isso é uma afirmação de que Constantino não devia sua conversão a ninguém, que não teve outro mestre além de Deus.

Não sendo um cristão batizado (só viria a ser batizado um quarto de século depois de sua conversão), não teve de confessar publicamente a sua fé por ocasião da conversão. Mantinha-se ao lado da Igreja mas a ela não pertencia e, como diz Alföldi, "a Igreja não tinha ordens a lhe dar, ele podia espontaneamente dirigir a ela um olhar cheio de gratidão". Que fez ele, então, por volta de 312, para tornar-se cristão? Muito bem, apenas decidiu que se tornara um: deixou de acreditar nos falsos deuses, não lhes oferecia mais sacrifícios, e isso bastava; tornou-se cristão de modo solitário. Nem por isso é menos cristão, teria dito São Cipriano, uma vez que renunciara ao erro, para beneficiar a Verdade e a Fé.

Como se constata então que ele passou a ser um cristão? Por todas as suas ações públicas, por suas guerras, por suas leis! Além disso, ele passou a ter permanentemente o nome de Cristo na boca, fazia freqüentemente o sinal da cruz na testa, dirigia uma oração a Deus no preâmbulo de seus editos, tinha mandado colocar uma grande imagem do crisma à entrada de seu palácio: seu biógrafo Eusébio via nisso provas suficientes. Teria ele assistido a uma única sinaxe, a uma reunião da comunidade? Não sendo batizado, Constantino teria se mantido à margem de tudo. Em compensação, ele próprio reunia em seu palácio cortesãos para fazer com que ouvissem sermões que dirigia a eles e ensinar-lhes o cristianismo. Ocupava uma posição inédita para cristãos como soberano, e cedo se tornará uma espécie de "presidente" da Igreja, com a qual manterá relações de igual para igual; quis chamar respeitosamente os bispos de "meus caros irmãos", mas não é filho deles.

ESTABELECER A IGREJA

Esse Presidente da Igreja renunciará a converter os espíritos que ficaram para trás e a erradicar o paganismo para se consagrar à tarefa mais urgente: fazer com que o verdadeiro Deus seja adorado no território do Império e, para isso, favorecer a Igreja permitindo que se estabeleça livre e amplamente, enriquecendo-a, dirigindo-a ele próprio no bom sentido e dando bom exemplo por sua própria fé e pelas numerosas igrejas que fez construir. É legítimo pensar que em alguns decênios as conversões desejadas se multiplicaram e que os imperadores puderam colocar um bom número de cristãos como altos funcionários, governadores das províncias e até mesmo chefes militares.

No Império e nas terras adjacentes ergue-se agora a Igreja. Seja como for, o cristianismo não veio nos ensinar a separar Deus e César, porque se tratava de coisas originalmente distintas e foi César que estendeu a mão à Igreja, para ajudá-la e para guiá-la. Constantino nela não viu uma potência sobre a qual apoiasse sua autoridade, mas um corpo sobre o qual exercesse essa autoridade; não seria crível que, em seu Império, uma força, fosse qual fosse, não estivesse sob sua dependência. Não se conclua daí que essa serva não fosse também padrona: a verdadeira religião é necessária para a salvação do Império, quer-se dizer, é o fim supremo de todas as coisas, mas quem melhor do que Constantino pode guiá-la nesse sentido? Seus sucessores romanos, depois bizantinos não terão essa pretensão cesaropapista.

Constantino distribui somas enormes para a Igreja (o imperador, como todo aristocrata, tinha o direito e o dever de se conduzir como "evérgeta", como mecenas [*euergétes*, ao pé da letra "benfeitor", em grego]). Porém, quanto ao resto, a partir do sentido de igualdade entre as duas religiões, tudo o que ele fez foi conceder ao cristianismo os mesmos privilégios que o paganismo já tinha. O imperador dispensa o clero das obrigações fiscais e militares, mas os sacerdotes pagãos já tinham direito a essa dispensa e ele próprio a faculta também ao clero judeu; concede às igrejas o direito de receber heranças, mas os grandes templos já gozavam desse direito. Em compensação, não se sabe exatamente em que medida ele concedeu aos bispos o direito de serem escolhidos pelos cristãos como juízes ou árbitros no processo civil, o que faria prever a futura concorrência entre tribunais civis e tribunais eclesiásticos. A Igreja das perseguições torna-se uma Igreja rica, privilegiada e prestigiosa, que exalta no culto de seus mártires aquilo que agora se tornou passado.

Atitude cheia de conseqüências foi a interiorização, assumida por Constantino imediatamente, do exclusivismo da Igreja: a unidade, quer dizer, a exclusividade da verdade, é um fim em si; toda divergência de opinião e toda recusa à autoridade eclesial serão reprimidas pelo soberano como heresia ou cisma; o que anuncia o "braço secular" medieval, de sinistra memória. O imperador faz com

que desde 314 o problema donatista seja regulamentado pelos bispos. Torna executórias as decisões teológicas dos concílios, manda para o exílio os bispos insubmissos, publica um edito fulminante contra os hereges. Reprime Ário através de uma carta pessoal, escrevendo com a sua própria mão a verdadeira doutrina e justificando junto aos bispos sua conduta pouco deferente em relação a Atanásio: explicou que ia a cavalo, pensava em outra coisa e não reconheceu esse venerável e insuportável patriarca que passava.

CHEFE CRISTÃO E IMPERADOR ROMANO

Constantino respeita o abismo que separa o clérigo do laicato. Reúne sínodos e grandes concílios e lhes delega a tarefa de definir a cristologia, à maneira de um magistrado romano que "distribui os juízes" em um processo civil; em Niceia, preside os debates sobre as relações do Pai e do Filho, sem tomar parte na votação. Mas sugerira nos bastidores a solução que sem dúvida lhe tinha sido sugerida por Hósio, a saber, o dogma sobre essas relações que ainda hoje é o dos católicos.

Por que motivo faria tudo isso? Como se se tratasse de uma brincadeira, durante um banquete oferecido aos bispos, tinha se definido como "bispo de fora", *epíscopos ton ectós*. Que entenderia ele precisamente por essas palavras? É coisa discutida. Agia como se fosse bispo sem poder sê-lo, pois não pertencia ao clero? Era uma espécie de bispo dos que estão de fora, os pagãos? Bispo leigo, arriscamos a dizê-lo, que vela (significado primeiro da forma verbal grega *episcopeí* [a tônica sobre o e da última sílaba, apesar do acento gráfico no i]) sobre as coisas que estão do lado de fora, sobre os interesses temporais do Império? Na minha humilde opinião, essa brincadeira era antes uma demonstração de modéstia: ao dizer que é apenas uma espécie de bispo, Constantino reconhece implicitamente que não é superior aos outros bispos.

Afinal que espécie de bispo era ele? Nenhuma espécie precisa e, portanto, virtualmente, todas as que quisesse assumir. Presidente da Igreja, seria possível dizer, ou guardião, ou alto protetor. Esse leigo não batizado pretendia ter direitos indefinidos, informais e extensos sobre a Igreja. Quanto a esta, permanece submissa a esse príncipe benévolo que tem consideração por ela, que é protetor e propagandista da fé e que dá a impressão de se mostrar reservado. Eis que no ano de 314 é a ele que se dirigem os cristãos rebeldes da Igreja pedindo-lhe que julgue seu caso: "Pedem meu julgamento, a mim que espero o julgamento de Cristo!" E depois ele julgou, ou ele próprio designou juízes, o que dá no mesmo. Como observa Bruno Dumézil, até o fim do século todas as decisões de Constantino e de seus sucessores cristãos no campo da ortodoxia ou da disciplina

tiveram a marca do príncipe; o clero só desempenhou, na melhor das hipóteses, um papel consultivo intermitente. As coisas não serão sempre assim.

Constantino tinha "posto" a Igreja no Império, acrescentara a Igreja a tudo aquilo que o Império comportava, mas, se não falarmos em fé, ele permanece um chefe de Estado bem romano. Viu-se que sua legislação feroz em matéria sexual não ia um passo além da tradição "repressiva" dos Césares. Ele evita abolir espetáculos e, como ele, seus sucessores, através de leis expressas, permitirão que sobrevivam corridas do Circo, teatros, strip-tease, caçadores na arena e até gladiadores, todas as coisas que desagradavam aos bispos, rejeitadas e proibidas a suas ovelhas durante os três séculos precedentes, mas que representavam para a multidão a prosperidade, a consensualidade, a civilização, o *welfare State*. Adivinha-se que os costumes não se tornaram cristãos em quase nada; um único detalhe: no ano de 566, o divórcio por consentimento mútuo será restabelecido.

CAPÍTULO VII – Um século duplo: o Império pagão e cristão

Até depois dos anos 380, sob os sucessores de Constantino, será possível continuar a distinguir entre a fé pessoal dos imperadores e sua ação como soberanos que reinam simultaneamente sobre pagãos e sobre cristãos. O Império era bipolar, contava duas religiões, e a dos imperadores não era a da maioria dos súditos nem mesmo a das aparências institucionais, que durante muito tempo permanecerão pagãs, pelo menos na própria cidade de Roma. Só se poderá falar em Império cristão no extremo fim do século e será preciso, em 394, uma boa guerra, da qual se diz que terá sido a primeira das guerras de religião, para acabar de uma vez com a bipolaridade.

UM SÉCULO BEM ROMANO, E ATÉ PAGÃO

Constantino foi um imperador bem romano, diríamos. Multiplicar as construções era um ato imperial por excelência; Constantino cobre de igrejas Roma, Jerusalém e todo o Império; na Argélia, na velha capital, Cirta, constrói-se uma igreja, e até duas, e a cidade assume por essa ocasião o nome de Constantino. Com a construção de São Pedro no Vaticano, pela primeira vez a multidão cristã de Roma tem uma igreja onde pode se reunir em torno de seu bispo. Mas, em nome da bipolaridade, Constantino também dota Roma de grandes termas que levam seu nome e termina a gigantesca basílica civil de Maxêncio. Não se conhecem construções constantinianas de caridade ou hospitalares.

Fundar uma cidade também era um ato tipicamente imperial. Sabe-se que uma das grandes ações do reinado de Constantino foi, em 330, a fundação de Constantinopla, quer dizer, a transformação em grande cidade do antigo centro urbano grego de Bizâncio. Seria intenção de Constantino criar uma segunda Roma, opor uma Roma cristã à velha capital pagã? Gilbert Dagron mostrou que não era nada disso: Constantino simplesmente quis fundar uma cidade e dar a si próprio uma residência a seu gosto. Naquele tempo, o Império era coberto de cidades transformadas em residências mais ou menos duráveis de tal ou qual imperador: Nicomédia, Tessalonica, Sérdica (Sófia), Sírmium (a oeste de Belgrado), Treves [em alemão, Trier], onde o próprio Constantino residiu, Milão... Em duas ou três gerações, é verdade, Constantinopla tornar-se-á a Roma cristã, a capital do império do Oriente.

E uma vez que os súditos do imperador permaneceram pagãos em grande maioria, Constantino, que não quis perder uma única migalha de seu poder sobre nada nem sobre ninguém, ficou como o Grande Pontífice dos cultos pagãos, públicos e privados, como o serão seus sucessores cristãos até o último quartel do

século. Daí a manutenção de uma fachada pagã do Império. Quem acreditaria? Ao morrer, em 337, Constantino entrará para a categoria dos deuses (divus) segundo a regra ancestral, por decreto do Senado de Roma, essa fortaleza do paganismo; enquanto o corpo desse piedoso megalômano era enterrado na igreja dos Santos Apóstolos, em Constantinopla, tendo em volta de seu túmulo os monumentos dos doze apóstolos (seus funerais, escreve Gilbert Dagron, "foram uma apoteose imperial cristã"). O último imperador cristão a ser transformado em deus por decreto ao morrer — e foi enterrado cristãmente — foi Valentiniano, em 375.

A prova de que Constantino queria manter uma fachada pagã são as suas moedas, nas quais tudo parece continuar como antes. Até 322, os reversos das moedas constantinianas misturam divindades pagas, entre as quais o Sol, com figuras alegóricas ou militares, que eram as homenageadas nas moedas imperiais havia três séculos. Depois de 322, todos os deuses deixam de ser homenageados, mas os reversos das moedas nem por isso passam a fazer propaganda cristã: permanecem neutras em relação aos dois campos. Símbolos cristãos só aparecem nas moedas em função dos atributos pessoais do príncipe: como é de justiça, o imperador em pessoa, chefe dos exércitos, é quem aparece freqüentemente. Aparece no reverso das moedas, algumas vezes junto com os símbolos de sua fé pessoal: o crisma traçado sobre seu capacete, o estandarte de sua vitória, tocado pelo crisma, que ele ergue bem alto. Em pouco tempo, os símbolos cristãos estarão sobre o imperador ou em suas mãos e não na moeda em si.

Tudo se deve à bipolaridade. A moeda é uma instituição pública e o Império conserva aparências pagãs. Ora, nas moedas de imperadores pagãos, o que significavam as imagens de divindades figurando algumas vezes no reverso? Não que o soberano impusesse a adoração desse deus a seus súditos, nem que se proclamasse imperador pela graça desse deus, nem mesmo que lhe votasse um culto: a legenda das moedas diz simplesmente, com uma desenvoltura e, um orgulho bem pagãos, que o deus é o "companheiro de jornada" (*comes*) do imperador. Em suma, uma representação divina sobre os reversos das moedas não era exatamente uma imagem piedosa como simbolizava, por meio da personalidade do deus, nem um valor político que agradasse ao imperador, esse primeiro magistrado de seu império. Sobre as moedas da dinastia severiana, a imagem de Serapis não significava que os Severos eram fervorosos devotos desse deus egípcio tão benéfico, mas sugeria que o governo era tão pródigo em benefícios como esse deus. Em outros reversos de moedas, figuras alegóricas é que desempenhavam esse papel: a Liberdade, a Abundância, a Felicidade. Se o Sol invencível é o "companheiro" de um imperador, o imperador é invencível como seu companheiro; assim são esses relacionamentos: um é o reflexo do outro, ou melhor, um e outro se refletem.

Nessas condições, que pode fazer Constantino quanto ao reverso de suas moedas? Não pode colocar lá uma imagem de Cristo a título de simples alegoria, porque se trata de uma imagem altamente venerável; nem pode propô-la à veneração de seus súditos, porque a moeda é uma instituição pública, enquanto o cristianismo é apenas sua religião privada. Tudo o que resta a Constantino, então, nessa matéria, é trazer o Cristo sobre sua própria pessoa, no capacete, como fazia de fato quando aparecia em público.

Os sucessores cristãos de Constantino conservarão ao menos uma aparência de fachada pagã, a fim de não desagradar muito a nobreza. Seu filho, o piedosíssimo Constâncio II, "nada subtraiu aos privilégios das Vestais, encheu de nobres os cargos de sacerdócio público (pagão), não impediu o Senado de conceder às cerimônias romanas (pagãs) os créditos" que lhe serão concedidos até 382. Autorizava-os também a oferecer sacrifícios? Ignoro. Da mesma forma, o culto municipal e provincial dos imperadores subsistirá até o tempo de Santo Agostinho, especialmente na África, mas com a condição de não incluir sacrifícios; isso permitirá a muitos cristãos, pelo prazer de receber honrarias, que participem dessas cerimônias pagãs sem renegar grande coisa.

Subsistia, portanto, um paganismo elegante, do qual é testemunho o eminente e talentoso cristão Ausônio, que não hesita em nos mostrar o imperador cristão Graciano presidindo em Roma uma cerimônia como Grande Pontífice (do paganismo), "participando da divindade" (qual?) com "os sacerdotes" (pagãos). Esse toque de paganismo tornava o cristianismo de quem assim agia palatável para um meio muito cultural, como era a aristocracia senatorial pagã em seus palácios romanos sobre o Célio.

Esse paganismo oficial e cultuado, o paganismo do Senado romano, estava concentrado na própria Roma, que sempre fora a sede dos grandes cultos públicos. Uma fé sincera e o calendário religioso cristão lá coexistiam pacificamente, sem "sincretismo", com o culto pagão sempre oficial e seus dias de festa. Características pagãs por excelência, os últimos combates de gladiadores tiveram lugar em Roma, no Coliseu.

Como diz Peter Brown, a cidade de Roma no século IV era o Vaticano do paganismo, paganismo que se fazia fundamentalista: o prefeito de Roma, um pagão, queria mandar enterrar viva uma vestal que quebrara seu voto de castidade — e esse castigo já três séculos antes era considerado bárbaro. Em Roma mesmo é que começará em 394 essa "primeira das guerras de religião" à qual nos referíamos e que soará como o fim do paganismo.

TOTALITARISMO NÃO

Constantino chefiava um império pagano-cristão. Seu grande desejo outro não era senão elevar, concretamente, o triunfo místico de Cristo e pôr fim aos falsos deuses. Por quê? Por piedade, pela salvação de seus súditos e até do gênero humano, mas não por causa de uma doutrina de docilidade política.

Os historiadores desconfiam das idéias gerais, já se disse. Nem Constantino nem a Igreja buscaram homogeneizar os súditos do Império em torno da religião e do imperador, como o farão, doze séculos mais tarde, as monarquias do Antigo Regime que, por doutrina política, ou por fantasmagoria ingênua não tolerarão mais do que uma religião no reino. Tal doutrina não era mais pagã do que constantiniana; no tempo das perseguições, não se pedia aos cristãos que oferecessem um sacrifício à divindade dos imperadores, mas aos deuses das pessoas normais, aos deuses dos habitantes do Império: a conformidade religiosa não era uma questão de lealdade política, mas de normalidade cívica e humana.

Até os anos 390, a regra será tolerar parcialmente o paganismo e mais ainda os pagãos. Se estes últimos fossem apenas uma minoria, os imperadores do século IV poderiam ter feito com que freqüentassem durante alguns anos, ou algumas semanas, um curso de ensinamento religioso, e, depois de supô-los convencidos, batizá-los por bem ou por mal; é o que Justiniano e muitos reis germânicos farão dois ou três séculos mais tarde com as minorias judias. Mas essa suave violência era inaplicável a nove décimos da população do Império. As uvas estavam muito verdes, e a única possibilidade era aceitar virtuosamente que a única conversão verdadeira é a conversão livre e sincera e considerar que os pagãos eram apenas tolos.

"Uma coisa é ir voluntariamente à luta por sua salvação eterna, outra é ir constrangido sob sanção penal", escreveu Constantino. Todo o século IV repetirá que não é possível tratar consciências rudemente, tentar fazer alguém acreditar à força." Tolerância por impotência e por uma indiferença acompanhada de um desdém aparente. Como diz Barnes, Constantino dá prova de uma tolerância expressa, associada a uma reprovação essencial. "Não se pode forçar os pagãos", escreve ele desdenhosamente, dando como exemplo a sua própria fé, "cada um deles deve guardar e praticar a crença que preferir: que conservem seus santuários enganosos". Havia sido virada uma página, mesmo que a loucura míope não visse isso; nos termos de uma lei do ano 321, o paganismo era "uma prática ultrapassada", *praeterita usurpatio*. Quando Constantino fala do paganismo, será para autorizá-lo: no texto de sua lei ele o qualifica como superstitio.

Mais que tudo, Constantino buscará estabelecer um culto ao verdadeiro Deus, dando a isso importância muito maior do que buscar em vão converter os pagãos para poupar-lhes caridosamente a danação no inferno. Não era a época dos pescadores de almas, a tarefa prioritária era estabelecer fortemente a Igreja,

pousar essa pedra sobre a areia das multidões pagãs. Na impossibilidade de aboli-lo, seria preciso criar uma concorrência para esse culto pagão que tinha a pretensão de ter garantido as vitórias e a salvação do Império (Símaco e os últimos pagãos negarão isso aos imperadores cristãos). O temporal tinha necessidade do espiritual, porque, dizia-se, se não se prestasse o culto devido à divindade, não se poderia garantir o futuro político do Império. Era a expressão ingênua de um mal-estar mais profundo que não se conseguia expressar, o mal-estar diante da idéia de uma sociedade sem religião.

SEMPRE O DOMINGO

Antes de chegar à grandíssima e dificílima reforma, a proibição dos sacrifícios aos demônios, um golpe menos doloroso e bem imaginado foi a instituição legal por Constantino, em 321, do repouso dominical. Dando prova assim de esperteza de espírito, o imperador impôs ao mundo antigo, cujo calendário era diferente, o ritmo temporal da semana que até hoje vigora; introduziu assim, de modo indolor, um pouco do calendário religioso cristão no ano civil, mas sem atentar contra a liberdade religiosa de cada um.

É coisa de se admirar. Primo, nossa semana deve tanto à astrologia popular pagã quanto ao judeu-cristianismo — e isso permitiu a Constantino contentar os cristãos sem contrariar os pagãos. Por simples coincidência com a semana judia, a doutrina astrológica ensinava a pôr cada dia sob o signo de um planeta, do qual assumia o nome; e, como havia sete planetas (entre os quais o sol, que por essa época girava em torno da terra, acreditava-se), chegava-se a um ritmo de sete dias, um dos quais (*Sunday, Sonntag*) estava sob o signo astrológico do sol. Essa doutrina teve um tal sucesso que os pagãos, sem adotar um ritmo hebdomadário, conheciam os nomes astrológicos dos sete dias; sabiam assim se o dia era de bom ou de mau augúrio. Secundo, antiga instituição romana era o *justitium*: se, em determinado ano, dá-se algum acontecimento (declaração de guerra, morte de um membro da família imperial, funerais públicos de um notável municipal), os poderes públicos decretavam um *justitium*, isto é, fixavam uma data em que, naquele ano, toda atividade do Estado e judiciária seria excepcionalmente suspensa: o Senado não se reuniria, seria feriado para os tribunais, até mesmo as lojas da cidade ficariam fechadas. Um uso de certa forma semelhante existia no mundo grego.

Constantino decidiu que a partir daquele momento haveriam um *justitium* perpetuamente (ele usa a palavra *justitium* em sua lei): um dia a cada sete, o dia do sol (dies solis, o imperador também escreveu), cujo nome era conhecido por todos, pagãos e cristãos. Sua lei dizia apenas isso. Observe-se: foi a única vez em

que esse potentado fez menção a esse sol do qual tinha sido adorador, se se deve crer em alguns historiadores, entre os quais Geffcken e Henri Grégoire, e vê-se em que sentido ele pronuncia seu nome.

Tertio, Cristo tinha ressuscitado no sétimo dia da semana judaica e os cristãos se reuniam em sua sinaxe no último dia de cada semana, para comemorar a Ressurreição com a eucaristia; o dia do sol, dessa forma, tornou-se, para os cristãos, o dia do Senhor (*dimanche, domenica, domingo*), dia da missa. Quarto, Constantino fez uma segunda lei, pela qual concedia tempo livre todo domingo ao exército ou pelo menos à sua guarda pessoal: os soldados cristãos dirigiam-se à igreja e os soldados pagãos iam para fora da cidade fazer uma prece em latim (língua dos exércitos romanos, mesmo em região grega) para agradecer a deus, rei do céu, e pedir a ele a vitória e a saúde para o imperador e para seus filhos. Conhecemos esse deus sem nome, esse deus que serve para qualquer ocasião: é a ele que os pagãos se referiam quando não queriam nomear precisamente o deus de Constantino; neste caso, Constantino paga-lhes com a mesma moeda.

Quinto, à altura do fim do século, chegará o dia em que começará o tédio dos domingos piedosos. Para que a multidão vá ouvir o sermão, serão proibidos os espetáculos teatrais e as corridas de carros aos domingos por meio de leis inúmeras vezes renovadas, porque pouco respeitadas; São João Crisóstomo, pregador em Constantinopla, e Santo Agostinho, em sua África, sofrem com a concorrência vitoriosa que lhes fazem os espetáculos.

CONVERTER OS PAGÃOS OU ABOLIR-LHES OS CULTOS?

Constantino e os cristãos, porém, cuidavam menos de respeitar o domingo e de proselitismo do que de erradicar o culto dos demônios, e antes de tudo de abolir o rito principal do seu culto, o sacrifício de animais ou sacrifício sangrento, essa poluição que suscitava entre os cristãos uma repugnância física e os fazia tremer de horror sagrado. Para eles, o "sacrifício sangrento" era algo à parte no culto pagão. O que os chocava não era encontrar pagãos (quase que só havia pagãos em torno deles), mas topar com os restos de um sacrifício. Compreende-se: das duas grandes formas de qualquer piedade, a adoração-sacrifício e a adoração-cântico (ou adoração do fundo do coração), a primeira é que terá estado por toda parte, até o cristianismo, o ato cultuai por excelência.

Era também o mais custoso. No mundo greco-romano, esse sacrifício era mais freqüente nos cultos públicos do que no culto doméstico ou aldeão, em que só era celebrado por ocasião de banquetes ou festas: recepção oferecida a seus hóspedes por um rico anfitrião, festa folclórica na qual camponeses se cotizavam para a compra de um boi, cujo preço eqüivalia ao preço atual de um automóvel.

É verdade que o sacrifício era seguido de um banquete em que os participantes comiam alegremente a carne da vítima, só deixando aos deuses a fumaça, os ossos e as vísceras. Depois da proibição dos sacrifícios em 342 e 392, os camponeses continuarão a comer da carne uma vez por ano em seus banquetes folclóricos, mas evitando a partir de então imolar ritualmente o animal.

Acontece que só o sacrifício ultrapassava eficazmente a fronteira entre o humano e o sobrenatural. Não se pode amar, adorar sem sacrificar no ato algo precioso. Como me diz John Scheid, oferecer aos deuses sangue, uma vida, é que dava eficácia ao sacrifício, que assim tocava no fundo último das coisas (como entre nós as modificações genéticas ou a fissão atômica, que podem causar horror). Por isso toda operação mágica ou divinatória comportava um sacrifício, celebrado de noite para reforçar o efeito. Constantino não chegará, como veremos, a proibir os sacrifícios sangrentos; seu filho o fará, mas vai limitar-se a algumas medidas parciais ou hipócritas.

Quando um edifício público ou o palácio imperial era atingido por um raio, a religião queria que fossem consultados os especialistas oficiais que eram os harúspices (do Estado); nas entranhas de um animal sacrificado aos deuses os harúspices discerniam o anúncio dos sinais celestes. Ora, em 320, o imperador cristão decreta que é preciso continuar a fazer e a transmitir-lhe as conclusões dos harúspices. Que inesperado respeito pelo paganismo! Ou antes, que seriedade política! Porque no caso bem mais que de religião se tratava: os efeitos dos raios sobre os edifícios públicos eram uma ameaça político-cósmica. Constantino age como chefe de Estado que tem o senso de suas responsabilidades.

Melhor ainda, Constantino acrescenta que os simples particulares vítimas dos raios sobre suas próprias casas estavam autorizados a consultar harúspices (particulares, creio), mas com a condição de oferecer fora de sua casa o sacrifício indispensável. Desse modo o imperador absolutamente não proíbe sacrificar aos deuses do paganismo, mas acrescenta uma condição: que isso se passe em qualquer altar das ruas ou diante de um templo, o que seria difícil de fazer sem ser visto ou na obscuridade. Restrição cuja razão oficial é esta: os particulares não devem ficar sob a suspeita de fazer em sua casa, sob o falso pretexto de um raio, um sacrifício noturno de magia negra, para matar um rival, por exemplo; ou, crime ainda mais grave, um sacrifício noturno de magia divinatória, para saber se o imperador morrerá logo ou se um golpe de Estado em que pensam terá sucesso.

Os imperadores pagãos já puniam com a morte esses mesmos crimes. Mas a finalidade de Constantino é também começar a lançar suspeição sobre todo sacrifício pagão. Eis os efeitos: no tempo do filho e sucessor de Constantino, o piedoso Constâncio II, um erudito dotado de forte personalidade mantivera o hábito de oferecer em sua casa sacrifícios aos deuses; foi acusado de

adivinhação e cabia evidentemente a ele provar sua inocência. Como teve a sorte de não morrer sob tortura e de não confessar, foi finalmente liberado. O próprio Constantino teria acabado por ir às últimas conseqüências? Teria ele afinal decidido proibir por lei os sacrifícios? Parece que não, embora Eusébio afirme o contrário em termos vagos e seu outro filho, Constante, em uma de suas leis, afirme renovar uma proibição paternal. Sem entrar nos pormenores, tudo aquilo que Constantino fez provavelmente foi enunciar um princípio, proclamar alto e bom som seu horror aos sacrifícios, no preâmbulo mais ético que jurídico (segundo a moda do tempo) de uma lei que não indicava sanção nem tinha precisões de aplicação, ou então um domínio de aplicação mais estreito do que o princípio. O fato é que o Código Teodosiano não incluiu o texto dessa lei de pouca utilidade. O próprio Constantino proclamou em outra lei seu horror aos gladiadores e a proibição de seus combates, que ainda duraram um século.

Dado o estreito domínio de aplicação, tal lei pôde valer, por exemplo, pela realíssima proibição de sacrificar, feita em 323 a todos os altos funcionários: eles não deviam mais oferecer sacrifícios públicos no quadro de suas funções. Se for feita a conta, essa proibição abarcava uma centena de governadores de províncias, uma dúzia de seus superiores, os vigários e um punhado de prefeitos do pretório. Os sucessores de Constantino é que entrarão em um acordo com os bispos para uma proibição geral. Lembremos a história de um pagão piedoso do fim do reino de Constâncio II, entre 356 e 360, sem dúvida: "Ele ia ao que restava de nossos santuários, sem que para lá levasse nem incenso, nem vítima, nem fogo, nem libação, porque isso já não era permitido. Levava apenas uma alma enlutada, uma voz doída e chorosa e pálpebras lacrimejantes, baixando os olhos para a terra, porque era perigoso levantá-los para o céu."

Apesar da proibição "ecológica" dos únicos sacrifícios, os sucessores cristãos de Constantino simularão respeitar um equilíbrio entre cristianismo e paganismo. Trinta anos depois da morte de Constantino, o imperador Valentiniano, no início de seu reinado, permitia solenemente que "cada um praticasse o culto de sua fé"; sempre se pôde ser pagão, declarar essa condição, falar de seus deuses, desde que não praticasse, não sacrificasse (ou de, ao fazê-lo, assumir os riscos e perigos). Os eruditos pagãos, Símaco, Libânio, Temístio, não serão privados da palavra, evocarão seus deuses, mesmo quando se dirigirem ao imperador, assumirão junto a ele — em vão — a defesa do paganismo e da tolerância. Os imperadores não prejudicarão sistematicamente os funcionários e militares pagãos em suas carreiras, ainda que prefiram funcionários cristãos; só no ano de 416 será proibido aos pagãos assumir funções públicas.

CAPÍTULO VIII – O cristianismo vacila, depois triunfa

De tudo isso restará a formação de dois clãs na administração do exército, um pagão ou que contemporizava e o outro cristão. Esses grupos também terão muitos outros interesses, motivos e impulsos mais importantes para eles do que a religião. Ora, tal como vejo as coisas, esse resultado previsível e normal terá nos anos 363-364, depois da morte de Juliano, uma conseqüência milenar: a perpetuação do cristianismo, que de modo algum estava garantida. Eis, afinal, uma questão que não podia deixar de ser levantada. A cristianização do Império tinha sido um diktat pessoal de Constantino; esse diktat perpetuou-se com naturalidade depois de sua morte, com os seus sucessores? Não seria isso uma coisa espantosa?

O PARÊNTESE CRISTÃO IRÁ SE FECHAR?

E, na verdade, nesse fatídico ano de 363, que é o ano da troca de uma dinastia, nada tinha sido conseguido ainda; só uma ilusão retrospectiva nos faria crer que o cristianismo já poderia se apresentar no palco da história com o jogo ganho. Juliano, o Apóstata, arrancou em 361 o poder do piedoso soberano Constâncio II e tentou devolver ao paganismo, por ele reformado, a superioridade sobre o cristianismo; Juliano nada tinha de espírito quimérico, de sonhador: o cristianismo não passava ainda de um parêntese histórico que, aberto por Constantino em 312, iria se fechar para sempre. Esse parêntese só não se fechou porque, com a morte de Juliano, em 363, os clãs de que falávamos, responsáveis pela escolha dos imperadores, depois de alguma hesitação elegeram finalmente cristãos e não pagãos: Joviano, que logo morreu, e depois Valentiniano. Faltou pouco, foi como o tamanho do nariz de Cleópatra: os clãs primeiro tinham concordado em torno do nome do pagão Salustiano, eminente colaborador de Juliano, que recusou o trono.

Haviam feito uma escolha voltada para os séculos futuros. Durante os trinta anos precedentes, tinham testemunhado duas políticas opostas, mas possíveis uma e outra: a Constantino tinha sucedido em 337 seu filho, o devoto Constâncio II, que proibira os sacrifícios, depois seu sobrinho, Juliano, que tinha reingressado no paganismo sem encontrar oposição, sem que houvesse a menor tentativa de usurpação do trono. Quem iria sucedê-lo, um cristão ou um pagão? Sem pressentir as conseqüências históricas de sua decisão, os dois clãs militares puseram-se de acordo em 364 em torno do cristão Valentiniano, por mil razões entre as quais praticamente não se incluía a religião, mas antes a oportunidade, a urgência, o interesse pessoal ou corporativo, o talento ou a maleabilidade dos

candidatos.

Ora, Valentiniano terá por sucessor um outro cristão, seu filho Graciano, que cooptará o piedoso Teodósio, ao qual sucederão em 395 seus filhos cristãos, e assim por diante. O tempo tinha feito sua obra, o cristianismo se tornara a religião tradicional do trono. Por tradição dinástica e por convicção religiosa, sem qualquer dúvida, mas também porque as duas religiões eram dissimétricas: o paganismo era autossuficiente, o cristianismo era prosélito, exclusivo, exigente desde que passou a deter uma parcela de poder. Para viver em paz, melhor era viver do lado dos bispos do que do lado dos pagãos; o frio Valentiniano pôde raciocinar assim, e "se manteve a meia-distância entre as religiões opostas", mas era cristão.

Dá-se que o parêntese cristão por pouco não se fecha em 364 e que, nesse ano, ocorreu um fenômeno não tão raro quanto se possa imaginar: um grande acontecimento passou despercebido porque não se consumou. Quem pode deixar de se colocar este tipo de questão? Sou francês, nascido em 1930; que tipo de pessoa eu teria me tornado, quais seriam hoje minhas opiniões se os nazistas tivessem vencido? Vejamos: como imaginar o mundo atual sem o cristianismo? Como poderia ele desaparecer, uma vez que existe ainda? Isso não pode ter sido um acaso, deve haver alguma necessidade dentro disso, algum dinamismo! Não estou em busca do impossível com tantos "se", nem assumindo desejos anticristãos que não são os meus para uma realidade que foi um instante possível: tudo que fiz foi seguir os acontecimentos de 363-364 e medir até aonde vai a contingência histórica. O futuro do cristianismo dependeu nesse momento da decisão de uma camarilha que tinha outros cuidados.

De resto, um imperador pagão não teria lançado os cristãos aos leões (a moda estava ultrapassada). As massas eram pagãs ou indiferentes, e não sendo ainda o cristianismo a religião habitual do Império, esse imperador não teria feito mais do que imitar os excessos de zelo de um Juliano: bastava-lhe abster-se, não proibir os sacrifícios e não sustentar financeiramente a Igreja, até porque os ambiciosos tinham cessado de se converter. Assim, o cristianismo teria retomado o nível de uma seita não ilícita. Seria possível tamanho esfacelamento? Outra grande nave seria insubmersível? Mas, em três ou quatro séculos, as províncias da Ásia e da África, as mais amplamente cristianizadas do Império — e há mais tempo —, serão engolidas por uma outra religião: o islam.

DEPOIS DE PONTE MÍLVIO, O RIO FRIO

Atentemos para o que vai ser, no extremo fim do século de Constantino, o triunfo completo e definitivo do cristianismo sobre o paganismo, quando se dá uma

vitória militar, a 6 de setembro de 394, que eqüivale à vitória conseguida por Constantino em 28 de outubro de 312. Falou-se a esse respeito da "primeira guerra de religião"; na realidade, teremos sob os olhos uma amostra do pano com que se tece a história imperial e na qual o zelo religioso não passa de um fio entre outros.

O leitor pôde constatá-lo mais de uma vez, os pronun- ciamientos e usurpações do trono eram o esporte nacional romano. Nesse contexto é que, em 391, o imperador reinante era Teodósio, instalado no Oriente, que tinha confiado o governo do Ocidente a um coimperador, seu cunhado. Para assessorar esse jovem, Teodósio nomeou junto com ele um estrangeiro, um chefe germânico, Arbogast; porque, para compensar a mediocridade das tropas formadas pelo recrutamento local, o Império já recorria a um expediente que um dia lhe seria fatal: tomava a seu serviço reizinhos germânicos seguidos de seus fiéis e valentes guerreiros.

Ora, Arbogast era pagão — e era ambicioso. Esse germânico começa por se auto-promover a general em chefe do Ocidente romano, depois, livre do jovem soberano (que morreu ou se suicidou), buscou tornar-se dono dessa metade do Império. Mas sua qualidade de bárbaro o impedia de ascender pessoalmente ao trono; foi então que ele escolheu um fantoche, um erudito e alto funcionário chamado Eugênio, o qual fez coimperador do Ocidente e sucessor legítimo do jovem príncipe falecido, a fim de exercer por trás dele o verdadeiro poder. Fundou com isso uma tradição: ao longo de todo o século seguinte, a Itália respeitaria como verdadeiros donos os chefes germânicos situados à sombra de imperadores fantasmas.

Isso interessava muito à aristocracia pagã da Itália, à qual a lembrança de Juliano, o Apóstata, dava asas e que continuava como grande rival em matéria de zelo piedoso: lembremos de que Roma era então "o Vaticano do paganismo". Ora, Teodósio, pessoalmente, era cristianíssimo, enquanto que o Senado romano, majoritariamente pagão e dirigido por personalidades fortes, acabava de recusar a abolição de certas medidas pagãs tomadas pelo imperador precedente. A partir daí, a tentativa de Arbogast de governar através de seu fantoche Eugênio era para os senadores a sonhada ocasião de livrar o Ocidente do ateísmo cristão. Infelizmente, quando Arbogast fez de Eugênio o coimperador do Ocidente e pediu a Teodósio que aceitasse esse colega, bateu de frente com uma recusa. A partir daí, dos dois lados se preparou a guerra, e esse conflito de legitimidade viria a ser o duelo mortal do paganismo com o cristianismo.

Arbogast agia em nome de um zelo pagão ou unicamente por sua ambição? Não se sabe. Quanto a Eugênio, era cristão, mas desprovido de zelo excessivo, tanto que aceitou todas as medidas de restabelecimento do paganismo. Durante a calmaria dos anos 392-393, era possível acreditar que Roma tinha voltado ao

tempo de Juliano. Os cultos, os ritos e as cerimônias pagãs de novo floresceram, restituíram-se aos templos as riquezas de que tinham sido despojados para doá-las às igrejas, e Arbogast prometeu que, depois de sua vitória, faria uma estrebaria da importante catedral de Santo Ambrósio, em Milão. Vitória tão garantida que foi prevista pelo chefe maior do partido pagão, muito versado na antiga ciência dos augúrios.

Teodósio, por sua vez, não ficou inativo. De Constan- tinopla, enviou um de seus eunucos (podia-se confiar nesses homens, pois não havia o risco de que caíssem nas malhas da perfídia feminina) aos confins do Egito para consultar um eremita célebre, João de Licópole, que vivia em reclusão numa gruta havia 48 anos sem nunca ter visto, nesse tempo, um único rosto feminino, e que prometeu a vitória. E sobretudo a usurpação dos ocidentais fez com que Teodósio decidisse partir para o enfrentamento; a 8 de novembro de 392, ele tomou a decisão radical e definitiva: proibiu de uma vez por todas qualquer sacrifício e qualquer culto pagão; proibiu por lei até o humilde culto cotidiano pelo qual, no menor dos lares, queimava-se incenso ou se derramava um pouco de vinho diante das estatuetas domésticas dos Lares e dos Penates; era proibido mesmo erguer guirlandas em honra dele próprio.

De modo que um conflito pelo trono transformou-se numa revolução religiosa; a proibição do paganismo só se compreende nesse contexto político. Mas foi menos essa proibição de 392 que pôs fim ao paganismo do que, em 394, a derrota do partido pagão no campo de batalha. A ambição de um chefe germânico (ambição que, de Stilicon a Ricimer e Odoacro, tinha se tornado a regra), uma tentativa de usurpação como tantas que nunca deixaram de existir e uma revolta religiosa do Senado de Roma deram oportunidade a que se consumasse esse acontecimento mundial que é o fim definitivo do paganismo.

Restava confirmar a proibição com a vitória. A batalha se deu a 6 de setembro de 394, não longe da fronteira atual entre a Itália e a Eslovênia, nas proximidades de Gorizia, ao longo do Rio Frio, ou Frigidus (atual Vipacco, afluente do Isonzo). O exército do Ocidente foi aniquilado, Eugênio foi decapitado pelos vencedores e Arbogast se suicidou.

A Providência parece ter interferido nessa vitória: o vento violento da península balcânica, o bora, soprou durante a batalha e mandava de volta para os pagãos os tiros dos dardos deles. Por sua vez, os pagãos, não longe do campo de batalha, tinham "invocado contra Teodósio estátuas de Júpiter com um raio dourado", se se deve crer em Santo Agostinho; os cristãos vencedores os destruíram. Como um exército em campanha praticamente não tem tempo de erigir uma única estátua que seja, e de dourá-la, acho que aquele símbolo tinha sido erguido lá havia algum tempo. Em compensação, uma coisa tem sua lógica: sobre o arco de Constantino, em Roma, os seis retratos de Constantino, e só esses, foram

intencionalmente mutilados; li faz tempo, escrito não sei por qual pena, talvez a do Sr. Wilpert, que essa mutilação foi feita por pagãos, sem dúvida com finalidades mágicas, antes de sua partida para o Rio Frio. Mais tarde essas mutilações foram atribuídas falsamente a Lourenço de Medicis, o Lorenzaccio de Alfred de Musset.

A derrota do Rio Frio foi a morte do partido pagão, que, desanimado, não se reabilitou mais; nem tentou, nem reivindicou mais nada, nunca. O sistema duplo, pagano-cristão, de Constantino, conseguiu ter vida, o cristianismo tinha se tornado religião de Estado. Por volta do ano 400, como fora proibido adorar os deuses, um pobre homem que acabara de exclamar distraidamente "Por Hércules!", o que eqüivalia a nosso "Diacho!, ou "Meu Deus!", começou a tremer ao ver na ponta da rua a capa de um soldado (stationarius birratus). Alguns conservaram suas convicções ou até as ensinaram e as transmitiram, discretamente, mas outros preferiram se converter. Na classe alta, sabia-se havia muito tempo que os cristãos estavam com um pé no poder, que nada era mais eficaz do que a intervenção de um bispo junto ao imperador e que os representantes da Igreja podiam ser chamados de alavanca do poder. A ambição precipitou o fim do politeísmo com mais eficiência do que a legislação imperial e o fechamento dos templos; "ciumentos da honrosa consideração que os imperadores tinham pelos cristãos", escreve um contemporâneo, "alguns acharam por bem seguir o exemplo imperial".

Mas não nos enganemos, não sejamos simplórios diante de uma onda triunfalista: no Oriente, pelo menos, onde a velha cultura pagã se tinha conservado (enquanto que no Ocidente a única cultura era a clerical), muitos eruditos de famílias importantes e mesmo de pequenas povoações continuaram fiéis ao paganismo ainda dois ou três séculos depois da conversão de Constantino. O que poderia ocultar isso de nós é que os cristãos praticaram uma política do silêncio: imaginaram no princípio que o poder sendo cristão, podia- se considerar que o paganismo estava esmagado. Fecharam olhos e ouvidos à sobrevivência do paganismo e reduziram os últimos pagãos à insignificância fingindo ignorá-los.

CAPÍTULO IX – Uma religião de Estado parcial e misturada. O destino dos judeus

Longe da classe culta, a cristianização da população começara, as malhas da rede de bispados cada vez mais se estreitavam1 e em toda parte erguiam-se igrejas novas e também palácios episcopais. Serão precisos porém dois séculos, e quem sabe até mais, para cristianizar, ou algo próximo disso, os campos, o que não se fez por uma infinidade de conversões individuais, mas simplesmente pela impregnação progressiva de populações envolvidas. A transformação completa da seita em religião estabelecida foi tarefa para mais de um século. Por volta do ano de 530, no Monte Cassino, ainda havia um templo de Apolo a serviço de uma comunidade rural; cerca do ano de 580, havia pagãos a evangelizar na Bekaa síria, perto do grande santuário de Baalbek, e em algumas regiões montanhosas da Ásia Menor; ali pelo anos 600 subsistem bolsões de paganismo na Sardenha, dada a negligência dos grandes proprietários rurais, aos quais cabia dar ordens a seus arrendatários.

DIFUSÃO OU RECEPÇÃO? A NOVA FÉ DOS HUMILDES

Assim, portanto, dois ou três séculos depois de Constantino, a religião de dez por cento da população tornar-se-á nominalmente a fé que todos abraçam; a pessoa passa a nascer cristã como se nascia pagão. Popularizado pelos milagres das relíquias, pelo carisma de alguns e pela autoridade dos bispos, esse cristianismo transformado em hábito será automático e sincero como os outros hábitos, e como eles dissimétrico: são respeitados sem que se saiba por que, fica-se indignado se eles não forem respeitados. Essa conversão das massas camponesas será uma longa história, da qual não podemos fugir em um ponto: que mudanças conheceu essa seita tornada religião que se integrou aos hábitos, essa religião de elite tornada religião de todos e o que, afinal, vale ela? Como se chegaria à realidade de mais "virtuoses" da verdadeira religiosidade do que ouvidos sensíveis à grande música?

Deixemos aos mais sábios o caso dos semi-cristãos, como os chamava Santo Agostinho, a sobrevivência dos ritos pagãos, o problema da religião popular ou da cultura folclórica. A única questão para nós será a de Jean-Claude Passeron: "As difusões de massa que se espalham como um fluxo homogêneo são historicamente excepcionais; a maior parte sempre passa por reinterpretações." Parece claro que a cristianização das massas não se deveu nem à perseguição nem, muito menos, a uma evangelização, mas a um conformismo que lhe foi ditado por uma autoridade agora reconhecida, a dos bispos: o peso de uma

autoridade moral e o virtuoso dever de "fazer como todo mundo". O que importa é menos a difusão do que a recepção: que faz o povo com a religião que se lhe dava? Faz dela uma religião um tanto paganizada na qual se recorria a santos personagens carismáticos, na qual se ia em peregrinação ao túmulo dos mártires, na qual o contato com as relíquias curava, multiplicava-se o número de santos populares, faziam-se procissões em caso de seca, celebravam-se pelas colheitas e pelos rebanhos as ladainhas de três dias antes da Ascensão, essas lustrações sem sacrifício, e nas quais se pedia ao Céu um sucesso ou uma cura.

A evolução da prece mostra essa paganização. Um verdadeiro cristão reza a Deus pedindo para amá-lo, glorificá-lo, reza para agradecer-lhe por tudo, para implorar sua graça ou seu perdão, pedir-lhe para ser mais firme na fé, dizer a Deus que seja feita a vontade dele. No máximo, no Pai Nosso, solicita-lhe o pão cotidiano, "não para gozo da carne, mas para as necessidades de nossa fraqueza", dirá o *Sacramentaire léonien*. Mas, depois do século cristãos põem-se a pedir a Deus o que os pagãos pediam a seus deuses: prosperidade, cura, boa viagem etc. Por volta do ano 430, a imperatriz regente Gala Placídia promete erguer uma igreja a São João Evangelista em troca de uma feliz travessia e, "livre do perigo do mar, saldar sua promessa" construindo essa igreja em Ravena (Gala emprega em sua inscrição a antiga frase dos ex-votos pagãos: *votum solvit* ["promessa paga" ou "promessa cumprida"]).

Ora, diante do gosto popular em matéria de música, de literatura e de arte, a atitude erudita é freqüentemente um desdém farisaico e irônico. O mesmo se dá em relação à religião popular. Diante das multidões que via em seu tempo se acotovelar nas igrejas, Joseph de Maistre perguntava: "Quantos há aqui que rezam realmente?" Transformado em religião de todos, o cristianismo perdeu na multidão seu fervor elitista e retomou o ritmo que tinha sido o do paganismo: o de uma crença tranqüila que tinha momentos mais piedosos ao sabor do calendário ritual, e não mais o ritmo de uma piedade que ama e da qual se sente permanentemente o calor no coração. À paixão amorosa sucedeu a ligação conjugal.

Essa ligação ainda faz parte da fé? Sim, aos olhos dos teólogos, para os quais a questão rapidamente se resolve: a um pobre ignorante interrogado sobre sua fé só resta responder "Isso é muito difícil para mim, mas creio nisso sob palavra e sigo nesse ponto nossa mãe Igreja", e sua fé será considerada uma "fé implícita". Essa fé global e ignorante será superficial aos olhos de um crente elitista, mas nisso é que ele irá se enganar: a oração das pessoas simples nada mais era do que a grande música, mas sua piedade tirara do cristianismo uma música popular cuja sinceridade vai ao coração. Bastará opor a Joseph de Maistre a imagem mais comovente, talvez, dessa piedade ingênua: a Senhora dos Peregrinos ou Os Palafreneiros, de Caravaggio, com os rostos de camponeses pobres, descalços e

sujos, ajoelhados diante da Virgem e do Menino.

O SENTIDO RELIGIOSO É MAJORITÁRIO

Cristianismo como parte dos costumes é o que se pretenderá, mas o costume apenas sistematizará uma sensibilidade religiosa espontânea, não dada a todos, mas pressentida pela maioria da população. Um fato decisivo é que em toda época o grupo que tem um sentimento religioso prévio, qualquer que seja a sua intensidade, é majoritário por toda parte; só isso é capaz de explicar o lugar considerável que as religiões ocupam em quase todas as sociedades. Em nossos dias ainda, no Ocidente, a simpatia pela religião permanece forte, mesmo onde a prática religiosa está cada vez mais rara. Se perguntarmos sobre a indiferença, freqüentemente ela irá se revelar parcial em favor da religião que lhe inspira respeito, benevolência, afeição, uma simpatia de princípio e mais de curiosidade do que muitos outros assuntos; para ver e ouvir o papa num subúrbio parisiense, uma imensa multidão acorre, composta em parte de gente que não crê e que só pensa em Deus uma vez por ano.

Essa parcialidade majoritária tende a um fato com o qual a religião não é a única a se beneficiar: não permanecemos insensíveis a valores (religiosos, artísticos, éticos...) que apenas entrevemos de longe; para citar Bergson, quando esses valores falam, "há, no fundo, na maior parte dos homens, alguma coisa que lhes faz eco, imperceptivelmente" (mas não ironizemos as visitas guiadas de turistas pouco cultos às pinacotecas: ainda que eles não estejam em condições de descobrir tudo num dia, pressentirão alguma coisa e esse pressentimento não consiste em sofrer a autoridade da cultura dominante, segundo Bourdieu).

O fato fundador é que, quando uma sensibilidade religiosa se atualiza, investe-se daquilo que está mais próximo dela, na religião que já faz parte dos costumes de sua coletividade, a de sua família; assume o que seu meio lhe põe ao alcance da mão no canto do mundo em que vive. E como um hábito não tem necessidade de uma outra razão para existir além de sua própria existência, a religião habitual local pode durar longos séculos. Nos casos mais raros em que se rejeita o canto do mundo em que se vive e se encontra em algum outro lugar uma alternativa possível, a pessoa se converte ao islam, por exemplo.

O pressentimento é o princípio da piedade habitual. Hábito, ou costume, significa respeito e senso do dever, que constituem o fundo dessa piedade; como são o fundo do patriotismo no caso de um bom soldado, de quem, apesar de Apollinaire, não se exige mais do que "seu coração palpitando pela França". Para responder ao católico muito exigente de São Petersburgo, diga-se que poucas pessoas simples rezam "verdadeiramente": essas pessoas não meditam sobre

uma religião da qual sabem poucas coisas — e não dispõem de muito vocabulário interior para fazer sua oração; mas estar na igreja e saber que ali se passa uma grande coisa não utilitária é um momento de toda a sua semana que para eles não se parece com nenhum outro, ainda que os canse um pouco. Na maioria — senão na totalidade — essas pessoas vão dócil e respeitosamente à missa; são bons soldados da fé.

Mas essa fé não vai mais longe, obedece ao princípio da mediocridade cotidiana; na mesma maioria de que falamos, a religião, por mais importante que corretamente seja, não ocupa mais do que uma pequena parte do tempo e das preocupações. Quantas páginas ela ocupa na obra de Ausônio, ou na de Sidônio Apolinário? Ou, por que não, na de Ronsard, entretanto um bom cristão? Ser leal em relação à sua fé e a seu rei, eis tudo. O papel da partilha cotidiana é grande no teatro de valores. Na Idade Média, as peregrinações, como as dos Contos de Canterbury, eram viagens felizes, nem sempre edificantes; mas, chegando-se diante das relíquias do santo, havia algumas horas de recolhimento (da mesma forma, hoje, o turismo — a troca dispendiosa de lugar e de hábitos — tem freqüentemente um pretexto cultural ao qual na chegada entregamos como sacrifício algumas visitas guiadas a museus e a monumentos).

MAS A RELIGIÃO NÃO É HOMOGÊNEA

Fiz há pouco alusão ao recuo atual da prática religiosa. Se me for permitido abrir aqui um parêntese, lembrarei que são muito discutidas, neste momento, transformações da religião, seu recuo, a secularização, o "desencantamento do mundo" que se atribui a Max Weber (que designa na realidade por Entzauberung, uma "desmagificação" pela qual a técnica moderna substitui a velha magia). Ora, seria possível que, melhor do que a palavra patética desencantamento, se falasse em especialização para descrever mais exatamente a evolução atual da religião ocidental.

Na verdade, a noção solene de religião recobre, sem dúvida, uma multidão heterogênea de elementos diferentes. Em qualquer religião deuses podem ser encontrados, ritos, festas, o sentimento do divino, solenizações (ritos de passagem, casamento na igreja), a moral, proibições alimentares, uma boa esperança para as próximas colheitas, a predição do futuro, a cura das doenças, a esperança ou o temor de uma justiça imanente, o ascetismo, a experiência do êxtase, o transe, um ethos ou estilo de vida, o desejo de dar ao mundo um sentido conformado aos nossos desejos, o pensamento do além, utopias, a legitimação política, a identidade nacional, o sentimento da natureza etc.

Ora, a "desmagificação" do mundo pôs fim a alguns desses elementos (os

oráculos), substituiu-os pela técnica (a medicina), tornou-os autônomos (legitimação política, utopias sociais); o que mais subsiste é o mais medíocre: a solenização e os ritos de passagem. A "religião" explodiu e emagreceu (vê-se mesmo aparecerem espiritualidades sem deuses). Há uma tendência no sentido de que a religião se especialize, reduza-se ao que tem de específico, onde ela seja insubstituível: a religião nova não vai além de religiosa. Daí a diminuição atual da prática religiosa e da crença tradicional, porque eram em parte elementos extrarreligiosos que ligavam uma população à sua religião.

O CRISTIANISMO SÓ OCUPA UMA PARTE DO TERRENO

Voltemos a nossas ovelhas, É portanto inútil ver, na cristianização do Império Romano, que se inculcou no povo uma ideologia, como às vezes ainda se lê. Constantino pregou e favoreceu sua seita pessoal e elevou a dignidade de seu trono, dando-lhe como mais belo ornamento a única religião digna disso a seus olhos; não se propôs estabelecer, com finalidades políticas e sociais, uma nova norma coletiva. Porque, no século IV, os assuntos do Império não tinham necessidade de uma norma: já a tinham, ela era monárquica e patriótica.

Faz-se às vezes uma idéia irreal do século IV, que teria sido um "século cristão" (*christiana tempora*), "*a century of spirituality*". E até... Em primeiro lugar, nunca existiu um século de espiritualidade, o que há são proporções variáveis de adeptos, de seguidores, de conformistas, de nostálgicos, de indiferentes, de incréus, de adversários. E, depois, G. Dagron, Cl. Lepelley, R.R.R. Smith, H. Inglebert mostraram que esses *pretensos christiana* tempora não foram a arena de um combate de titãs entre Júpiter ou o Sol e Cristo, entre dois grupos ou partidos, mas entre duas doutrinas; "a oposição entre pagãos e cristãos não tinha um sentido além do religioso", nenhum sentido político ou nacional.

Nas inumeráveis cidades que formavam as células do grande corpo do Império, a vida cívica tinha cuidado para permanecer neutra. A coexistência pacífica consistia em silenciar sobre as questões que podiam criar aborrecimento; os notáveis dos dois lados evitavam falar na questão religiosa no trato dos negócios públicos; como mostrou Claude Lepelley, ao ler as inscrições públicas produzidas pelos conselhos municipais, jamais seria possível supor que tinha havido uma revolução religiosa no século IV. Por entre pagãos e cristãos passava uma ampla zona pacífica. Uma consciência de grupo ou uma solidariedade de classe levava a evitar qualquer conflito e era possível ver-se o líder do paganismo em Roma recomendar um bispo.

Os pagãos observavam a mesma fidelidade que os cristãos em relação aos soberanos cristãos e respiravam o mesmo patriotismo do Império. Há a mesma

equanimidade em relação às duas religiões entre o historiador Eutrópio e entre um oficial superior altamente patriota como Amiano Marcelino (que não era um homem de oposição, mas um indiferente, tão impermeável ao cristianismo como ao neopaganismo de Juliano). Quando o orador pagão Temístio traçava o panegírico de seu príncipe, sua linguagem lealista e universalista não se distinguia da de um outro panegirista, o bispo Eusébio de Cesareia. Polemistas pagãos e cristãos invocavam igualmente o interesse de Roma em favor de suas religiões respectivas.

"Tudo que há é o patriotismo ou a religião que possa fazer com que caminhem durante muito tempo para um mesmo objetivo a universalidade dos cidadãos", escreveu Tocqueville, mas pode acontecer que uma religião e um patriotismo se confundam. Será o caso de Bizâncio, até onde sei, mas no tempo de Constantino ainda não era o caso, nem no tempo de seus sucessores cristãos, que só cuidavam de unificar sob uma mesma crença uma população já unificada no patriotismo e na fidelidade a seus príncipes. Não sentiam esses imperadores nenhuma necessidade de dotar de uma ideologia altamente minoritária um império que já tinha ideologia.

É preciso fazer essa justiça a Constantino, que não foi um fanático de sua religião, mas um moderado; nesse sentido, pode-se utilizar a palavra muito moderna tolerância. E entretanto, segundo ele, seu Deus, como governador deste mundo, tinha o mesmo ideal de chefe que ele próprio, Constantino: ambos detestavam a indisciplina, tanto na religião como na política. A boa ordem e a unidade de todos eram vistas como fator comum diante do temporal e do espiritual. Mas Constantino tinha visto em sua infância o que fora a perseguição aos cristãos, na qual o monarca seu pai tomara parte — e ele ficou marcado por essa lembrança. Porque a ação misteriosa do tempo tinha cumprido seu papel, a era das perseguições tinha passado, sua inutilidade e sua crueldade tinham sido reconhecidas; além de tudo, uma perseguição "causa perturbações", como vulgarmente se diz, e nenhum chefe político gosta disso.

Ora, fazer reinar a paz também era o ideal de Constantino, que louva a tranqüilidade de sua época (quies temporis nostri): a paz religiosa determina a paz civil tão seguramente quanto a perseguição leva a uma guerra interna. Se ele manifesta por princípio uma hostilidade contra os combates de gladiadores, é porque "os espetáculos sangrentos são inadmissíveis numa sociedade tranqüila e um país pacífico".

A relativa "tolerância" de Constantino, mantida depois por quase todos os seus sucessores romanos, bizantinos e germânicos com o decorrer dos séculos, deve-se a esse ideal de ordem pública, à ineficácia reconhecida das perseguições e ao pragmatismo que compreende que agir nesse sentido seria difícil e até absurdo: para uma religião que vive na alma e não por seus ritos, fazer uso da força seria

contraditório. Depois, a moda é onipotente e perseguir tinha passado da moda. Assim, Constantino deixou viver em paz os pagãos, e também os judeus.

HEREGES E JUDEUS: NASCIMENTO DO ANTI-SEMITISMO

O desejo de cristianizar não lhe faltava entretanto e, em seus editos, só fala desses incréus de maneira insultuosa: os pagãos são estúpidos, para Constantino, que tem por eles o desprezo que se tem pelo Outro; os judeus, esses, constituem uma "seita nefasta". Esse belo estilo fará escola e, um século mais tarde, um sucessor de Constantino estigmatizará "a loucura da impiedade judia e o erro insano e estúpido do paganismo", o que prova que nesse ano de 425 ainda havia pagãos, mas também prova que três religiões permaneciam legítimas no Império: cristianismo, paganismo e judaísmo.

Infelizmente, a tolerância não era o único princípio reinante: os cristãos, e só eles, tinham o dever de adorar a Deus como verdade e de obedecer à Igreja, a fim de que Deus protegesse o Império e o imperador (ou talvez em função do mesmo imperativo não declarado de normalidade que outrora levara a perseguir os cristãos). O resultado será que os imperadores cristãos perseguirão os cristãos hereges ou cismáticos, enquanto que os judeus e pagãos poderão pensar o que quiserem de suas crenças respectivas. Ah, os donatistas, os cismáticos e os hereges não serão jogados aos leões e nem queimados vivos por enquanto (a fogueira então ficava restrita, entre outros, aos homossexuais e aos raptores de moças que consentiam em serem raptadas); Constantino começou por chamá-los à razão docemente, depois os exilou e os despojou de seus bens, depois, julgando que os donatistas desobedeciam às leis imperiais que lhes ordenavam a se submeter e que essa desobediência constituía sedição, enviou o exército com as conseqüências fáceis de imaginar, mais tarde descobriu, por sua vez, que a perseguição só levava à desordem e emitiu um edito de tolerância.

Em relação aos judeus, em compensação, esses assassinos de Cristo, Constantino não agiu com rigor, nada mudou em relação à legislação pagã, que dava ao judaísmo condição de religião lícita; limitou-se, segundo o costume, a proteger seus correligionários: os judeus que maltratassem um de seus compatriotas convertido ao cristianismo seriam pesadamente castigados (mas a lei não protegia o judeu que se convertesse a uma terceira religião).

E entretanto foi na época de Constantino que começou esse anti-judaísmo que iria desembocar, dezesseis séculos mais tarde, nas monstruosidades conhecidas. O erro se liga ao fato da cristianização mais que à atitude dos próprios cristãos; ou antes se deve, até nossos dias, a uma categoria mental que se ajusta ao que podemos chamar de mentalidade primitiva ou estupidez: o horror disseminado

daquilo que não é nem carne nem peixe. Talvez valha a pena dizer uma palavra sobre isso.

Seria muito longo mostrar que não há qualquer continuidade entre a impopularidade dos judeus no Império pagão e o anti-judaísmo cristão, o qual se enraíza na mesma causa mental do antissemitismo moderno. No mundo pagão da Grécia e de Roma, os judeus ora eram rejeitados por causa do ciúme de seu Deus exclusivo e da barreira de suas proibições alimentares; ora por se tratar de um povo à parte do qual se elogiavam a piedade e os costumes familiares puros. Eram estrangeiros antipáticos ou então virtuosos. Dos cristãos também se dizia isso, pelas mesmas razões: eram "ateus" (rejeitavam os deuses dos outros) e tinham proibições alimentares (os idolotitas [as carnes das vítimas, que se oferecem aos deuses], as carnes sangrentas), mas eram virtuosos.

Seria de se esperar que com o cristianismo do Império o anti-judaísmo tivesse fim, uma vez que o Deus exclusivo dos judeus outro não era senão o Deus dos próprios cristãos e que o livro santo judeu não era menos santo para os cristãos, que por essa época também rejeitavam as carnes sangrentas. Foi entretanto esse estreito parentesco que paradoxalmente levou à descontinuidade de que falávamos e foi a causa do antijudaísmo: os judeus eram irmãos, mas pela metade, porque não reconheciam o Cristo. Eram portanto piores do que os "outros" que eram claramente os pagãos e não os hereges: eram falsos irmãos, ou seja, a coisa mais repugnante que há; os pagãos eram apenas estranhos muito estúpidos. Longe de continuar reprovando os judeus, como outrora, de deixá-los à parte, agora eles são rejeitados com repugnância.

Repugnância, eu dizia. Nada mais chocante do que a diferença de tonalidade entre o racismo e o antissemitismo, entre o desdém e a repulsa; esta é que faz do anti-semitismo uma coisa à parte e uma enigmática extravagância. O negro, o amarelo, o pagão são pessoas que podem ser desprezadas ou das quais se pode pensar o pior, mas sabemos o que são: são os Outros, isso fica claro. Mas, com os judeus, as coisas não são claras. O judeu da antigüidade cristã era equívoco, não era pagão e ao mesmo tempo não era cristão; muitos séculos mais tarde, apesar de seu freqüente patriotismo, o judeu será francês sem ser reconhecido como tal; será o autor de uma boa metade da ciência alemã sem ser um verdadeiro alemão.

Ora, os praxeólogos [estudiosos das coisas práticas] nos ensinam que, no "jogo" social, há a necessidade de compreender com que parceiro haverá comércio; se não se chegar às claras em relação a ele, se esse parceiro é um ser bizarro, inclassificável, haverá uma repulsa de nossa parte e preferiremos deixar o jogo. Essa repulsa não se deverá àquilo que o parceiro é, mas ao fato de que não se vê claramente quem ele é. E a célebre etnóloga Mary Douglas analisou e ilustrou com exemplos a repulsa por tudo aquilo que não é claro, por tudo o que é híbrido,

impuro, vesgo, por aquilo que não é "nem carne nem peixe" e que portanto não se deve levar à boca.

É preciso buscar nessa repugnância "primitiva" a verdadeira causa do anti-judaísmo cristão, não sendo o judeu nem cristão nem pagão; a acusação de deicida é apenas uma especificação. E esse antijudaísmo, por mais religioso que fosse, prolongar-se-á sem descontinuidade no antissemitismo atual, tão "leigo" quanto seja, que decorre da mesma repugnância. Banalidade do mal? Não, mas da estupidez. Para a passagem dessa estupidez ao ato, aos assassinos cruéis e à passividade da maioria dos contemporâneos, alegamos o primado do grupo, o respeito à autoridade e menos uma indiferença "egoísta" pela sorte do outro do que uma frágil capacidade de se interessar por si mesmo pelo que está além do estrito círculo pessoal (essa afirmação sobre interesse permite talvez fugir da insolúvel oposição entre egoísmo e altruísmo [o outro]. Um idiota não precisa fazer muita força para ser bom, diz La Rochefoucauld. Porque, por falta de força, ele não se interessa por nada).

E, correlativamente, com a cristianização, os judeus vão se fechar sobre si mesmos e sua religião vai se tornar solipsista. O proselitismo judeu tinha tido um grande sucesso no Império pagão, os convertidos e os "tementes a Deus" se comprimiam em muitas das sinagogas, atraídos pela piedade judia, pela grandeza do Deus judeu e a freqüência ao culto hebdomadário; no fim do século IV, em Antioquia, como o mostrou Anne-Marie Malingrey, a atração pelo judaísmo permanecia viva e São João Crisóstomo precisava empregar toda a sua eloqüência na tentativa de impedir que os cristãos fossem tomar parte em festas judias. Mas, tornando-se o cristianismo religião de Estado, o judaísmo voltará a se tornar a religião nacional do único povo judeu e assim continuará sendo até nossos dias, os pogroms e guetos contribuindo para isso: continua sendo quase impossível para um não judeu converter-se à religião de Israel.

O REVOLUCIONÁRIO E A CRISTIANIZAÇÃO

Voltemos a nosso herói para concluir sobre seu caso. Constantino foi um político de visão providencial, um revolucionário, um agitador, *novator et turbator rerum* ["renovador e agitador das coisas"], segundo o pagão Amiano Marcelino. Pode-se dizer com Baynes que "pertence à raça dos videntes e dos profetas". Foi o profeta armado de um ideal, o Império cristão. O que o distingue de seus sucessores é que foi o inventor desse ideal e nele acreditou profundamente. No dia seguinte à sua vitória sobre o perseguidor Licínio, ele escreveu que se entregava a uma dupla missão: unificar todos os seus povos na verdadeira concepção de Deus e livrá-los das perseguições. Dois anos antes de sua morte,

Constantino, que acabava de alcançar uma vitória sobre os bárbaros da frente danubiana, escreveu aos bispos reunidos em concílio em Tiro: "Não podeis negar que sou autenticamente servidor de Deus, porque minha piedade faz com que tudo viva em paz; os próprios bárbaros, que até o presente ignoravam a Verdade, agora conhecem Deus graças a mim, seu servidor, louvam seu nome como convém e o temem, porque os fatos os levaram a constatar que Deus era por toda parte meu escudo e minha providência; eles nos temem porque temem a Deus."

É preciso confessá-lo, nada mais vulgar do que o conteúdo desse discurso, desde então ouvido cem vezes: trata-se de linguagem convencional, de "palavras verbais" — salvo unicamente na boca de Constantino, que acreditava no que fazia: ele preparou o cristianismo do mundo. Sob seus sucessores deu-se uma rotinização de sua linguagem de profeta, no sentido em que Max Weber fala de uma rotinização do carisma. Voltando ao caso da linguagem de quem fala convencido da verdade que está transmitindo: durante os dois últimos terços do século XX, ouviu-se falar do paraíso soviético e das "maravilhas do amanhã". Era a propaganda, o "falatório para convencer", exceto na boca e na cabeça dos profetas iniciais, Lênin e Trotski, que acreditavam no que diziam tão profundamente que em conseqüência disso sacudiram o mundo.

Melhor teria sido dar o exemplo do imperador indiano Asoka. Convertido ao budismo com toda a família, ele favorecia os missionários, recomendava em seus editos que se observasse a compaixão. Nesses editos confessava seu remorso de ter feito guerras e, cinco séculos antes dos concílios de Niceia ou de Tiro, reuniu em Pataliputra um grande concílio budista.

Em síntese, a cristianização do mundo antigo foi uma revolução que teve em seu impulso inicial um indivíduo, Constantino, cujos objetivos foram exclusivamente religiosos. Nada teve de necessária, de inelutável, de irreversível. O cristianismo começou a se impor a todos porque Constantino sinceramente convertido o favoreceu e o sustentou, e porque como religião foi eficazmente organizado numa Igreja. Constantino se converteu levado por motivos pessoais desconhecidos e julgou que o cristianismo era digno de ser a religião do trono porque sua superioridade religiosa era evidente a seus olhos e porque, ainda que minoritário, o cristianismo se tornara o grande problema religioso do século.

Foi unicamente por Constantino que a história universal estremeceu, porque Constantino foi um revolucionário maduro para uma grande utopia e persuadido de que lhe estava reservado um papel imensamente importante na economia milenar da Salvação. Mas também e sobretudo porque esse revolucionário foi simplesmente um grande imperador, um realista que tinha o sentimento do possível e do impossível.

CAPÍTULO X – Existe a ideologia?

"Está certo", diremos talvez, "houve a fé sincera de Constantino e de quase todos os seus sucessores, a dignidade e os deveres do trono, a pressão do episcopado... Mas a verdadeira razão deve ser mais profunda; não seria antes a ideologia? Uma religião monoteísta e universalista não é a melhor cobertura ideológica que pudesse desejar uma monarquia imperial e se auto-proclamando universal?" Quando se fala de Constantino com algumas pessoas cultas, é freqüentemente para ouvir uma objeção; aos olhos dessas pessoas, a religião não é uma coisa suficientemente séria para interessar a um homem de poder, a menos que preencha uma função ideológica. No atual Dicionário das idéias consagradas, ao lado do corpo e da alma, da matéria e do espírito, haveria o Poder e a Ideologia; a realidade política seria composta por essas duas peças ligadas uma à outra: o Poder seria obedecido pelas pessoas levadas a acreditar na Ideologia, religiosas ou não; nessa função de fazer acreditar, Constantino teria substituído o Sol invencível de seus predecessores pagãos por Cristo.

Mas não é bem assim, o Poder — seria leninista — é o primeiro a acreditar no que diz e para Constantino isso bastaria. Constantino estava convencido de que Deus abençoava as armas daqueles que, como ele, acreditavam em Deus; Justiniano, Heráclio e seu contemporâneo Maomé também estavam convencidos disso. Seria preciso, então, esclarecer a noção obscura de ideologia. Os cristãos respeitavam o imperador por patriotismo, por lealdade, exatamente como os pagãos e como sempre se fez; não o respeitavam porque sua religião fazia com que adorassem um Deus único. Durante três séculos, os Césares se contentaram com o politeísmo e sua monarquia nem por isso tinha menor valor.

Não, Constantino não procurou no cristianismo "bases metafísicas para a unidade e a estabilidade de seu império", como pensaram alguns historiadores. Imaginar que um monarca, porque governa só, far-se-á respeitar antes por uma imposição da crença num único deus não passa de um jogo de palavras da velha sociologia, ao qual não corresponde qualquer realidade mental. Em compensação, o que estava mais próximo da realidade, ao menos em intenção, não era a cristianização, mas a perseguição. Com um zelo excessivo, Diocleciano estava convencido de que a salvação do Império exigia a recondução dos cristãos às saudáve;" tradições romanas.

A IDEOLOGIA NÃO ESTÁ NA RAIZDA OBEDIÊNCIA

Então, qual a necessidade de uma ideologia? A quem beneficiariam tantos cuidados supérfluos? Ainda que Constantino chegasse a impor a "ideologia" cristã

a seus súditos, não teria sido nem mais nem menos obedecido. Nada é mais fácil do que a obediência dos povos, do que seu respeito à ordem estabelecida, qualquer que seja a legitimação que se lhe dê. Do contrário, a história universal não seria o que é. Todo poder é estabelecido por Deus, repetir-se-á com São Paulo, o imperador reina pela autoridade de Deus, dirá Vegécio. Mas, espontaneamente, as multidões pagãs, cristãs ou muçulmanas veneravam o imperador, o basileus ou o sultão (sempre a maldizê-lo *in petto* por causa dos impostos); essas multidões não tinham necessidade de que a monarquia fosse decalcada sobre um monoteísmo ou legitimada por uma ideologia, porque todo súdito leal respeita espontaneamente seu soberano e tem por ele um temor reverenciai (que existe ainda aqui e ali: "Um rei tão bom!", ouvi com meus ouvidos de um súdito de Hassan II.)

O amor ao rei, o patriotismo e principalmente o respeito pelos privilegiados não são religião e dela não provêm; não são previamente inculcados por uma ideologia, mas a precedem, dentro da lógica, são induzidos pela obediência à ordem estabelecida, nascem dessa obediência, não a fazem nascer; são coisas que respiramos desde a infância no ar do tempo e no espetáculo que tudo isso nos proporciona. A história se explica por uma vivência silenciosa e não pelas belas palavras que a isso se acrescentam; quando a dependência é rejeitada, as palavras ideológicas deixam de ter peso. Citemos o penetrante Jean-Marie Schaeffer: em nossa época, o ensino da escola não pode mais substituir o aprendizado das regras sociais ou políticas pelo quadro de vida e o exemplo familiar e social, daí a dramática ineficácia da educação cívica escolar.

Os judeus, da mesma forma que os outros povos, não esperaram os Dez Mandamentos para não matar e não roubar, mas o Decálogo fez com que acreditassem ser louvável respeitar esses preceitos por obediência à Lei divina. Em uma palavra, o que acontece é que a vivência social silenciosa suscita ou aceita as verbalizações ideológicas, não é o inverso que se dá; os únicos a se convencerem por uma ideologia são os já convencidos. Temos visto isso com nossos olhos. Se somos quinquagenários ou mais, testemunhamos a descoberta da contracepção dando lugar a uma cômica experimentação sociológica em condições reais. Antes da "pílula", as moças respiravam na atmosfera do tempo e no exemplo de suas companheiras as úteis virtudes da pureza, da castidade, da virgindade, da abstenção sexual. E que espírito avançado não estigmatizava então as práticas virtuosas repressivas da sociedade capitalista? Foi suficiente que a pílula aparecesse para que essas virtudes desaparecessem como orvalho ao sol: evaporadas porque o perigo se tinha evaporado tanto nos apartamentos duplex como nas choupanas. Esse desaparecimento nos pareceu tão natural que mal o percebemos, sem observar na ocasião que não fora a prática virtuosa a inculcar a abstenção, mas a abstenção é que, não havendo contracepção, se erigira em virtude.

UM UTILITARISMO UM POUCO CURTO

A noção de ideologia é enganadora sob um outro ponto de vista: é muito irracional. O marxismo, como há pouco me lembrou Jean-Claude Passeron, é um utilitarismo segundo o qual uma idéia política ou é verdadeira ou é uma mentira politicamente útil que se chama ideologia; se um imperador se torna cristão, é porque isso serve ao seu poder. O marxismo esquece que, muitas vezes, a idéia em questão é uma elucubração inutilmente ambiciosa, na qual, vamos repetir, os governantes são os primeiros a acreditar: purificação religiosa do reino, dominação universal do islam, anti-semitismo hitleriano, internacionalismo marxista. É possível que sejam mesmo os únicos a acreditar; lançar a Invencível Armada contra a heresia foi decisão pessoal de Filipe II.

AS CRIANÇAS E AS PESSOAS GRANDES

Deixemos a ideologia e voltemos à vida das velhas monarquias. Certamente nem os Grandes, que viam o soberano de perto, nem os Pequenos, que sabiam que o rei não passava de um simples mortal, tinham ilusões quanto à humanidade do soberano, mas nem por isso o veneravam menos. Não, os Antigos não tomavam seu rei ou seu imperador por um ser sobrenatural, um deus vivo, a não ser por palavras; os próprios egípcios construíam em torno de seu faraó histórias alegres. Os arqueólogos encontraram milhares e milhares de ex-votos gregos e latinos agradecendo às divindades do paganismo (por uma cura, uma boa viagem etc), mas nem um único ex-voto agradecia à divindade do imperador.

O que há de mais verdadeiro, em compensação, é que, na vida da época, os súditos do monarca se comportavam diante dele com uma humildade de crianças; até o século XVIII ocidental, o pomposo intervalo social que separava os Pequenos e os Grandes da mesma forma era evidente entre as crianças e os adultos. Esse tempo passou, o Presidente do nosso país não é mais de direito divino e podemos mandá-lo ao diabo sem sermos enviados aos trabalhos forçados. Deixando de se originar do alto, a autoridade não reclama mais para si uma transcendência. A secularização do poder tem essa conseqüência entre outras. A história não se divide entre uma época antiga em que a religião sustentava o Poder e a época atual em que o Poder é dessacralizado, "desencantado"; mas entre uma época antiga em que os reis eram superiores em natureza a seus súditos; e nossa época na qual reis e presidentes têm o aspecto de homens como os outros (os próprios ditadores do século XX têm apenas "gênio", superioridade individual e "racional"). A dissimetria entre governante e

governados é um dado cujas espessura e duração se impõem aos contemporâneos e escapam à ação humana; não poderia ser produzida a golpes de "é obrigatório acreditar". Também se pode dizer isso do fausto que cercava o monarca, essa pretensa "propaganda". Com suas cerimônias e seus palácios, esse esplendor era tão natural quanto a juba que distingue o rei dos animais. Não era esse esplendor que produzia a grandeza, ao contrário, ele decorria dela, a qual tinha necessidade de expressar-se: que seria de um fervor que se limitasse aos lábios do soberano? Nas primeiras linhas de seu testamento, os súditos, como faz o poeta Villon no seu, prestavam homenagem à Santíssima Trindade "e a Loys, o bom rei de França".

Não sendo a causa da dissimetria pré-existente, porém sua conseqüência e sua expressão, a legitimação religiosa do soberano não proporcionou a Constantino mais do que um medíocre suplemento à obediência dos súditos e nem lhe deu mais solidez no trono. Porque, na outra metade de seu cérebro, os governados não eram tolos e, um belo dia, o respeito podia ir por água abaixo; sucedia de cassarem o mau príncipe reinante, sua Jezabel ímpia ou o peso de seus impostos, ou se invocaria em um movimento de revolta o Deus que era a referência dele. Respeitar o poder é uma lei tão sagrada quanto amar a Deus, até o dia em que parece que o rei é indigno de Deus ou menos digno do que um outro que o sucederia. Não cessam por isso as revoltas em que se envolvem os bons cristãos, ao contrário. A sacralização do poder não levou a uma crença decisiva que soldasse as relações entre governantes e governados.

PRAGMÁTICA, E NÃO IDEOLOGIA

Todavia, faltaria alguma coisa à ordem estabelecida se, através de frases edificantes que quase não são ouvidas, o governo não falasse a partir de uma posição elevada. Não se trata da propaganda ou da comunicação, é a pragmática lingüística, pela qual o locutor se impõe, não através do conteúdo "ideológico" de sua mensagem (cristã, marxista, democrática...), mas pela posição dissimétrica e superior que, ao falar, assume diante de seu auditório. De resto, na Antigüidade, não se buscava impressionar os ouvintes (supostamente impressionados por antecedência): tudo que o orador buscava era ocupar o lugar que lhe cabia de direito. Quando o imperador Graciano proclama que o próprio Deus lhe tinha inspirado que nomeasse Ausônio cônsul, recorre, para honrar esse erudito, a um estilo sublime, que como que lhe é natural. Além disso, o poder deve atender a uma expectativa dos governados, corresponder à sua perpétua capacidade de revolta, à sua liberdade, juntamente com sua submissão inata: quando se está em relação com outros homens pelo poder que se tem sobre eles, é preciso falar, dizer qualquer coisa; deixar no ar um silêncio glacial seria a mais revoltante das

pragmáticas.

A noção de ideologia desconhece a pragmática e, além do mais, repousa sobre uma ilusão intelectual que remonta aos sofistas gregos e faz crer que a atitude das pessoas resulta do próprio conteúdo da mensagem; que é devida às idéias que têm ou que lhes sopram, porque nossa conduta resulta, acredita-se, de nossas representações: delibera-se primeiro, depois se decide e se age. A noção de ideologia comporta um segundo erro, segundo o qual a religião, a educação, a pregação, a obrigatoriedade de acreditar em geral, seriam como a cera virgem sobre a qual se faz imprimir a obediência ao mestre e aos imperativos e proibições do grupo. Na realidade e para mudar de metáfora, o indivíduo, o grupo e o poder

são sempre tecidos em conjunto, o indivíduo não é isolado e a pregação só pode convencer um pouco mais os convencidos. A obediência e o sentimento monárquico não nascem de uma obrigatoriedade de acreditar ou de uma propaganda; são inculcados tacitamente pela socialização, o meio, o babitus se se preferir. Daí, entre nós, a ineficácia da educação cívica escolar: só a impregnação silenciosa pelo meio ambiente é verdadeiramente eficaz. O intelectualismo e o individualismo não deixam perceber essa espessura obscura da socialização.

Mas, de fato, acreditar-se-á verdadeiramente na necessidade de socializar os governados? O verdadeiro fim de uma ideologia ou fraseologia não é convencer e fazer obedecer, mas antes proporcionar prazer, dando às pessoas uma boa opinião de si mesmas; os dominantes podem se dizer justificados por serem superiores e os dominados ouvem dizer uns aos outros que não estão errados ao obedecerem. Esse prazer da legitimação é vivo, não lhe basta ser rico e poderoso ou deixar de sê-lo: ainda será um conforto, nos dois casos, que haja uma justa razão para isso. Ora, ter razão é um prazer e um prazer não é verdadeiro nem falso; por isso uma fraseologia legitimante é assimilada com tanta facilidade e tem tão pouco de efeitos profundos. O que se chama ideologia é um pouco de óleo nas engrenagens, não é uma mensagem que leva a obedecer, é apenas um prazer, uma pragmática que serve como lenitivo aos povos subjugados por aí.

Antes de falar de ideologia, lembremos que os imperadores cristãos a partir de Constantino tiraram do cristianismo uma nova fraseologia pragmática legitimante, reinar pela graça de Deus, e também uma nova função que terão de preencher, servir à religião. Efetivamente, através da interpretação limitativa que a Igreja dará ao exemplo deixado por Constantino, os sucessores dele não terão o direito de governar a Igreja através de um "cesaropapismo", mas terão o direito de sustentar a verdadeira fé; César dando a Deus o que se deve dar a Deus.

Assim, apoiar a Igreja se tornou uma das funções que o poder imperial deveria preencher (do mesmo modo que a lista das funções de qualquer Estado nada tem

de natural e é sempre histórica). Por outro lado, a religião lhe fornecia um fundamento transcendente do poder, quer dizer, uma fraseologia destinada a romper o silêncio: o próprio Deus se encarregava de dar a César o que era de César.

Os sucessores de Constantino, com uma única exceção, não reassumirão, como vimos, a posição do grande revolucionário, mesmo quando se instala uma nova dinastia com a morte de Juliano. O que tinha sido em Constantino uma convicção apaixonada e autoritária, a de sua alta missão, da proteção especial que ele recebia do Céu e da obrigação de impor a boa ordem à Igreja — essa convicção vai se tornar, depois dele, uma função estática tradicional e uma fraseologia, com algumas sobrevivências do cesaropapismo herdadas da "presidência" de Constantino. De religião pessoal do imperador reinante, o cristianismo tornou-se a religião do trono.

Não era o imperador que politizava a religião e se servia dela, mas a religião que se servia do imperador, naquilo de que tinha necessidade. Quando Eusébio de Cesareia, em seu panegírico de Constantino em 336, exclamou em grego ein Gott, ein Reich, ein Kaiser, essa bela simetria serve para garantir a ordem estabelecida da lealdade da Igreja e para obter em troca que o imperador seja o auxiliar da Igreja; ele louva Constantino por ser um príncipe cristão para fazer com que isso se torne um dever; e traça para Constantino um programa de governo. Evita reconhecer para Constantino um poder sobre a Igreja, que também não devia ter qualquer poder sobre o imperador, mas tratar com ele de poder para poder. O altar se apoiava sobre o trono, mais do que o contrário. Na Itália de Teodorico, o papa Gelásio I, sentindo sua autoridade ameaçada pelo imperador oriental, formulará a teoria dos dois poderes e da independência do poder espiritual em relação ao temporal.

UM PRECONCEITO: DEUS E CÉSAR

Mas meu leitor adivinha por que a explicação pela ideologia continua tentadora: todo regime político deve se legitimar. Ora, a religião freqüentemente preenche esse quesito, donde, escrever-se-á, o paganismo servia para legitimar o regime imperial e o cristianismo o sucederá nessa função. Será enganadora a continuidade aparente das moedas imperiais, em cujo reverso algumas imagens religiosas cristãs sucederão as imagens pagãs. Acredita-se que, dos deuses pagãos ou do Sol Invencível ao Cristo de Constantino e dos bizantinos, há a continuidade de uma função ideológica, preenchida pela religião do momento, Cristo sucedendo aos deuses e ao Sol na função de autoridade divina legitimante.

Adivinha-se de onde vem essa ilusão. Em toda sociedade anterior à nossa

civilização ocidental, religião e política viveram em união mais ou menos estreita; não que fossem inseparáveis por natureza, mas simplesmente porque não podiam deixar de se encontrar, de tal forma a religião (ou tudo que se designa por essa palavra) preenche funções diversas e apresenta aspectos diferentes. O fato é que a religião está em toda parte e há sempre uma ocasião, elevada ou superficial, de entrar em relação com ela, seja para solenizar um casamento ou um coroamento imperial. Só a condição leiga da vida ocidental poderá impedir ou limitar essas uniões, proibindo-as. São uniões muito diferentes de uma sociedade para outra (concluir com os deuses contrato de intenção em proveito próprio, servir a um Deus cuja Verdade se confessa etc), mas estão sempre presentes por toda parte. Supõe-se então que essas uniões vêm preencher uma função, muito vaga para que possa ser sempre a mesma, a cobertura ideológica. Em Roma, o cristianismo continua o paganismo nesse papel.

Essa continuidade é enganadora, as duas religiões, assim como a relação de poder com uma, depois com a outra, são muito diferentes. Certamente a imagem do Sol Invencível no reverso das moedas pagãs de Aureliano não desempenha o mesmo papel ideológico do que os anjos e a cruz (ou mais tarde o busto de Cristo) que se vê no reverso de um determinado número de moedas bizantinas. Aureliano tinha erguido em Roma, na piazza San Silvestro, um templo ao deus Sol, seu favorito, sem forçar ninguém a adorá-lo, sem pretender fazer uma revolução político-religiosa. O Sol Invencível era mais um símbolo do que um deus, seu nascimento não fora espontâneo, ele surgira de especulações intelectuais; essa coisa visível em pleno céu era muito pouco invisível para ser um verdadeiro deus.

Deus exótico ou especulativo, o Sol não era uma das divindades na tradição das populações do Império, não podia ser mais do que um *slogan* político, através do qual o governo tentava suscitar uma "mística" nacional e monárquica, de apoiar o Império e seu chefe com a grande força natural explosiva aos olhos de todos, de pôr essas populações, se ouso dizê-lo, no sentido do cosmos: o invencível sol nos acompanha (*Sol invictus comes*, diziam as legendas monetárias), acompanha nosso imperador em nosso caminho. Portanto, no momento em que se pagava uma compra ou se guardava uma quantia, via-se, com o canto do olho, no reverso da moeda, a imagem do Sol companheiro, reflexo pomposo de um imperador que se autoproclamava invencível e caloroso, slogan no qual, por volta dos anos 260, havia poucas razões para acreditar.

Um *slogan*, digo eu, ou pouco mais que um *slogan*. Porque, quando se fala da antigüidade pagã, freqüentemente se é levado a fazer com que cresça o elemento religioso ou a intensificar a religiosidade, a conferir sistematicamente o grau de temperatura mais elevado às crenças, cultos, ritos ou Mistérios. Sem dúvida, faz-se isso por temor de desconhecer a diferença que separa essa

mentalidade primitiva do nosso mundo "desencantado". Porém, mesmo na Antigüidade, nem todo fato religioso era intenso, a religiosidade tinha graus e se desdobrava em várias funções desiguais (a solenização, por exemplo, ou a linguagem enfática).

O Império Bizantino será um império cristão, o Império Romano jamais conseguiu deixar-se tomar por um império do Sol. Como escreveu Régis Debray em seu drama sobre Juliano, o Apóstata, a religião romana não exigia grandes obrigações "nem havia muita coisa em que crer; para um cristão, em compensação, fora da Igreja não há salvação". Não há termo de comparação entre a relação de um imperador cristão com o deus imperial Sol Invictus e a relação de um imperador cristão com seu Deus. É verdade, cada cidade, cada império e cada indivíduo, livre ou escravo, deve, em seu próprio interesse, ter boas relações com o Céu: como o leitor se lembra, o Império pagão tem por única tarefa religiosa assegurar essas razões naquilo que concerne a ele, renovar o contrato votivo de boas relações "internacionais" entre a República imperial e o Céu. É uma tarefa do poder, entre outras; o Império pagão faz da religião o mesmo emprego que os indivíduos e não tem outro dever religioso. Não há qualquer continuidade de natureza, de função nem de obrigação entre o cristianismo e o velho paganismo, essa religião tão ligeira a ponto de ser uma espécie de laicismo avant la lettre. Ao passo que, desde Constantino, o Império tem seus deveres para com o cristianismo; não utiliza a religião, mas deve servi-la.

Os imperadores pagãos não tinham tido necessidade de uma religião para sustentar seu regime. Bastava-lhes render um culto particular a um deus que lhes tivesse proporcionado a vitória (Augusto devia a vitória de Actium a Apolo); no início de seu reinado, o cristianismo de Constantino pôde passar algum tempo para chegar a uma devoção privada desse tipo. Acontecia também de um imperador, como qualquer pessoa, ter um fervor pessoal por uma divindade (caso de Domiciano por Minerva), como se poderá ter uma devoção por um santo na Idade Média; a título pessoal, Augusto, durante algum tempo, "frequentou assiduamente o templo de Júpiter Trovejante". O imperador aproveitava sua situação privilegiada para mandar construir um santuário a seu favorito e para pagar um salário aos sacerdotes, sem pensar nem por um instante em impor o culto de seu deus a seus súditos; alguns reversos de moedas honravam a divindade favorita. Isso não se estendia em nenhum sentido a todo regime, à maneira de uma "cobertura ideológica".

O cristianismo, em compensação, era a religião que mais estabelecia uma distinção entre Deus e César, contrariamente a isto que se ouve repetir: todo mundo devia ser cristão, César à frente, o qual tinha deveres em relação a essa religião que formava um todo. Ela tinha dogmas, uma ortodoxia pela qual se

podia lutar, enquanto que o paganismo, desprovido de dogmas e de ortodoxia, era esmigalhado em uma multidão confusa de divindades e de cultos que mereciam penosamente o nome de religião (recorria-se a uma perífrase, *dii et sacra*, "os deuses e as coisas santas"), que não podia manobrar nem ser manobrada como um todo e que não oferecia nenhuma doutrina com a qual se pudesse construir uma ideologia política.

É preciso acabar, portanto, com o lugar-comum segundo o qual a Europa devia ao cristianismo o fato de ter separado política e religião, pelo fato de Cristo ter dito que era preciso dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Bonita descoberta, mas devida ao cesarismo e não ao cristianismo. Porque a verdade é o contrário desse lugar-comum. O cristão Constantino era um César e não simultaneamente um chefe espiritual e temporal, um Maomé, um califa, e a Igreja era já uma organização acabada, poderosa e independente quando um dos Césares estabeleceu relação com ela. E ela tratou com os sucessores desse César Constantino de poder para poder.

Não se tinha esperado Cristo para saber que Deus e César eram dois. Não tínhamos uma idéia muito simples das épocas primitivas, não acreditávamos que poder e religião nelas se confundiam e que uma mentalidade tão antiga ainda fosse confusa. Os pagãos não tinham de aprender a separar seus deuses e César: eles não os confundiam. Entre eles a religião estava por toda parte, salpicava todas as coisas, mas era simples e ligeira, revestia todas as coisas de solenidade, sem criar grandes obrigações. A raça dos homens e a poderosa raça dos deuses tinham o relacionamento de duas nações desiguais e trocavam a adoração por serviços.

Ao contrário, é com o triunfo do cristianismo que entre religião e poder as relações passaram além de um verniz e foram teorizadas, sistematizadas. Deus e César deixaram de agir cada um a seu modo, Deus passou a ter peso para César, seria preciso que César desse a Deus o que era de Deus. O cristianismo pedirá aos reis o que o paganismo jamais pedira ao poder: "Ampliar tanto quanto possível o culto de Deus e se pôr a serviço da majestade divina."

CAPÍTULO XI – Tem a Europa raízes cristãs?

Talvez seja esta uma boa ocasião para dizer uma palavra sobre uma questão agitada, hoje em dia, inclusive no Parlamento Europeu: pode-se dizer que os fundamentos da Europa são cristãos, que suas raízes mergulham no cristianismo? Seria necessário inscrever esta afirmação na Constituição européia?

HÁ RAÍZES NA HISTÓRIA?

Certamente, pode-se de pronto descartar a questão por não passar de um falso problema. Onde se viu que em seus diversos domínios, em seus diferentes meios sociais, em suas diversas atividades e pensamentos, uma civilização, uma sociedade, essa realidade heterogênea, tenha de alguma forma "alicerces", "raízes"? Que essas raízes residem em um de seus numerosos componentes, a religião? Raízes às quais essa sociedade teria permanecido ligada atravessando um turbilhão de agitações materiais e morais ao longo de vinte séculos? A religião é apenas um dos traços fisionômicos de uma sociedade, traço escolhido outrora como característico dela; em nossa época dessacralizada talvez se escolha a relação dessa sociedade com o Estado de direito.

Uma religião é um dos componentes de uma civilização, não é a matriz, ainda que durante algum tempo lhe tenha servido de designação convencional, tenha sido seu nome de família: "a civilização cristã". O Ocidente passa por ter cultivado ou preconizado o humanitarismo, a doçura, mais do que outras civilizações, e deveria essa doçura à influência cristã que teria suavizado os costumes. Temo que essa idéia não seja nem verdadeira nem falsa, porque as relações entre uma crença e o resto da realidade social não serão tão simples. Não argumentarei brandindo a Inquisição e as Cruzadas e me limitarei, para manter os pés na terra, a citar quatro linhas de Marc Bloch: a lei de Cristo "pode ser vista como um ensinamento de doçura e de misericórdia, mas, durante a era feudal, a fé mais viva nos mistérios do cristianismo se associou sem dificuldade aparente com o gosto da violência".

INDIVIDUALISMO E UNIVERSALISMO?

Além dessas visões de grande simplicidade, também deixaremos de lado pomposas palavras vagas, como individualismo ou universalismo, ainda que Paul Valéry tenha dado nesse sentido um mérito duplo ao cristianismo. O individualismo seria católico porque cada alma tem um valor infinito e o Senhor

vela pelas almas, uma a uma? Vela, sim, para verificar se elas são humildes e submissas à sua Lei. E que quer dizer individualismo? Uma atenção ligada por um indivíduo à sua pessoa, o que exemplificaria a condição humana? Uma prioridade ontológica ou ainda um primado ético do indivíduo em relação à coletividade ou ao Estado? Um não conformismo, um desdém pelas normas comuns? A vontade de se realizar, mais do que de permanecer ligado a seu grupo?

O catolicismo é estranho a uma coisa e outra, ou antes, em várias ocasiões, cristãos deram o exemplo dessa exemplificação, dessa primazia ou dessa rejeição, como todo mundo faz. Se a liberdade é o núcleo do individualismo, então ela seria cristã, pois não é verdade que só há mérito em obedecer à Lei cristã se se obedece a ela livremente? Talvez, mas não se é livre de não obedecer a ela, e essa pretensa liberdade só é autonomia na obediência a uma Igreja e a seus dogmas.

A palavra universalismo não é menos enganadora; falar de uma religião exclusiva e prosélita seria mais justo: o cristianismo é aberto ao universo e se diz a única verdadeira. Os pensadores pagãos eram universalistas, porque se expressavam como filósofos: todos, gregos e bárbaros, livres e escravos, homens e mulheres, tinham igualmente acesso à verdade e à sabedoria; as capacidades humanas eram virtualmente as mesmas entre todos os homens. São Paulo, em compensação, é um sargento recrutador: convoca todo mundo a entrar numa Igreja que é aberta a todos e se fecha sobre eles; gentios e judeus, livres e escravos, homens e mulheres serão todos um em Cristo se guardarem a fé. O paganismo também estava aberto a todos, mas era menos exclusivo: qualquer estranho podia adorar um deus grego e não era condenado se não o adorasse.

O paganismo não era prosélito. De onde vem então o proselitismo cristão? De onde vem que a Boa-Nova era pregada aos pagãos e ao mundo inteiro? Jesus de Nazaré, porém, não era mais do que um profeta judeu; "não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel", dizia ele, e "não é bom tomar o pão dos filhos (de Israel) e lançá-los aos cães (aos pagãos)" (Mateus, 15, 24-26). Ignoramos o que teria pensado do cristianismo. Os verdadeiros criadores da religião cristã foram os apóstolos e discípulos que tinham ficado fascinados com o poder carismático de seu mestre. Fizeram-se pregadores errantes por todo o Império; São Paulo é apenas um entre eles.

A nova religião foi uma elaboração oral e coletiva, elaboração que exigiu várias gerações; seus criadores a criaram exaltando a figura mais que humana de seu Senhor e ilustrando ou deformando alguns de seus ensinamentos. Cada um agiu à sua maneira: Jesus era o Messias? Primeiro entre todas as criaturas? Não criado? Divino desde sempre, ou transformado em Filho de Deus por sua Ressurreição (São Paulo ensinará uma e outra doutrina)? Segundo os discípulos de São João,

Jesus era o próprio Lógos de Deus, seu verbo personificado que era "um" Deus, na falta de ser Deus em pessoa. Para os numerosos leitores de Hermas, por volta de 140, Jesus não era senão o Espírito Santo revestido de um corpo humano. Estava-se de acordo em um ponto: o Cristo, que tinha se apresentado a seus discípulos como o profeta do Fim dos Tempos, tem um papel cósmico; voltará breve sobre as nuvens para julgar os vivos e os mortos. Essas hesitações levaram a uma solução extrema e clara: Jesus era tão Deus quanto o próprio Deus, sem ser esse Deus em pessoa; o que conduzirá, no período que vai do ano 150 ao ano 250, a "numerar" a Trindade, o Deus uno em três pessoas, para substituí-lo. O Cristo não era mais um. "enviado especial" do Céu: na pessoa de Cristo, um Deus se fizera semelhante a nós, homens, para resgatar nossos pecados através de seu suplício e nos salvar.

A fé cristã, nascida de um judaísmo exclusivista, solipsista, também foi pregada a não judeus: seus pregadores, ou antes seus criadores, eram as pessoas apaixonadas por seu Senhor e por uma mensagem vinda do fundo de seu ser e que eles desejavam "vender" amplamente. Ora, o Império pagão lhes oferecia um imenso mercado potencial, mais receptivo do que os compatriotas que os perseguiam, que os expulsavam da comunidade judia. Como resistir a essa tentação, a esse dever de dar a conhecer por toda parte o Deus que tinha herdado de Israel o privilégio de ser o único verdadeiro? Se pagãos, simpatizantes do judaísmo, queriam ser batizados, seria possível continuar a lhes recusar isso?

Menos de dez anos, sem dúvida, depois da morte de Cristo, alguns pregadores e o próprio São Pedro ousaram batizar não circuncidados, pagãos. Foi um escândalo, mas o futuro estava a favor deles e São Paulo logo seguirá esse exemplo. Em três decênios, a abertura aos não judeus do judaísmo cristianizado leva a um divórcio patente entre uma seita de judeo-cristãos circuncidados e uma religião nova, o cristianismo, que levanta vôo. Porque, não sendo mais étnica, essa religião via se abrir diante dela um mercado mundial em que todos os homens tinham necessidade dela para sua salvação.

RELIGIÃO E PROGRAMA POLÍTICO SÃO DUAS COISAS

Desde São Paulo, o cristianismo abriu aos não judeus o povo eleito, quer dizer, a Igreja: todas as almas podem ser salvas, seja branco, amarelo ou negro o corpo habitado por elas. São Paulo ampliava assim aos gentios o privilégio do povo eleito. Estaria ele com o universalismo? Afirmaria ao mesmo tempo a unidade da espécie humana? Ele não o afirmava nem o negava: não pensava nisso, nem tinha tanto alcance assim em seu pensamento. Não sejamos simplórios quanto aos termos gerais, esses envoltórios muito amplos do pensamento.

Não é isso que hoje entendemos por universalismo, o qual afirma cheio de razão que todas as raças, todas as tribos — assim como os dois sexos — têm virtualmente as mesmas capacidades humanas e que as diferenças atuais a sociedade é que as estabelece: a inteligência de Kofi Annan, de Condoleezza Rice e do prêmio Nobel Mohammed Iunus vale tanto quanto a do presidente George W. Bush; podem nascer prêmios Nobel entre os nativos da Nova Caledônia ou os de Bornéu, será apenas um caso de educação, do meio, da sociedade. Ora, o que é para nós uma evidência, há pouco mais de cem anos surpreenderia os civilizados do século XIX e o triunfo do universalismo, conquistado antecipadamente e por isso não observado ao se consumar, é talvez um dos maiores acontecimentos da história humana. Seu nascimento passou despercebido e isso se impôs a nós como que à nossa revelia: nenhum fato marcante, nenhuma doutrina, nenhum livro está na origem de seu triunfo tácito. Esse triunfo não se deveu ao cristianismo nem à ciência dos sociólogos, mas, isso sim, à descolonização e àquilo que se poderia chamar um estado de espírito sociológico, um "discurso" implícito sobre o papel da sociedade, que se estabeleceu discretamente no século XX.

Quanto à busca de fundadores, de ancestrais espirituais, é freqüentemente ilusória. Em 1848, na França, estava estabelecido em alguns meios que Jesus tinha sido o primeiro socialista e que o socialismo "tomava emprestadas as conseqüências" da caridade cristã, do amor ao próximo; também nessa época se acreditava que o cristianismo tivesse posto fim à escravidão, que nenhum pagão, nenhum cristão (salvo, em rigor, Gregório de Nissa) sonhara abolir. Mas por que iríamos aboli-la? O cristianismo é uma religião e não um programa social ou político. Não tinha nada a mudar na sociedade. Não haveria nenhuma queixa a fazer, assim como não se condenará o marxismo por não cuidar da salvação das almas no além. Como todos fomos resgatados pelo Cristo, todos estamos aptos para a salvação e participamos da mesma condição metafísica, somos todos irmãos, mas "em Cristo" e quanto à nossa alma imortal.

Dessa unanimidade religiosa não decorre que o senhor e o escravo sejam iguais neste mundo cá de baixo (os escravos não podiam ser ordenados sacerdotes). O preço da salvação sendo o respeito à moral nesta vida, São Paulo prescreve aos escravos que obedeçam seu dono. Quanto às conseqüências a tirar do amor ao próximo, Lactâncio já as estabelecera por volta de 314. Entre os pagãos, escreve ele, há ricos e pobres, donos e escravos; ora, "onde todos não são iguais, não há igualdade, e a desigualdade é suficiente para excluir a justiça, que repousa sobre o fato de que todos os homens nascem iguais".

"Poder-se-ia retorquir", continua Lactâncio, com uma boa-fé que nos desarma, "que também há ricos e pobres, donos e escravos entre nós, cristãos. Certamente, mas os consideramos como iguais e irmãos, porque o espírito é que conta, não o

corpo; nossos escravos são servos apenas no corpo, em espírito são nossos irmãos". Em vez de servir de matriz ao universalismo dos direitos do homem, São Paulo azeitou as engrenagens nas sociedades não igualitárias: nos bancos de uma igreja, os pequenos são iguais aos grandes (a não ser que a modéstia social ou humildade cristã faça com que se sentem na última fileira).

ENTÃO AINDA SOMOS CRISTÃOS?

Afinal, de que Europa se trata, daquela de outrora ou da atual? Em 2005, Élie Barnavi falava de nossas raízes cristãs e nos lembrava daquilo que fomos, no tempo das catedrais. Sim, o cristianismo tomou a seu serviço os arquitetos, pintores, escultores; sim, ele serviu de texto à filosofia medieval, a essa "escolástica" por tanto tempo caluniada que iguala as filosofias grega e alemã; sua espiritualidade e sua moral interiorizada enriqueceram nossa vida interior. Sim, éramos cristãos nesse tempo, mas e agora? Que ligação ainda temos com São Bernardo de Claraval, com o amor divino, a penitência, a vida contemplativa, a mística, a Revelação ameaçada pela filosofia, o primado do espiritual imposto aos reis, a pregação da Segunda Cruzada?

Nossa Europa atual é democrata, leiga, partidária da liberdade religiosa, dos direitos do homem, da liberdade de pensar, da liberdade sexual, do feminismo e do socialismo ou da redução das desigualdades. Todas as coisas que são estranhas e às vezes opostas ao catolicismo de ontem e de hoje. A moral cristã pregava o ascetismo, que nos saiu do espírito, o amor ao próximo (vasto programa, tornado vago) e nos ensinava a não matar nem roubar, mas todo mundo já o sabia.

Fiquemos com essa palavra: o apoio do cristianismo à Europa atual, que sempre conta com uma forte proporção de cristãos, quase que se reduz à presença deles entre nós. Se é rigorosamente indispensável que tenhamos pais espirituais, nossa modernidade poderia nomear Kant ou Spinoza; quando este escreve na Ética que "socorrer aqueles que têm necessidade ultrapassa amplamente as forças e o interesse dos particulares; o cuidado para com os pobres se impõe portanto à sociedade inteira e concerne o interesse comum", está mais próximo de nós do que o Evangelho.

Salvo na medida em que o papado assume posições sociais, como o fez Leão XIII em 1891 na encíclica Rerum novarum e como fará João Paulo II. Por volta de 1950, católicos de esquerda, numa versão nova de sua religião, consideraram que as virtudes teologais implicam a condenação do capitalismo, escreve Michel Winock. Em pouco tempo a Europa como tal nada mais tem a ver com a moral cristã, que então só se impõe aos cristãos (se é que a respeitam e que ela também não tenha mudado); ou se pensa no atual catolicismo liberal, mas isto é uma

minoria que se inspira no mundo contemporâneo. O caso mais complexo do protestantismo permanece totalmente à parte.

Não é o cristianismo que está na raiz da Europa, é a Europa atual que inspira o cristianismo ou algumas de suas versões. Estranhas raízes que se confundem com o crescimento do tronco da Europa, com ela se transformam ou mesmo buscam não estarem atrasadas em relação a ela. A moral social que a maior parte dos cristãos pratica hoje não se distingue da moral social de nossa época (Anatole France já sorriria aqui) e de seu recurso à contracepção (Baudelaire sorriria disso).

E afinal um dia chegou em que a Europa e o Ocidente têm uma outra identidade não cristã e em que os povos não são classificados segundo sua religião. A partir do século XVI, com um melhor conhecimento do Oriente, os povos começaram a se distinguir por seus "costumes", entre os quais a religião não será mais do que um componente; no século XVIII, as nações serão ou não serão "policiadas". Naquele tempo, a Inglaterra e a Índia tinham o mesmo nível de vida. Mas no século XIX haverá uma grande ruptura: o Estado de direito, a revolução tecnológica, a riqueza e os canhões serão a "civilização", os diferentes povos serão ou não serão civilizados. Depois, no curso do século XX, preferiremos falar de Terceiro Mundo, de desenvolvimento do Estado de direito.

Creio entrever de onde vem a viva resistência que provavelmente terá meu leitor para aderir ao que acaba de ler: como, dirá ele, não teríamos uma identidade cristã quando em nós e em torno de nós o cristianismo está por toda parte? Toda nossa herança cristã, as grandes catedrais, a igreja da pequena aldeia, Blaise Pascal, nossa literatura clássica, Johan Sebastian Bach, a pintura religiosa que enche nossos museus... Mais precisamente, para a maioria de nós, eis aí uma herança, é o patrimônio, quer dizer, o passado, um passado que veneramos no "culto moderno dos monumentos" de que falava Alois Riegl. O cristianismo é o que fomos e permanece um nome ancestral. Moramos numa velha casa, vivemos num quadro histórico, mas, para a maioria, não temos mais as convicções nem as condutas dos antigos habitantes. Da mesma forma, o Japão atual, essa "mais bela conquista" da modernidade ocidental, tem um passado e um nome japonês. Além de patrimônio, o cristianismo subsiste também como fraseologia: quando da eleição presidencial francesa de 2007, os três candidatos — à direita, à esquerda e ao centro — usavam de alguma forma uma linguagem cristã, porém para apresentar um programa que não tinha nada de cristão.

A PARTE DE VERDADE: A PREPARAÇÃO DE UM TERRENO

Tal me parece ser a verdade, mas não a verdade inteira. Porque não deviam ser

omitidas duas nuanças, das quais nasce a ilusão de raízes, mas que são também uma parte da verdade.

E em primeiro lugar, se há uma ilusão, como se explica que em sondagens de opinião os europeus, em sua maioria, quer sejam praticantes ou não, respondem que são cristãos (se a questão lhes for proposta expressamente, pois não dirão isso de modo espontâneo)? E por que, como se propôs anteriormente, a maioria dos membros de não importa qual sociedade sente ao menos uma vaga sensibilidade religiosa; essa maioria aplaca um pouco essa nostalgia e se sente mais elevada, mais rica de humanidade quando reclama para si uma religião, evidentemente a religião que tem ao alcance da mão, a de seu país, que lhe parece nacional, normal, sã, ainda que essa maioria a conheça mal e dê pouca importância a suas exigências e proibições. Assim, a palavra cristão permanece para muitos não uma identidade, mas uma espécie de parônimo hereditário; como o nome de uma família da antiga nobreza cujos descendentes há muito abandonaram o brasão e o elmo pela gravata dos conselhos de administração, mas conservam ao menos a lembrança e o orgulho de seu nome antigo.

Mais precisamente, uma velha família conserva tradições, um modo de ser que lhe permanece particular, conserva ou crê conservar tal ou qual virtude hereditária da qual fez sua divisa... Longe do Ocidente cristão, a família budista conservou a tradição da não violência que deixou, é o que se diz, sua lembrança e sua realidade na história; o islam pediu emprestado ao judaísmo e conservou a prática da esmola. O dever judaico da esmola também foi passado ao cristianismo antigo, que desenvolveu instituições de caridade, hospitais, asilos, casas de pobres, hoje laicizadas e estatizadas, mas das quais foi o inventor. Porque o mecenato dos ricos pagãos, ou evergetismo, praticamente só pensava em fazer brilhar o quadro arquitetural de suas cidades ou em brilhar ele próprio; certamente, dava-se uma moeda aos pobres, abandonavam-se para eles os restos dos sacrifícios sobre os altares dos templos, mas sem erigir essas coisas em doutrina.

A nobre família cristã se vangloria de ser sempre distinguida por sua doçura, sua misericórdia, seu senso de fraternidade. Sem dúvida, fala mais dessas virtudes do que as pratica; foi repressiva e, como o comum dos mortais, amou o dinheiro e o poder. O humanitarismo não tem sido sua principal preocupação e, sejamos justos, não era essa sua destinação própria. Sua palavra se vangloriava de uma doçura que essa própria família não praticava sempre, nem tinha nem terá qualquer eficácia educativa.

Foi no curso do século XVIII, na idade das Luzes, que nasceu o humanitarismo que porá fim aos suplícios corporais; depois, na seqüência das revoluções americana e francesa, serão inventados o direito americano à felicidade e os direitos do homem, que se desenvolverão mais tarde num igualitarismo político,

posteriormente social, o que vai dar na democracia e no welfare State. Ora, esses progressos não teriam sido facilitados por sua analogia aparente com o ideal cristão de caridade e de fraternidade? Quando se ouve elogiar uma virtude, ainda que pouco praticada, já não estamos um pouco preparados?

A iniciativa e o grosso do trabalho nesse sentido se devem incontestavelmente às Luzes, que são uma dobra geológica da história." A distinção entre reis e súditos, entre nobres e plebeus, não tendo fundamento na razão, faz com que os plebeus deixem de ser, diante de um nobre, como crianças diante de uma "grande pessoa" (também era possível espancá-los). O soberano era tão superior que chegava, com toda sua força, aos suplícios sobre o homem obscuro que ousara desafiá-lo. Mas agora os suplícios estão abolidos, porque o soberano é o povo e todo cidadão tem direito a um mínimo de respeito. Depois esse universalismo político se torna social, sob o efeito das reivindicações dos pequenos que se inclinavam diante dos nobres, mas não respeitavam burgueses.

Entretanto, ao lado das Luzes, a tradição cristã desempenhou seu papel. Como, dir-se-á, uma fraternidade e uma igualdade ideais em que o escravo era misticamente um irmão, mas irmão muito obediente, poderiam elas agir no terreno social, temporal? De duas maneiras, que menos desenvolveram uma ação do que prepararam o terreno: as genealogias ilusórias e as falsas analogias. Quando as palavras que ouvimos repetidamente se tornam as idéias de uma época, cremos reconhecer nelas essa época, acreditamos que sempre se pensou desse modo; Chateaubriand e Lamennais queriam acreditar que o cristianismo tinha abolido a escravatura e preparado a liberdade moderna.

A analogia também contribuiu para isso Por confusão entre igualdade espiritual e igualdade temporal, o velho solo cristianizado foi para as Luzes um terreno que, embora não destinado à semeadura, conseguiu recebê-la melhor do que outros solos. Schumpeter dizia que, se a guerra santa tinha sido pregada aos humildes pescadores de um lago da Galileia, e o Sermão da Montanha a orgulhosos cavaleiros beduínos, o pregador teria tido pouco sucesso. A caridade cristã ajudou a assimilar a frase citada de Spinoza, entretanto citada num "discurso" secular, o discurso de utilidade do homem para o homem, estranho à sua religião.

O cristianismo deixou há muito tempo de estar nas raízes da Europa, supondo-se que "raízes" seja mais do que uma palavra; porém, para alguns valores, ele contribuiu no sentido de preparar um terreno, como dizem os médicos e os agricultores. Desde Troeltsch e Max Weber, ninguém ignora a influência da Reforma protestante sobre a mentalidade das nações ocidentais ou sobre a liberdade americana; as nuanças que distinguem a Europa do Norte, protestante, e os países latinos, católicos, permanecem proverbiais.

RAÍZES OU EPIGÊNESE

É exatamente isso, trata-se apenas de nuanças; reclamar um Livro Santo (ou o sentido que uma época lhe dá) não passa de um fator histórico entre outros. Nenhuma sociedade, nenhuma cultura, com seu formigamento e suas contradições, fundamenta-se sobre uma doutrina. Do entrecruzamento confuso de fatores de toda espécie que compõem uma civilização, a parte que parece emergir é a religião, ou ainda os grandes princípios publicados, porque se trata da parte audível, legível, relativa à linguagem de uma civilização, a parte que salta aos olhos e aos ouvidos e depois da qual é possível caracterizá-la e denominá-la. Fala-se, entretanto, da civilização cristã do Ocidente, atribui-se seu humanitarismo ao cristianismo. Representa-se uma sociedade como um grande Indivíduo cujo pensamento precede a ação.

Talvez, porém a religião não é mais do que ura fator entre outros, que só passa a ter eficácia se sua linguagem se torna realidade, quando se encarna em instituições ou num ensinamento, na arrumação costumeira de uma população cuja religião se tornou o ideal, o superego. Mas o fator religioso encontra então as outras realidades, as instituições, os poderes, as tradições, os costumes, a cultura secular. O superego — "o ensinamento de doçura e de misericórdia", segundo os termos de Marc Bloch que citei — não vencerá sempre os interesses, os apetites, o sentido gregário, as pulsões — "o gosto da violência" de que fala o mesmo historiador. Nessa desordem, querer privilegiar tal ou qual fator é uma escolha partidária ou confessional. Além de tudo, em nosso século, as Igrejas têm uma influência mais reduzida nas sociedades secularizadas. O cristianismo nelas está enraizado, entretanto não está na raiz; ainda menos é o representante dessas sociedades, tornadas diferentes dele, salvo quando se inspira nelas.

A Europa não tem raízes, cristãs ou outras, pois se fez através de etapas imprevisíveis, nenhum de seus componentes sendo mais original que qualquer outro. Não foi pré-formada no cristianismo, não é o desenvolvimento de um germe, mas o resultado de uma epigênese. De resto, o cristianismo também.

Meus agradecimentos à minha mulher, doutora Estelle Blanc, a Laure Adler, a Lucien Jerphagnon, a Claude Lepelley, a Thierry Marchaisse, à doutora Françoise Mareschal, a Hélène Monsacré, a Pierre-François Mourier, a Olivier Munnich, a Jean-Claude Passeron, a Jérôme Prieur e a Maurice Sartre, por suas referências, sugestões, críticas e encorajamentos.

Damien Veyne, que já não pertence a este mundo, tinha me dito uma coisa sobre este assunto, tirada de sua experiência americana, que me foi esclarecedora.

APÊNDICE – Politeísmos ou monolatria no judaísmo antigo

"Eis que do Senhor teu Deus são os céus, os céus dos céus, a terra e tudo que nela existe. Mesmo assim, só de teus pais o Senhor se afeiçoou e os amou. Somente a vós escolheu dentre todos os povos, como hoje se vê." (Dt 10,14-15). O Deus bíblico, a que nomeamos Javé ou Eloim ("deus" por excelência), aparece sob dois aspectos diferentes. Da história de Adão à de Noé, aparece como o autor único do céu, da terra e do dilúvio, depois aparece sobretudo com o deus nacional de Israel, deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, ou pelo menos de Moisés.

O primeiro aspecto é o de um deus cósmico, objeto de especulações; sua ação explica por que o mundo existe: ele fez (*bârâ'*) — e não "criou", noção ainda muito erudita —, o céu e a terra, tirou a mulher de um lado (*sêla'*) — de uma metade — de Adão. Esse Autor de tudo será um dia o Juiz universal de que fala o Livro de Jó. O segundo aspecto, que é objeto de uma fé viva, é o de um deus de seu povo; "Estabelecerei minha morada entre vós e não vos rejeitarei, andarei no meio de vós" (Lv 36, 11-12). Porque o autor do vasto mundo é também um deus local, nacional, que diz: "Habitarei no meio dos filhos de Israel e serei o seu Deus" (Ex 29, 45).

Ora, esse deus é um Deus Ciumento, *cana*, (não sei hebraico, decifrarei a golpes de gramática e de dicionário, mas quero comunicar ao leitor uma obsessão lingüística), um deus ciumento de seu povo (é o qualificativo que não cessa de dar a si mesmo). O povo que ele escolheu não deve adorar outros deuses além dele (Ex 20, 5; 24, 14; Nm 25, 11; Dt 4, 24; passim). Ignoro se os deuses de outros povos do Oriente Médio eram tão ciumentos quanto ele; tão exclusivos; de todo o modo, em muitas religiões, os deuses têm sua própria vida, vivem por si próprios, interessam-se em primeiro lugar por si mesmos e, a não ser episodicamente, não fazem de suas relações com os homens uma paixão.

O ciúme de Javé, pedra de fundação e pedra angular da religião de Israel antiga, é portanto sua primeira grande invenção (ou uma de suas grandes verdades, para um crente), cheia de conseqüências. Porque acreditar que desse deus um povo depende é exclusividade desse povo, que deverá ser totalmente devotado a ele, sob pena de castigo; ora, esse total devotamento por parte do povo eleito introduzirá, como reflexo inverso, em um espelho de sonho, uma providência total por parte do deus. O Deuteronômio, os Profetas e os Salmos repetirão que nação alguma no mundo possui um deus que terá tanto cuidado com ela como Javé tem com o seu povo. A um deus ciumento o povo haverá de ser fiel e nesse sentido as coisas caminharão, porque esse povo se liga a um ser que se liga a ele. A um ser, a um único, digo eu, porque não se pode servir a dois senhores, que serão ciumentos um do outro: não é possível dar-se inteiramente — e em

conseqüência ser totalmente protegido — a não ser a um deus único. O ciúme divino foi o germe do monoteísmo. Adivinha-se também que um deus que protege tão bem o seu povo tornar-se-á um deus ainda mais nacional que os deuses locais dos povos vizinhos; seu culto será patriótico, identitário.

O teólogo e historiador Friedrich Heiler mostrou em um grande livro que a relação do homem com deus é sempre imaginada a partir do modelo de uma relação entre homens, freqüentemente a relação entre um potentado e seus súditos. Aqui, pensar-se-á antes na relação entre um xeique e sua tribo ou entre um padrone e sua "família". No mundo real, as relações com um padrone nem sempre são idílicas, mas sociedade e religião não são a mesma coisa: um deus é inatacável e o mundo da imaginação (ou da fé, para um crente) é reversível, simétrico, feito de acordo com os nossos desejos. Decretar que um deus é ciumento (ou saber disso pela revelação ou pela tradição) permite que nele se veja um alto protetor.

Diferentemente desse ciúme, os dois outros aspectos do deus, divindade cósmica e divindade local, são mais simples. Numerosas religiões ao redor do mundo conheceram esses dois aspectos da divindade, aos quais correspondem, é verdade, divindades distintas: de um lado um grande deus celeste pouco invocado e adorado (nas crenças pré-islâmicas, Alá era o nome dessa divindade elevada e longínqua), do outro um panteão completo. Esse *deus otiosus*, esse *All-Father* foi descrito pelos etnólogos em muitos politeísmos primitivos; é encontrado entre todos os povos politeístas do Oriente Médio antigo.

Além disso, no Oriente Próximo, por volta do ano de 1100, os deuses locais, nacionais, eram a regra. "Todos os povos caminham cada um em nome de seus deuses, quanto a nós, caminhamos em nome de Javé, nosso deus", diz-nos por volta de 730 o profeta Miqueias (4, 5). Um chefe de Israel, um juiz, Jefté, diz em substância, ao rei dos filhos de Amon [dos amonitas]: "Possuímos o território que Javé, nosso deus, nos deu, tão legitimamente como tu possuis aquele que te deu Camos, teu deus" (Jz 11, 24).

Mas então por que a evolução que iria desembocar no monoteísmo desenvolveu-se apenas em Israel? Porque havia em Israel inventividade religiosa, assim como no Egito de Aquenaton. Os dois aspectos da divindade, deus universal e deus nacional, eram aspectos de um único e mesmo deus; porém serão necessários muitos séculos e um pouco de gênio para tirar as conseqüências dessa identidade e para chegar a um monoteísmo e a um universalismo. Coisa auspiciosa, essa evolução religiosa prometida para um grande futuro teve por teatro um território mínimo como dois departamentos franceses, um confete; por volta de 950 [a referência é à era anterior a Cristo, evidentemente], o primeiro Templo, construído em Jerusalém pelo rei Salomão, cuja lembrança se tornará famosa junto de seu povo, tinha 27 metros de comprimento e 9 de largura (1Rs 6, 2). A

inventividade religiosa (ou a Revelação) sopra onde quer.

Limitemo-nos de saída ao segundo aspecto, o do deus nacional de Israel entre os povos. Deus único de uma religião monoteísta? Monoteísmo não é uma palavra que se possa pronunciar sem estabelecer precisões; existem cem maneiras de ser monoteísta, de modo que é preciso olhar o que está por baixo dessa idéia, perceber-lhe os pressupostos tácitos, o "discurso" foucaldiano, e isso consiste muito simplesmente em deixar que os textos digam aquilo que dizem sem lhe atribuir nosso próprio discurso. A questão não é saber se o judaísmo tem ou não a honra de ter sido sempre monoteísta, mas saber através de que etapas ele chegou a isso e o que se podia entender por monoteísmo há vinte ou trinta séculos, com ferramentas de pensamento que não são as nossas.

Veremos que um monoteísmo certificado estará atestado em textos incontestáveis quando, por volta de 730 [a referência continua sendo à era anterior a Cristo], por um golpe de gênio, os dois aspectos que distinguimos, o deus cósmico e o Deus Ciumento, juntam-se expressamente. A natureza e o grau desse monoteísmo variaram com as vicissitudes internacionais, o Deus Ciumento e sua Lei vieram a se tornar para Israel uma aposta patriótica, uma identidade. Um problema considerável é que a noção de verdade como o oposto de erro não é um dado imediato, é tardio e difícil; ao longo da história, esteve sempre vacilante, e o monoteísmo dos teólogos também. É mais fácil desvalorizar os deuses estrangeiros, qualificá-los de ídolos de madeira ou de pedra, do que conceber que eles não existem ou fazer com que os espíritos tímidos cheguem a essa conclusão.

Retomemos as coisas do início. Ignora-se em que momento Javé se tornou o deus de Israel, ou antes, em que época se constituiu em Israel um "partido" religioso javista, incessantemente sofrendo pelos flancos com o culto dos ídolos. Segundo a Bíblia, a revelação e a aliança com Javé ora remontam ao próprio Abraão, "cujos pais serviam a outros deuses" (Js 24,2), ora a Moisés apenas. Alguns historiadores modernos, entre eles Max Weber, adotam essa segunda versão e acham que Javé só foi consagrado no tempo em que Israel era um miserável povo nômade a percorrer a península do Sinai. Toda montanha dá uma insígnia a seu deus e Javé era o deus do monte Sinai ou Horeb, que ficará para sempre como "a montanha de Deus". Isso foi um dos germes do monoteísmo: cada montanha com seu deus. Esse deus único de um certo lugar foi identificado como o grande artesão, único também ele, que tinha sido o Autor de todas as coisas, porque toda obra tem um autor e se pensa espontaneamente em um só autor.

Eis portanto uma primeira questão: por que o panteão de Israel ou pelo menos aquele dos javistas dispunha de um único deus? É outra questão na qual nos vamos deter longamente: além do único deus para o qual Israel está voltado, também existem aos seus olhos os deuses que está proibido de adorar, os deuses

dos povos estrangeiros? Sim e não, é preciso distinguir.

Por um lado, muitos javistas pensavam com toda a simplicidade que os deuses que seu Deus Ciumento lhes proibia de adorar nem por isso existiam menos; um marido ciumento que proíbe a mulher de pensar em outros homens não nega a existência desses homens, muito pelo contrário. Entretanto, por outro lado, alguns espíritos mais avançados, ou mais zelosos e agressivos, negavam a existência desses outros deuses, mas como fazer espíritos ingênuos e simples compreenderem essa idéia inacreditável? Seria mais fácil desvalorizar esses falsos deuses, repetir que não passavam de ídolos de pau e pedra, que não valiam nada, eram impotentes.

Antes de passar a falar de monoteísmo, diz-me um grande conhecedor desses problemas, é preciso reconhecer que Israel começou pela monolatria. Um exemplo disso está em Josué, 23, 16 e 24, 14-24, onde se vê que o caso é de fidelidade a um certo deus e não de unicidade desse deus; pouco antes de morrer, Josué oferece ao povo a escolha: ainda quer servir Javé ou prefere outros deuses, os de seus ancestrais anteriores a Abraão, ou ainda aqueles da terra em que [Javé] habita presentemente? O povo escolheu Javé, não porque aqueles deuses fossem falsos deuses, mas porque Javé é que os fizera sair do Egito; Josué então lhes diz: "Tirai os deuses estranhos que estão entre vós." O salmo 97 vai mais longe; é, se assim se pode dizer, monoteísta com o Altíssimo e politeísta com os outros deuses: "Tu, Javé, o *Elion* sobre toda a terra, tu te elevas bem acima de todos os *eloim*."

Também é possível, porém, pronunciar as palavras de politeísmo primitivo, uma vez que os outros deuses que o Deus Ciumento de seu povo lhe impediu de adorar existem realmente. O deus em pessoa diz isso, no momento de lançar contra o Egito a última das sete pragas: "Castigarei todos os deuses do Egito, eu, Javé" (Ex 12, 12) e, de fato, Javé "castigou esses eloim" (Nm 33, 4). Sejam lidas sem "discursos" preconcebidos linhas como estas: "Se vens a esquecer Javé, teu eloim, e se vais atrás de outros eloim..." (8, 19). Ou ainda: "Não ireis atrás de outros deuses, deuses de outros povos que estarão em torno de vós, porque Javé, teu Senhor, no meio de ti, é um deus ciumento" (Dt 6,14-15): esses deuses são mencionados sem uma palavra de dúvida.

A explicação para essa crença em outros deuses é dupla. Crer, dirá um dia Santo Agostinho, é em primeiro lugar crer na palavra de outrem. De minha parte, quanto à palavra que me ensinaram os geógrafos, creio na existência da China, onde jamais fui. Ora, muitos homens — e em Israel mesmo, em todas as épocas — falavam de outros deuses além de Javé ou deles ouviam falar, tinham aprendido sobre a existência deles, portanto esses deuses existiam.

Tanto tinham ouvido falar deles que o javismo vai se tornar um partido religioso que tem a Bíblia como manifesto, e não a religião sempre reinante em Israel. A

volta do povo ou do rei aos ídolos, aos Baal, não deixará de marcar o ritmo da história antiga de Israel logo depois da morte de Josué (Jz 2, 12), de Salomão, de Ezequias, de Joás, ou talvez desde

Moisés, com o Bezerro de ouro (Ex 32,1). No reino de Israel e até no reino de Judá, durante mais de quatro séculos, haverá mais reis idolatras do que soberanos fiéis ao deus único Javé. O javismo sempre foi parcial e intermitente, alguns filhos de Israel adoravam os ídolos antes de adorarem a Javé, ou, mais freqüentemente, sem dúvida, adoravam a um tempo este e aqueles; no dizer de Ezequiel (23, 36-39), os habitantes das duas capitais, Jerusalém e Samaria, "prostituíam-se" aos ídolos antes de ir enxovalhar com sua presença o Templo de Javé. Escavando habitações nas encostas da Cidade de Davi, a arqueologia exumou estatuetas da deusa de Sídon, Astarteia, em homenagem à qual o próprio Salomão acabou por erguer um altar (1Rs 11, 5 e 33). Quando se vê que, em alguma circunstância, a divindade dos vizinhos revelou-se mais eficaz do que o deus a que adoramos, fica-se tentado a apelar também para essa divindade. Alguns sacrificavam seus primogênitos ao deus Moloc fazendo-os "passar pelo fogo".

Na prática, o javismo exclusivo, ao menos até a época do Segundo Templo, será uma escolha intermitente mais do que a religião costumeira de Israel. Além do mais, Javé nem sempre era a principal preocupação de toda a sociedade. O Justo Escarnecido dos Salmos (não confundir com o Justo Sofredor, oprimido pelos poderosos que formam o entourage do rei) vivia em uma Jerusalém mais entregue aos prazeres que piedosa, na qual os devotos formavam uma minoria de que zombavam por seu zelo (Sb 2, 12-16).

O javismo é uma monolatria a partir de uma escolha mútua: Javé escolheu seu povo, seu povo o escolheu (Dt 7, 7 e 14, 2) — "Só Javé o conduziu, nenhum deus estranho a ele!" (Dt 32,12, no Cântico de Moisés). Javé sempre tem em si o aspecto de um deus cósmico, reina nos céus e sobre a terra toda (Ex 19, 5; Dt, 10, 14) e aí provoca, quando quer, o trovão, a chuva de granizo (Ex 9, 29) e todas as pragas do Egito, mas reinando apenas sobre Israel (Dt 10, 15), Javé deve, assim, combater e vencer os povos estrangeiros nos combates internacionais. Ora, há "deuses" (Jz 2,12) entre os povos vizinhos e Javé diz a seu povo que não tema esses deuses estrangeiros em caso de guerra (Jz 6, 10); não diz que eles não existem. Para tudo dizer, além dos deuses das nações, o mundo está cheio de deuses, de eloim. Javé está rodeado de toda uma corte, composta dos tais eloim (Salmo 138,1). Os deuses são tantos que nem são conhecidos pelos nomes. Quando um homem tem uma visão e ignora que ser lhe apareceu, é porque não foi "o" Deus que se revelou a ele, mas "um" deus que ele desconhece a não ser como "o deus que me socorreu em meu desespero" (Gn 35,3). "Javé será um deus para mim se se comportar como deus comigo" (28, 21). Na incoerente

narrativa do pacto celeste com Abraão sob os carvalhos de Mambré (Gn 18), ora há três seres divinos, segundo a velha lenda, ora apenas Javé, porque o redator não quis sacrificar nem o seu próprio javismo nem a versão lendária. Para salvar o monoteísmo, esses eloim serão considerados um dia Anjos do Senhor. O homem, criatura do deus supremo ou de Javé, é pouca coisa inferior a esses eloim ou futuros anjos, afirma o Sm 8, 6.

Daí vem um fato lingüístico que pode ser enganador: para falar desses eloim emprega-se indiferentemente o singular ou o plural. Há tantos deuses que às vezes se diz, por aproximação, que "os eloim foram revelados" a um homem (Gn 35, 7, com o verbo no plural), e na ocorrência de um só desses deuses, o futuro Deus Ciumento, aparece a ele (28, 13). Não abusemos desse texto: esse plural, para designar na ocasião um único deus, fala globalmente da raça dos deuses, da espécie divina. Abraão, viajando ao estrangeiro, diz ao rei pagão do país: "Os eloim deixaram que eu errasse longe da casa de meu pai" (Gênesis 20,13); ele nem finge ser politeísta nem adapta sua linguagem à do interlocutor, quando poderia dizer perfeitamente que um deus o tinha perseguido. Emprega, se ouso dizê-lo, um plural genérico, que é apenas um modo de falar. O que fica é que, se suas intenções são puras e ele não trai seu deus, essa maneira de falar tem em si, fossilizado, um pensamento politeísta.

Mantém-se um único Javé por fidelidade, mas ele é apenas o deus de Israel, de tal modo que, quando se está em terra estrangeira, a tentação é grande de esquecê-lo e adorar os deuses locais. Por toda parte há uma porção de deuses, cada povo tem os seus, aos quais é natural que adore. Expatriar-se é abandonar Javé para cair sob a influência de outros deuses. Ameaçado de morte por Saul, forçado a se exilar, Davi geme: "Expulsaram-me de Israel, disseram-me: Vá servir a outros deuses" (ISm 26, 19). Israel não era o único povo a pensar assim. No ano de 721, quando o assírio Sargão conquistou o reino do Norte, repovoou-o e para lá deportou tribos pagãs de todas as origens; esses deportados levaram consigo a fé em seus deuses e continuaram a adorá-los, mas adoraram também o deus de seu novo país, Javé (2Rs 17, 33). O costume geral era adorar o deus do lugar onde se estava (Dt 12, 30), o que Israel não devia fazer (Dt 6, 14-15; Js 23, 7; 24, 2). Os textos não dizem que não se devia adorá-los porque seriam falsos deuses, mas por fidelidade a Javé (Dt 28, 3 6; Js 24, 15; Jz 2, 12; 3, 6; 10, 6; 2Rs 17, 32-33 etc).

É difícil precisar de que maneira Israel acreditava ou não acreditava nos deuses estrangeiros; eram abominações, torpezas, repetem os textos bíblicos. Seja, mas, dirá o leitor impaciente, se aqueles eram falsos deuses, que se dissesse isso por escrito, afinal! Tudo se passa como se a questão da verdade não existisse, a proibição e a repulsão eclipsando o que havia. Não estamos em um regime intelectual de afirmação e de negação, mas diante de uma atitude de

desvalorização e de recusa. Essa será sem dúvida a boa interpretação: a recusa e a mágoa dispensam que eles sejam negados, que a realidade deles seja julgada afirmativamente: será suficiente desprezá-la. De tal modo que Jeremias pode dizer a um tempo "todos animais e estúpidos" e repetir que são feitos de um pedaço de pau e não podem fazer nem bem nem mal. "Só Javé é um deus verdadeiro", acrescenta-se (10, 5-10); é o único deus digno desse nome, os outros sendo indistintamente deuses falsos (deuses de má qualidade, deuses de um brilho falso) e falsos deuses (deuses que não existem).

Esses deuses, para um bom javista, não existem praticamente. Mas não confundamos recusa e idéias claras. Os deuses dos outros povos são deuses de pau ou de pedra dos quais os próprios adoradores ficam envergonhados, mas eles existem, nem que seja apenas para se humilhar diante do único deus não falso. "Eles têm vergonha, todos aqueles que estão a serviço das imagens (*pesei*) e que as louvam: todos os deuses [eloim) se prosternam diante de Javé" (SI 97, 7). Javé é rei sobre todos os deuses (SI 95,3 e 96,4).14 Esses repugnantes ídolos de madeira não deixam de ter uma vida sobrenatural, que mal se distingue da vida do deus. Os filisteus, tendo-se apoderado, armas na mão, do Arco de Javé, cometeram o erro de colocá-lo como troféu no santuário de Dagon, seu deus. No dia seguinte, "Dagon jazia, a face sobre a terra, diante do Arco de Javé"; repuseram a imagem no lugar e, no dia seguinte, Dagon jazia de novo, a face sobre a terra, sem cabeça e sem mãos (ISm 5, 1-4). Um esforço para explicar a noção de não existência está em Dt 4, 28: esses deuses não veem, não sentem, não comem. É sua retirada da vida, na impossibilidade de lhe negar a verdade.

Para uma mentalidade ainda pouco formada no pensamento abstrato, a idéia de não existência é pouco acessível. As crenças de outros são uma realidade que podemos recusar, mas não o saberemos fazer, a menos que cheguemos à idéia árdua de verdade pura e simples, única capaz de varrer inteiramente uma crença. As categorias de verdade e de erro não são muito claras, os deuses que recusamos deixam de ser deuses de boa qualidade. Os gregos não são mais chegados a eliminar completamente seus mitos: havia certamente algo de real naquelas histórias fabulosas, mas o quê? Tinham elas no mínimo uma veracidade alegórica. Para os cristãos dos primeiros séculos, os deuses do paganismo existiam realmente, mas eram demônios que se faziam passar por deuses. Tanto quanto uma crença estrangeira é próxima, ela se impõe suficientemente por sua presença para que se possa relegá-la ao nada.

Na impossibilidade de negá-la, prefere-se desconhecer esses deuses dos outros. Trata-se "de deuses que nos foram dados em partilha" pela crença universal transmitida de que a cada terra estão destinados os deuses locais (Dt 29, 25, e o enigmático texto 32, 8-9), e Javé não foge à regra: "Permanecerei no meio dos filhos de Israel e serei o seu deus" (Ex 29, 45). O povo de Javé vai repetir a si

mesmo então: 1º: Não quero nem devo adorar esses deuses. 2º: Esses deuses são mais fracos do que os meus. 3º: Pior ainda, são deuses falsos no sentido em que falamos de pérolas falsas ou de notas falsas. 4º: Mas de onde saem esses deuses? Não os conheço, ninguém os conhece, nunca ouvimos falar deles (Dt 11, 28; 13, 7-8; 32, 17; etc). *Ma chi lo conosce*? [Mas quem o conhece?], como se diz na Itália de um recém-chegado que não desejamos.

Desvalorizar, porém, não é negar; tanto que, por volta do ano 1000, a grande oração do rei Davi, na qual se misturam algumas dessas nuanças, termina simplesmente com duas notas politeístas: "Existe uma única nação sobre a terra em que deuses tenham sido resgatados como para nós foram resgatados?" (2Sm 7, 23, com o plural de acordo com as versões); Javé nos resgatou "do Egito, de seus homens e de seus deuses". O texto foi corrigido por aqueles a quem chamávamos os escribas, como acontece com outras passagens, para evitar o politeísmo ou, aqui e ali, o antropomorfismo.

Diante desse ingênuo politeísmo, muito inocente, alguns indivíduos de temperamento agressivo decidiam pôr à prova esses deuses sob os olhos do povo e provavam experimentalmente que eles não existiam, ou pelo menos que não eram deuses. Gedeão toma a iniciativa de um levante contra o jugo dos madianitas e revira o altar do Baal desse povo; os compatriotas medrosos protestam contra esse sacrilégio e ele lhes responde: "Se se tratava de um deus (*im-eloim*), que ele próprio se defendesse!" (Jz 6, 31). O legendário profeta Elias desafia 450 profetas de Baal: "Pois que se trata de um deus (*ki-eloim*), que acenda ele próprio o fogo sobre o altar do sacrifício!" Os profetas podem se agitar, rasgar-se as roupas, até dançar numa perna só, Baal não acenderá nada, enquanto Javé, a pedido de Elias, logo acenderia o fogo do holocausto (1Rs 18, 19-40); no que Elias, a crer-se na lenda, mandou enforcar todos os falsos profetas.

Javé é portanto único e sem igual. Será ele também, plenamente, o deus cósmico que é seu outro aspecto? Por volta do ano 760, no mais antigo dos longos textos da Bíblia con-temporâneos dos tempos a que se refere, a saber, o profeta Amós, Javé não é deus universal: "De todas as famílias da terra, só conheci vós, filhos de Israel", diz-lhes Amós (Am 3, 2). Certamente, em uma longa oração, o rei Salomão parece proclamar, por volta do ano 950, que Eloim é grande demais para residir em seu templo e sobre a terra, uma vez que nem os céus nem a terra o podem conter; é nos céus que ele reside, é do alto dos céus, "lugar de sua habitação", que ele ouve as preces humanas, as de Israel, seu povo (1Rs 8, 27-49) e também as preces de todo homem (8, 38). Mas, também é Salomão que diz, o estranho que não pertence a Israel e que vem de um país longínquo porque a fama de Javé chegou até ele será ouvido do alto dos céus, se vem a Jerusalém rezar por Javé em seu templo (8, 41). Esse longo discurso certamente não foi

tirado da Crônica real dita pelos escribas no palácio de Salomão (1Rs 11, 41), segundo a prática dos potentados orientais; foi criado com alegria, quatro ou cinco séculos mais tarde, pelo piedoso redator dos Reis, que escreveu para a edificação e para o orgulho de seus leitores ou ouvintes, e também para o deleite e às vezes a malícia deles.

Não é menos clara a conclusão desse falso discurso: "Que todos os povos da terra saibam que Javé é deus e que não há outro deus", proclama o rei Salomão; mas também diz, menos claramente: "Não há deus igual a ti nos céus nem na terra, de tal forma és fiel à nossa aliança e benévolo!" (1Rs 8, 60 e 23). Será Javé o único deus no mundo ou o melhor dos deuses para Israel? A resposta é simples: não se sabe distinguir. Não se distingue mais no Salmo 96, 4 e 5: "Javé é grande e digno de louvores, é mais temível que todos os deuses (*eloim*), porque todos os deuses das nações são ídolos (*elilim*), mas foi Javé que fez os céus"; assim, portanto, o deus de Israel tem também o aspecto do deus do céu: por esse caminho é que ele cedo se tornará pura e simplesmente Deus, no sentido em que judeus, cristãos e muçulmanos empregam essa palavra.

Se há deus universal, esse deus é ao mesmo tempo deus local, como o confirma o que fez por volta de 860 Naamã, general do rei Aram. Doente de lepra e sabendo que o profeta Eliseu teria o poder de curá-lo, ele foi procurá-lo, acabou curado por ele e declarou, parece: "Sei agora que por toda a terra não há deus como em Israel" (2Rs 5, 15).

Por essa época é que o pensamento começou a se inclinar no sentido do monoteísmo: pondo acima de tudo a figura do verdadeiro deus. Javé é incomparável e, nesse sentido, único. Os outros deuses não chegam a se igualar a Javé, que "é o maior de todos", parece ter dito o sogro de Moisés (Ex 18, 11). "Nenhum é como tu entre os deuses, ó Javé, ó Senhor" (Ex 15, 11; SI 86, 8). "Que nação é tão favorecida para que deuses lhe estejam tão próximos como está o nosso deus Javé?" (Dt 4, 7). Para citar Valentim Nikiprowetsky, passa-se da incomparabilidade de Javé a sua unicidade.

Ora, essa valorização devota de Javé significa também a exaltação patriótica de um valor nacional. Como ninguém ignora, o javismo se gaba de ter sido o "partido" religioso da sangrenta conquista de Canaã — se é que tanto o livro de Josué como o dos Juizes têm uma veracidade global e que essa conquista tenha sido uma realidade global, coisa de que alguns arqueólogos hoje duvidam. O javismo foi, da mesma forma, a religião dos levantes contra o jugo do estrangeiro e contra seus falsos deuses e rivais, assim como outros povos se levantaram ao grito de Pátria ou de Liberdade. Os profetas fazem de toda catástrofe nacional um castigo divino pela infidelidade ao deus ou à Lei, mas quem castiga muito ama muito, Javé sabe perdoar, é um deus tão ciumento quanto amoroso e seu amor é a promessa de um perdão, de um próximo

reerguimento, de uma desforra, de um triunfo.

Monolatria e patriotismo desde sempre se confundiram. No documento autêntico mais antigo, a Cantata de Débora, por volta do ano 1000, Javé garante a vitória de seu povo quando ele renuncia "aos novos deuses que tinha adotado". "Javé é meu rochedo, minha fortaleza, minha libertação", canta Davi livre de seus inimigos, "porque quem é deus fora Javé e quem é um rochedo em torno de nosso deus?" (2Sm 22, 2-51: trata-se do cântico de Davi).

Sobre bases religiosas (o deus local é também o Autor do mundo), o monoteísmo teve então uma motivação política. *So what*? Que importa? As origens das coisas raramente são belas. *And then what*? E depois? As origens não prejulgam o que vem depois. A estatura gigantesca do Deus Único fará arder um dia o misticismo judeu, o cristão, o muçulmano.

Israel chegará assim a um monoteísmo e a um universalismo que era ao mesmo tempo patriotismo. Consideremos um episódio sublime, a visão de Isaías, por volta do ano 730. Virá, na seqüência dos tempos, anuncia esse profeta, um dia em que afluirão a Jerusalém "povos numerosos", para que Javé, dirão eles, "nos introduza em suas estradas, para que marchemos em seus caminhos, porque a Lei provém de Sião"; então a paz estará por toda a parte, "não nos adestraremos mais para a guerra". Javé "será juiz entre as nações e árbitro de povos numerosos" (Is 2, 2-4). Javé se torna menos o deus de todos os povos do que uma prestigiosa superpotência moral. Pouco antes de 538, um profeta não menos elevado, o grande poeta que designamos pelo nome de Dêutero-Isaías, predisse que apareceria um dia em Israel um misterioso servidor de Javé, escolhido por Deus para fazer com que toda a terra conheça a verdade e para ser a luz dos gentios (42, 1-7; 49, 6).

Ora, pensamos que os partidos antigos do Livro de Isaías, por volta de 730, são um dos primeiros longos textos bíblicos contemporâneos dos acontecimentos de que falam, os reinos de Sargão, de Ezequias, de Senacheribe... Assumindo sua forma à época do Segundo Templo, por volta do ano 500, os livros da Bíblia, texto partidário, que narram os acontecimentos anteriores, arriscam-se a ser cheios de lendas edificantes, de um javismo retrospectivo. Graças ao Livro de Isaías, pleno de interpolações como é, estamos certos quanto a um grande acontecimento: à altura do ano de 730 brilhou um golpe de gênio da imaginação criadora das religiões, uma invenção a um tempo religiosa e patriótica de conseqüências milenares, que fez do deus de Israel o verdadeiro deus do mundo.

Foi ainda pela época de Isaías, mas dentro de um espírito muito diferente, que foi escrito o Livro de Jó no qual Deus, qualquer que seja seu nome, é o deus universal, como no caso do profeta. Ele recebe diferentes denominações (El, Eloá ou Eloim, quer dizer "Deus", ou Xadaí, nome do deus que os Patriarcas conheceram),19 mas não o nome de Javé, por motivo evidente: as críticas que Jó

faz à teodiceia são quase blasfematórias, as réplicas que lhe opõe a divindade pouco consolam, só fazem tornar mais obscuro o enigma de um mundo injusto, de tal modo que mais vale fazer de Jó não um filho de Israel, mas um estrangeiro, um oriental, e não dar à divindade o nome sagrado do justo protetor de Israel. O Livro de Jó é, como o Eclesiastes, uma especulação individual que põe em relevo uma sabedoria profana. Ora, como convém à divindade em um questionamento próximo de uma interrogação filosófica, o Deus que põe em cena essa especulação é um Juiz universal, uma vez que esse estrangeiro que é Jó é o objeto de seu julgamento.

Diante desse Deus universal que não é o de Israel, o universalismo dos grandes profetas permanece patriótico. O deus de Isaías e do Dêutero-Isaías é universal, mas seu triunfo permanece o triunfo comum de Javé e de seu povo. É ao deus de Israel que se juntam outras nações, para maior glória de Israel. "A lei e a palavra de Javé provêm de Jerusalém", diz Isaías (2, 3). A revelação universal é uma missão reservada a Israel ou ao menos ao Servidor de Javé, escolhido em Israel pelo deus. Para o Dêutero-Isaías, por volta do ano de 540, o grande conquistador persa do Oriente Médio, Ciro, por mais pagão que seja, é o Ungido de Javé, rei a Seu serviço, se bem que não o conheça, porque suas conquistas provam às nações vencidas que os deuses delas não eram nada e que o único verdadeiro rei é Javé. Para a desforra e a libertação de Israel, Javé se serve de um rei pagão, o que significa que o deus de Israel reina sobre a terra inteira.

Que essas nações, ou pelo menos seus sobreviventes, "se voltem então para Javé", em benefício de sua salvação, e que venham dobrar o joelho diante d'Ele! Com essa submissão das nações ao único deus verdadeiro, "toda a descendência de Israel triunfará e será glorificada, graças a Javé" (45, 20-25). Conversão? Talvez uma vitória de Javé sobre os ídolos de Babilônia (56, 1) e uma desforra de Israel vencida sobre seus vencedores e sobre aqueles que maldosamente se alegram com suas derrotas: dia virá, anuncia Javé, em que os gentios estarão prestando pequenos cuidados a Israel e em que, "face contra a terra, prosternar-se-ão diante de Israel e lamberão a poeira de seus pés" (49, 22-23).

Um discípulo de Isaías chegará a anunciar que os povos, fascinados pela eminência de Javé, irão a ponto de adotar sua lei, de se converter: sim, gentios se converterão, ligar-se-ão à Aliança com Javé, observarão o sábado; "eu aprovarei seus sacrifícios", proclama Javé, "porque minha casa será chamada casa de oração para todos os povos" (56, 6-7). Nenhum outro texto do Antigo Testamento vai tão longe e, em nossos dias, essas últimas linhas estão inscritas no frontão das sinagogas.

Esse profetismo é o consolo de Israel em suas provações, é uma mensagem religiosa produzida por uma identidade nacional. Em nossos dias, algumas nações, entre elas a França, gostam de imaginar que são portadoras de uma

mensagem não mais religiosa, porém política ou civilizadora, à qual atribuem um valor universal. Nenhuma mensagem iguala esta que foi confiada a Israel: "Sou Javé, não há outro. Fora de mim, não há deus!" (Is 40, 18; 46, 5); no Dêutero-Isaías, Javé proclama: "Antes de mim nenhum deus foi formado e depois de mim não existirá" (43, 10). Javé é o único porque seu esplendor, descrito em versículos admiráveis, ocupa o espaço todo. Essa é a superioridade dos únicos verdadeiros valores, de alguns valores nacionais que deveriam ser um exemplo para todos os povos.

Tanto mais que a superioridade de Javé era conhecida de todos os povos (Js 4, 24; 1Reis 8, 60 etc); "todas as nações da terra", para abençoar um dos seus, dizem a ele: possas tu ser feliz como um filho de Israel! (Gn 18,18; 22,18; 26, 4): tendo Javé por deus, Israel pode se considerar o povo mais feliz do mundo. Um dia, os povos estrangeiros, reconhecendo a sua superioridade, tomarão Israel como árbitro e juiz (Is 2, 4; 11,10), os núbios o homenagearão com um presente (18,7); a humanidade desviará o olhar de seus deuses, para ver apenas Javé, seu criador (17, 7-8).

Em vez de seduzir, esse monoteísmo vence e subjuga por superioridade: Javé obtém a vitória sobre todos os inimigos de Israel (43-44); os sobreviventes das nações vencidas dobrarão o joelho diante d'Ele e o reconhecerão como o mais forte e o único deus digno desse nome (45); os outros não passarão de imagens (*pesei*) que não poderão resistir à força de Javé.

Foi precisamente no tempo do primeiro Isaías, em 701, que o rei assírio Senacheribe ameaçou tomar Jerusalém. Então, o rei Ezequias fez um apelo ao profeta Isaías e elevou uma prece a Javé: "Tu és o único deus para todos os reinos da terra, fizeste o céu e a terra, os deuses dos povos vencidos pela Assíria não eram deuses, tinham sido fabricados pela mão do homem" (2Rs 15-19). Deus de seu povo e deus universal, os dois aspectos do deus de Israel estão afinal juntos.

Ilustremos essas considerações lendo as profecias de Jeremias, autor de 600 delas, embora algumas possam ter sido postas sob seu nome. Nelas se vê o quanto foi laboriosa a formação da idéia do deus único. Em um primeiro estágio, Jeremias busca o que se pode chamar de o velho politeísmo aparente por falta de idéias claras. Nabucodonosor, rei de Babilônia, é o vencedor do Egito, "de seus deuses e de seus reis" (46, 25). Atacado por ele, Camos, deus dos moabitas, "partirá para o exílio, assim como seus sacerdotes e seus príncipes" (48, 7); como ele, o deus Moloc dos amonitas "parte para o exílio com seus sacerdotes e seus príncipes" (49, 3). Esses deuses que fogem não são tão fortes como Javé, evidentemente. E sua fuga, assinalada por uma simples palavra, parece ter tão pouca repercussão que somos tentados a supor que o profeta fala metaforicamente, para expressar o significado de que esses deuses estão

erradicados com seus adoradores. É preciso resistir a essa tentação: deuses locais eram pouco mais do que a parte suprema dos habitantes de um lugar cuja sorte compartilham; sua fuga não foi um acontecimento metafísico: diante dos conquistadores, reagiram como os outros habitantes e são reais como estes; é inútil insistir com esses fugitivos.

A mesma velha linguagem usa um profeta que, no decênio de 550, fala sob o nome de Jeremias para anunciar a queda próxima de Babilônia (Jr 50, 2): a cidade maldita está ameaçada, seu deus Marduc "ficou assustado, seus ídolos, aterrados". O monoteísmo desse profeta é duvidoso; para ele, um deus se distingue mal de suas imagens e é real como elas. Se ele pensasse verdadeiramente que Marduc não existia, não exultaria com a idéia do pavor desse falso deus.

Mas o verdadeiro Jeremias não se prende sempre à velha linguagem e, em outras passagens, vê-se um monoteísmo mais clarividente. Quando o Javé dos exércitos se solta, escreve o profeta (51, 17-19), "todo homem se sente estúpido e ignorante, todo fundidor de metal tem vergonha de seus ídolos, pois essas estátuas são apenas mentira, nelas não há vida. Tal não é a sorte de Jacó, porque o deus dele é o autor do universo"! Está feita a ligação entre os dois aspectos do deus de Israel.

Mais de um leitor, creio, terá considerado que eu complico as coisas e só tenho acumulado vãs sutilezas. Em minha defesa, direi que através da história é uma conquista tardia imaginar uma idéia até o fim (daremos um exemplo *in fine*). Ignorada pelo Gênesis, a noção de criação *ex nihilo*, pela qual o espírito chega a fazer mais do que imaginar o poder divino como uma capacidade de artesão, só vai aparecer com 2Mc 7, 28, dois séculos antes de nossa era.

Sob o choque das conquistas pelos grandes impérios, os dos assírios, babilônios, persas, gregos helenísticos, enquanto não vinham os romanos, é que os deuses estrangeiros perderam sua realidade. O patriotismo atingido irá vomitá-los, assim como Javé não terá mais motivos para ser um deus ciumento: tornar-se-á "o deus dos céus e da terra" (Esd 5, 11; 7,12; etc). Mas a tentação de enganá-lo sem dúvida não cessará nunca (dará lugar a uma guerra civil a par da guerra externa no tempo ainda longínquo dos macabeus); mas o poderoso partido javista, partido nacional e "histórico", virá a ser o verdadeiro Israel e manterá Javé como o deus único de Israel — e da Bíblia que lemos.

O Cativeiro em Babilônia e o Retorno em 538 provocarão essa grande mudança. Uma vez de volta a Jerusalém, os exilados aí assumem o poder; são javistas convictos, pois o respeito escrupuloso do deus e de sua Lei lhes terá permitido conservar sua identidade durante o exílio. Por volta do ano 500, na época do segundo Templo, Javé será o deus do universo — mas nem por isso deixará de ser com a mesma intensidade o deus de seu povo. Nos termos da grande

proclamação que Esdras pronunciará depois do Retorno (Ne 9, 6), "só tu és Javé, tu é que fizeste os céus e a terra". Javé e sua Lei são agora costumes ancestrais próprios de Israel, compondo sua identidade de nação. Combatendo os gregos da

Síria em nome de Javé, Judas Macabeu defende ao mesmo tempo "nossas pessoas e nossos costumes", "nossa nação e nosso Lugar Santo" (1Mc 3, 21 e 59). Nos textos, não se encontra mais o nome de Javé com freqüência, porém a palavra Lei; durante a perseguição de Antíoco IV, cerca do ano 165, os ímpios abandonam a Lei, os homens piedosos ou hassidim conservam a Lei (1Mc 1, 52; 2, 27; etc).

Ora, com seu Deus Ciumento e sua Lei imperiosa, Israel tinha uma identidade mais marcante que a de outros povos antigos, mas na medida em que a população era javista. Identidade agora ameaçada, não apenas pelos deuses estrangeiros, mas por uma aculturação em relação à civilização grega inteira, cujo prestígio era imenso; era a civilização "mundial" da época. Alguns reis gregos da Síria buscavam helenizar Israel, onde seus esforços tinham sucesso junto a uma parte da população. Porque o exclusivismo cultural de Israel antigo foi tão intermitente e parcial quanto sua fé javista; a imagem tão monolítica segundo a qual o monoteísmo de Israel é um engodo edificante — ou anti-semita. Mas enfim, para os hassidim e os macabeus, a Lei como identidade nacional se opôs ao que constituía toda uma civilização e não apenas um panteão.

E, com a rejeição de tudo que era estrangeiro, o monoteísmo se tornou uma idéia mais clara do que nunca; um dos sete mártires horrorosamente torturados por Antíoco IV predisse ao rei grego que infelicidades logo iriam forçá-lo a reconhecer que "só o deus dos judeus é Deus" (2Mc 7, 37). Não há mais a preocupação de repetir que os deuses dos gentios são apenas ídolos de madeira: não há preocupação com os deuses deles. Javé sendo Deus simplesmente, os gentios que se conduzem como inimigos de sua Lei e de seu Templo não mais são idolatras, porém "ímpios" contra o Rei do universo; esses ímpios não são mais judeus infiéis, como nos Salmos, mas gentios cujo erro é não crer no Deus único.

Um texto um pouco anterior, datando dos anos 150, o livro de Daniel imagina que Nabucodonosor, rei de Babilônia, a quem as infelicidades deram clarividência, acreditou no todo-poderoso Altíssimo (4, 31-34); depois dele, Dario, rei dos persas, vendo que os leões tinham poupado o profeta Daniel no fosso onde ele tinha sido lançado, publicou o seguinte edito: "Ordem foi dada por mim para que em todo o meu reino se tema e se venere o deus de Daniel, porque ele é o deus vivo" (6, 27). Essas fabulações da época helenística significam que o deus de Israel vale para todos os homens, permanecendo a glória do único Israel. O ensinamento de Isaías e do Deuteronômio (4, 32-34; 10, 14), de meio milênio antes, ou mais, continua atual: Israel é uma nação privilegiada como nenhuma outra. Repitamos: aquele monoteísmo é uma mensagem universal trazida por

uma identidade nacional; é a França, segundo Victor Hugo, que traz a liberdade ao mundo.

Mas, para entregar uma mensagem ao mundo, Israel é uma potência pequena demais diante dos gregos, e depois dos romanos. Então, ao monoteísmo por orgulho nacional sucederá um monoteísmo por indiferença, que não mais afirma que Javé é o único deus verdadeiro, mas até ignorará que os gentios creiam no que bem quiserem crer. Israel se contenta com o seu privilégio de possuir a verdade. Segundo a Sirácida, a Sabedoria percorreu o mundo, "enriqueceu- se com todos os povos, com todas as nações", mas só pôde achar repouso e asilo definitivo em Israel (Ecl 25, 5-8).

Não se trata mais do exclusivismo, mas do solipsismo, que não é próprio de Israel, mas é de todos os povos crentes. Entretanto, viu-se anteriormente que, sob o Império Romano, o judaísmo, permanecendo religião nacional, não será menos prosélito, com grande sucesso; depois é que, com a cristianização, foi forçado a fechar-se sobre si mesmo. Mas, bem feitas as contas, cada religião só tem fé em si mesma, considera as religiões diferentes com indiferença (ainda que fale em "dialogar") e quase não se deixa perturbar pela diversidade entre elas.

A chave desse novo monoteísmo reside portanto menos em uma afirmação ou uma negação do que em uma asserção, a qual assume uma atitude voltada para o próximo, cujas crenças ignoramos por indiferença. Aqui é preciso distinguir entre doutrina e atitude, assim como em lingüística se distingue entre a semântica (o que dizemos) e a pragmática (a atitude para com o interlocutor).

Dá-se que essa pragmática e esse patriotismo só têm reforçado um monoteísmo cujas motivações tinham sido políticas, mas cujas raízes eram religiosas: sempre se soube que o deus cósmico e o deus ciumento eram um único e mesmo deus. Só depois de passados séculos descobriu-se genialmente onde levava essa identidade e se chegou a conceitualizá-la. O deus de Israel tornou-se verdadeiramente o único deus quando se reconheceu "que é o autor do universo" (Jr 10, 16). Dia virá, profetiza Is (17, 7-8), em que o homem abandonará seus ídolos porque "dirigirá seus olhares para Aquele que fez".

Para magnificar o deus de Israel é que se começou a repetir que ele era também o autor de todas as coisas, mas assim é que se acabou por pensar de modo aprofundado nessa identidade e que se compreendeu que Javé era o único deus presente no mundo; que os outros deuses pura e simplesmente não existiam. Podemos então falar, no sentido moderno da palavra, de monoteísmo judeu. Os ídolos não são deuses de má qualidade nem seres sobre cuja existência ou inexistência não se tem idéia clara: esses são deuses que não existem, só existe o Deus da Bíblia.

Desse modo, portanto, durante os quatro ou cinco séculos que precedem a nossa era haverá lado a lado judeus tentados pela civilização grega e por seu panteão, ou pelo panteão egípcio, e judeus fieis a Javé, que consideram seu único e verdadeiro Deus; não há proibição, como entre seus ancestrais, de adorar outros deuses além dele: o fato é que eles não creem nesses outros deuses. Há monoteísmo e não mais monolatria. Agora, depois que os deuses estrangeiros são qualificados de ídolos, não se faz mais isso para desvalorizá-los, é para negá-los: por trás do desprezo permanente contra os ídolos, o pensamento não é mais o mesmo.

Mas, então, por que continuar com tanta grita? Por que as longas páginas da Sabedoria [o livro bíblico] contra os ídolos? Por duas razões, talvez: porque as pessoas se desesperam intelectualmente por não saber como demonstrar a não existência desses ídolos nem explicar a crença de tantos povos nesses deuses; e porque muitos judeus, em Alexandria e até em Jerusalém, adoravam esses falsos deuses ou estavam tentados a fazê-lo. Um texto deuterocanônico, a Carta assinada por Jeremias, foi escrito na época helenística para conjurar os judeus a permanecerem fiéis a seu deus ancestral e para dissuadi-los de adorar os deuses dos gregos da Síria selêucida ou de adorar o Egito lágida. O autor repete longamente que esses deuses são apenas imitações, ídolos de madeira ou de metal, depois acha necessário afirmar também longamente (33-65) que são impotentes, incapazes de estabelecer ou de depor um rei, incapazes também de socorrer seus adoradores.

Mas, fica-se tentado a objetar, seria necessário especificar que um pedaço de pau é impotente? É fora de dúvida que o Pseudo-Jeremias não crê nesses deuses; então, por que não dizê-lo? Porque toda verdade é difícil de se fazer compreendida. O Pseudo-Jeremias se limita a esperar que a crença falsa seja refutada pelos fatos, que desapareça: "reconhecer-se-á um dia que eles [esses falsos deuses] são apenas mentira" — é tudo que ele escreve (50). A palavra mentira é significativa: assim como crer é acreditar primeiro na palavra, assim a experiência primeira da verdade não é a do contrário do erro, e muito menos a do contrário da fabulação (do mito), mas provém de relações entre seres humanos: a verdade inicialmente não era mais do que o oposto da mentira.

Assim, à falta de nos expressarmos melhor, continuaremos a repetir, como fazíamos desde seis séculos, que os ídolos não passam de imagens. Por sorte, era proibido fazer imagens de Javé, o que permitia dizer que os falsos deuses não passavam de imagens de pedra, de argila ou de madeira; como não lhes atribuíamos uma capacidade de fabular, atribuíamos-lhes os trabalhos manuais. Não, não se podia fazer melhor. É impossível demonstrar uma não existência (jamais alguém pôde demonstrar que Júpiter não existia). Só o pensamento moderno, com Spinoza e Hume, compreenderá que as falsas crenças nascem de

uma faculdade do espírito, da imaginação, ou de uma extravagância, a superstição, até da esperteza dos sacerdotes. Depois ter-se-á a medida da imensa capacidade humana de mitificar, e se vai falar da função fabuladora. O que os gregos não souberam fazer (nunca mantiveram uma relação de clareza com seus mitos) e o que seria perigoso fazer (nenhuma religião do mundo, nenhuma das "fábulas da Escritura" teria sido poupada).

Conforme o prometido, terminamos estas considerações com outro exemplo, totalmente diferente, de conceitualização laboriosa e de desconhecimento quanto àquilo que pensamos, sem saber que o pensamos. Desde o século II de nossa era, alguns autores cristãos — porém não todos — começaram a representar Deus para si como um puro espírito, e Santo Agostinho demonstrará que a alma é puramente espiritual e não se estende pelas três dimensões. Nós, que aprendemos no catecismo que Deus e a alma eram "puros espíritos", ou que ouvimos essas palavras ditas em torno de nós, recebemos sem dificuldade essas palavras puramente espirituais, que acreditamos compreender e que nos parecem muito simples, quando na verdade estão longe de sê-lo. Essas mesmas palavras permaneciam incompreensíveis, absurdas, aos olhos de São Jerônimo, para o qual a demonstração de Santo Agostinho (que está na origem do Cogito cartesiano) nunca chegou a ser convincente, embora ambos tenham trocado cartas debatendo vivamente o assunto. E nós próprios, aos quais essa noção de espírito incorpóreo parece muito simples, nem sempre sabemos o que pensamos dessas palavras. Se o sabemos, não saberemos responder à questão totalmente pertinente que os professores da Idade Média faziam aos iniciantes para conceder-lhes a aprovação: como é possível que haja milhões de anjos numa cabeça de alfinete? E como um anjo pode ser distinguido de outro se ele não tem corpo?

NOTAS COMPLEMENTARES

Nota 8, Capítulo I

Lactâncio escreve que o crisma foi revelado a Constantino in quiete, isto é, durante seu repouso noturno; *quies* quer dizer "sonho" em Tácito. Eusébio não fala nem do sonho nem do crisma em sua História Eclesiástica, publicada pouco depois do acontecimento. Muito mais tarde, em sua Vida de Constantino (28-31), afirmará duas coisas: primo, Constantino tinha rezado ao Deus cristão pedindo-lhe que fosse seu aliado e que lhe revelasse que o era; então, apareceu-lhe em pleno meio-dia um "sinal" (*semeíon*) que outro não era senão "a Cruz, esse troféu", esse símbolo do triunfo do Cristo (*tropaíon staurоú*) sobre a Morte; a Cruz brilhava sob o céu ensolarado e trazia esta inscrição: "Seja vencedor através disto", todo o exército a viu com os próprios olhos. Secundo, à noite, durante o sono de Constantino, o Cristo lhe apareceu e ordenou-lhe que fizesse desse "sinal" sua insígnia pessoal para a batalha iminente. Constantino obedeceu. Eusébio nos ensina então que esse "sinal", que Constantino acabava de designar como a Cruz de Cristo, outro não era senão o mesmo crisma de que fala Lactâncio, porque nele se viam, escreve Eusébio, as duas letras que servem para escrever o começo do nome de Cristo "e que se cruzavam" (como na narração de Lactâncio). O mais simples é supor que a memória de Eusébio estava confusa (Andreas Alföldi, The Conversion of Constantine and Pagan Rome, tradução inglesa de H. Mattingly, Oxford, Clarendon Press, 1948, p. 17), ou, melhor ainda, que temos em Eusébio duas camadas de redação sucessivas: ele só sabia no início poucas coisas sobre o sonho e tinha ouvido falar vagamente daquilo que chamava em sua redação de uma cruz; mais tarde, o próprio Constantino, sob juramento, descreveu-lhe com precisão o crisma.

Nota 10, Capítulo I

Mais do que a conversão de Constantino, a tradição historiográfica escolheu, como limite fronteiriço entre a antigüidade pagã e a época cristã, isso a que chamamos impropriamente o edito de Milão, datado de 313, que não é um edito e nem é de Milão. Parece acreditar-se que esse texto é que permitiu ao cristianismo viver em paz e à luz do dia; não é nada disso: a tolerância funcionava havia dois anos e, depois de sua vitória de Ponte Mílvio, Constantino não quis publicar qualquer edito nesse sentido. O fim da perseguição fora conseguido em princípio desde o edito de tolerância de Galério (em Sárdica ou na Nicomédia, em 30 de abril de 311, como está em Lactâncio, De mortibus persec. 24, e em

Eusébio, História Eclesiástica, 8,17, 3-10). Tendo sido editado pelo Primeiro Augusto, esse edito era teoricamente válido para todo o Império e seus quatro imperatores, e foi aplicado por Constantino na Gália (J. Moreau em sua edição do De mortibus, col. Sources chrétiennes, n° 39, Paris, 1954, vol. II, p. 343) e mesmo pelo usurpador Maxêncio na Itália e na África; mas, no Oriente, Maximino Daia fugiu à aplicação, até sua derrota sob o avanço de Licínio. Quanto ao pretenso edito de Milão, não passou de um mandatum, uma epístola contendo instruções complementares destinadas aos altos funcionários das províncias, na seqüência de uma resolução tomada de comum acordo em Milão por Constantino e Licínio; por sua vez, Licínio expediu da Nicomédia seu mandatum a 15 de junho de 313 (Lactâncio, De mortibus persec. 18,1: litteras ad praesidem datas; cf. em 24, 5, a epístola judicibus complementar de que fala o edito de Galério em 311). Pode- se afirmar, para dizer em uma palavra tudo, que essas instruções complementares cumprem sua função, isto é, complementam não um certo "edito de Milão", mas... o edito de tolerância de Galério em 311; "as the acts of Maxentius had lost tbeir validity, Constantine presumably called back into force the Edict of Galerius" (A. Alföldi, The Conversion of Constantine, op. cit., p. 37). Mas havia necessidade de completar esse edito de 311, porque o acordo dos dois Augustos em 313 previa a restituição às Igrejas de todos os bens que as perseguições delas tinham arrancado, daí os mandata de instruções complementares dos quais foram conservados os textos de Lactâncio e de Eusébio. Essa cláusula de restituição deve-se com toda a certeza ao primeiro e ao mais convicto dos dois Augustos, Constantino (Charles M. Odahl, Constantine and the Christian Empire, Nova York, Routledge, 2004, p. 119). A hagiografia constantiniana ulterior fez, desse acordo concluído em Milão e das instruções complementares, um edito completo cujo mérito deve ser creditado totalmente a Constantino (Averil Cameron e G. Clarke na nova revista Cambridge Ancient History, vol. XII, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 92 e 656); acrescente-se, ao mérito citado, que também a iniciativa foi totalmente de Constantino. Além de Fergus Millar, ver também L. e Ch. Pietri em Histoire du christianisme, vol. II, op. cit., pp. 182 e 198; S. Corcoran e H.A. Drake em The Cambridge Companion to the Age of Constantine (N. Lenski ed.), Cambridge, 2006, pp. 52 e 121. Ainda em setembro de 315, um novo decreto de aplicação completa os regulamentos de restituição dos bens eclesiásticos (Código Teod., 10,1,1, citado por Ch. Pietri, Roma christiana, Roma, 1976, vol. I, p. 78).

Nota 35, Capítulo III

A gênese de uma inovação, de uma criação, também é rigorosamente determinada em sua escala como os fenômenos mais amplos. Bergson escreve,

em sua memória sobre Le Possible et le Réel: "Se o acontecimento se explica sempre, tarde demais, por tal ou qual dos acontecimentos anteriores, um acontecimento totalmente diferente seria, também ele, bem explicado, nas mesmas circunstâncias, por antecedentes escolhidos de outra forma — que digo? —, pelos mesmos antecedentes interpretados de outra forma." Mais freqüentemente, nos recusamos a acreditar na criação porque ela é individual e imaginamos que tudo vem da "sociedade". Ora (seja dito para responder com trinta anos de atraso às objeções que então me fizeram), opõe-se erradamente "sociedade" a "indivíduo" (e "social" a "psicológico"), quando o ato mais individual é social se visa a outro. Para responder aqui a um sábio amigo a quem devo muito e que admiro muito, a psicologia do evérgeta grego que fazia o mecenato espontaneamente para conseguir individualmente uma superioridade moral em sua cidade não é nem individual nem psicológica: esse comportamento não é menos social, uma vez que visa a outros, do que a conduta coletiva da cidade que coletivamente, em outra ocasião, impõe como compensação a um avarento notável o dever de se conduzir como evérgeta. Quanto a esses problemas, as idéias da época eram um tanto confusas. Social e coletivo não são a mesma coisa. Quando todos na rua abrem ao mesmo tempo seu guarda-chuva porque a chuva começou a cair não se trata de um fato social, mas a psicologia vaidosa e ostentatória de um figurão isolado é social: como tenho escrito e repetido, a "distância social" estabelecida pela doação não é um prazer "individual", mas um meio de dominar o grupo. A exigência da doação para a coletividade é social, certamente, mas a doação "individual" já o era, também: exprimia "o primado do grupo", que instituiu para os ricos, os poderosos, um domínio competitivo, o do prestígio e das vantagens às quais o prestígio abre espaço no grupo (Frédéric Lordon, *L'Intérêt souverain, essai d'anthropologie économique spinoziste*, Paris, La Découverte, 2006, partic. pp. 39- 40, 56-57 e 220).

Nota 1, Capítulo IV, e nota 14, Capítulo V

Desde a sua conversão, Constantino se tornou inteira e puramente cristão; não se deve supor que sua fé era cheia de confusão e de sincretismo e que ele distinguia mal o Cristo do deus solar. O que faz supor isso é o fato de que em suas moedas diversos deuses pagãos figuram em alguns reversos até 321, e o *Sol Invictus* até 322. Houve superinterpretação em relação a essas moedas, ao acreditar-se que nelas estava a expressão direta do pensamento do imperador. Mas a moeda imperial romana, depois bizantina (onde, de resto, os reversos de moedas com assunto cristão absolutamente não são majoritários), era uma instituição pública, exatamente como nossos selos postais, e não a expressão da vida interior do

príncipe. Em uma palavra, diferentes deuses pagãos, entre os quais o Sol, figuram nas moedas porque a fachada do Império de Constantino continuava oficialmente pagã, e não por Constantino misturar muitos deuses em seu cérebro confuso. Nos reversos constantinianos vê-se o que se via nos reversos havia três séculos: nobres alegorias públicas, a Providência, a Concórdia, a Felicidade pública, vitórias, exércitos e suas insígnias, imperadores em roupas militares e alguns deuses pagãos, entre os quais o Sol; mas também o crisma, repitamos. O Sol, porém, não está no mesmo plano que o crisma na moeda constantiniana: o Sol nelas figura como completa pessoa à parte, enquanto o crisma não passa de um símbolo traçado sobre o capacete que o imperador usava ou sobre o estandarte, ou labarum, que ele levava na mão, e é o próprio imperador, em uniforme militar, que figura nesse reverso, que portanto é imperial e militar e não é religioso (o imperador é que tem um espírito religioso). Afinal, se o Sol, ao lado de outras divindades pagãs, figura em alguns desses reversos de moedas, é menos por devoção solar do que pelo fato de que a imagem do Sol Invictus era para Constantino um brasão íntimo, uma prova de legitimidade: Constantino pretendia descender, por parte de pai, de Cláudio II. Ora, o Sol invencível tinha sido o arquétipo celeste dos gloriosos imperadores da Ilíria que haviam salvado o Império cerca de meio século antes. Ter o Sol no brasão era substituir a legitimidade Ilíria hereditária pela legitimidade institucional dos Tetrarcas, com seu Júpiter e seu Hércules, legitimidade esta que Constantino dificilmente poderia reclamar para si.

Sumário

Folha de Rosto	3
CAPÍTULO I - O salvador da humanidade: Constantino	5
CAPÍTULO II - Uma obra-prima: o cristianismo	15
CAPÍTULO III - Outra obra-prima: a Igreja	25
CAPÍTULO IV - O	

sonho de Ponte Mílvio, a fé de Constantino, sua conversão 33
CAPÍTULO V - Pequenas e grandes causas para a conversão de Constantino 41
CAPÍTULO VI - Constantino "presidente" da Igreja 50
CAPÍTULO VII - Um século duplo: o Império pagão e cristão 57

CAPÍTULO VIII - O cristianismo vacila, depois triunfa 65
CAPÍTULO IX - Uma religião de Estado parcial e misturada. O destino dos judeus 70
CAPÍTULO X - Existe a ideologia? 81
CAPÍTULO XI - Tem a Europa raízes cristãs? 90
APÊNDICE - Politeísmos ou monolatria no judaísmo antigo 100